

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SUAS
REPERCUSSÕES EM UBERLÂNDIA: ANÁLISE
DAS PUBLICAÇÕES DO JORNAL *CORREIO DE
UBERLÂNDIA***

FAUSTO ROCHA DE ARAÚJO

FAUSTO ROCHA DE ARAÚJO

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SUAS
REPERCUSSÕES EM UBERLÂNDIA: ANÁLISE
DAS PUBLICAÇÕES DO JORNAL *CORREIO DE
UBERLÂNDIA***

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia, fevereiro de 2007.

Araújo, Fausto Rocha de, 1981

O Golpe Civil-militar de 1964 e suas repercussões em Uberlândia: Análise das publicações do jornal Correio de Uberlândia .

Fausto Rocha de Araújo. - Uberlândia, 2007.

117 fl.

Orientadora: Christina da Silva Roquette Lopreato.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui bibliografia.

Imprensa – Golpe – Uberlândia.

FAUSTO ROCHA DE ARAÚJO

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SUAS
REPERCUSSÕES EM UBERLÂNDIA: ANÁLISE
DAS PUBLICAÇÕES DO JORNAL *CORREIO DE
UBERLÂNDIA***

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato (Orientadora)

Profª. Dra. Dilma Andrade de Paula

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Agradecimentos

Esta monografia é fruto de leituras e pesquisas realizadas ao longo da graduação. Nessa trajetória, tive o privilégio de contar com inúmeras contribuições. Assim, há muitos a quem agradecer...

Agradeço aos meus pais, pelo grande incentivo aos estudos e por não medirem esforços em me auxiliar em todos os momentos.

À querida vovó Valdomira (*in memorian*), pelas várias noites em que cheguei em casa, após as aulas, e a encontrava ainda acordada à minha espera.

Às minhas irmãs, por me apoiarem sempre, e mesmo pelas críticas muitas vezes necessárias.

À minha orientadora Christina da Silva Roquette Lopreato, agradeço não só o cuidado e a atenção com que acompanhou os vários momentos da pesquisa e da redação da monografia, mas, sobretudo, o respeito e paciência com que conduziu a relação orientadora/orientando.

Aos colegas, Mauro, Rubens, Luciana, Débora, Ana Paula e Fabiana, pelas discussões e pela significativa contribuição intelectual.

Aos técnicos do Curso de História, em especial, João Batista e Gaspar, pelo significativo trabalho prestado a nós alunos.

A imprensa justificou sua missão educadora: transformar o povo “bronco” em cidadãos conscientes e ordeiros. Em última instância, cabia aos intérpretes das Luzes a tarefa de disciplinar as massas. Procuravam legitimar-se como expressão da vox populi mas representavam, de fato, a vox domini.

Maria Helena Capelato

Resumo

A presente monografia discute o movimento civil-militar golpista de 1964 a partir das publicações do jornal *Correio de Uberlândia*. Tem o propósito de evidenciar as interpretações do jornal acerca do desfecho desse movimento organizado no início da década de 1960, quando reformas sociais e econômicas bem como a ampliação da democracia política foi reivindicada, no campo e na cidade, por amplos setores sociais. No entanto, liberais e conservadores, com o apoio das forças militares, impediram em março de 1964 o caminho das reformas e da democracia, marcando profundamente a história social e política brasileira.

Procuro mostrar a atuação do periódico *Correio de Uberlândia*, e seu posicionamento enquanto formador de opinião naquele momento de conflito social e político, bem como sua ligação com o grupo dominante local ao qual pertencia.

Analiso matérias assinadas por jornalistas, personalidades políticas locais e nacionais bem como artigos editoriais publicados pelo *Correio* no período que se estende entre o final do ano de 1961 a março de 1964, e posteriores publicações, escolhidas entre 1965 e 2004, todas referentes ao ato golpista e que trazem considerações sobre como esse ato foi referendado pelo jornal durante todo o período ditatorial.

As matérias são analisadas cronologicamente a partir de atos e propostas políticas, tais como, a renúncia de Jânio Quadros, a revolta dos sargentos, o fatídico comício na Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, até à atuação militar e a concretização do golpe, o que nos permite, hoje, levantar novas discussões e reflexões sobre os ataques pessoais e políticos dirigidos a João Goulart e sobre a maneira “sofisticada” como os déspotas militares justificaram o ato em nome da democracia.

É claro que todas essas reflexões estão dirigidas ao ambiente local, e evidentemente não há a pretensão de esgotamento das análises. Meu objetivo é apresentar uma interpretação do passado de nossa cidade, sobre o qual a grande maioria dos cidadãos desconhece. Esse passado nos deixou vestígios que podem ser recuperados e interpretados a partir de uma análise crítica do discurso jornalístico do *Correio de Uberlândia* no período em questão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I – A INSTÁVEL DEMOCRACIA BRASILEIRA	17
CAPÍTULO II - <i>CORREIO DE UBERLÂNDIA</i> : O MENSAGEIRO DAS CLASSES DOMINANTES NA METRÓPOLE DO TRIÂNGULO.....	48
CAPÍTULO III – GOLPE DE 1964: <i>CORREIO DE UBERLÂNDIA</i> CUMPRIMENTA OS LÍDERES DA “DEMOCRACIA”	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

Introdução

A segunda metade da década de 1980 foi marcada, no mundo ocidental, pela vitória final da forma democrática liberal da política que sucedia, em muitas sociedades, o totalitarismo e ditaduras governamentais. Historiadores, cientistas políticos e imprensa caracterizaram este período como o momento de uma “transição democrática”, quando os valores da democracia estariam sendo rapidamente restabelecidos nos meios políticos internos de cada sociedade. O exemplo mais significativo foi, sem dúvida nenhuma, a ruína do comunismo na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos países do Leste Europeu, mas também, colocadas a par de igualdade em termos de celebração, foram os desmoronamentos das ditaduras militares no Chile, Argentina e Brasil. Segundo Maria Célia Paoli, ainda que se reconhecesse que os processos de “transição democrática” não estivessem garantidos, a segurança surgiria por meio de dois pressupostos:

(...) primeiro, constatar o esgotamento histórico das formas autoritárias e ditatoriais de governo e, segundo, reconhecer que, agora, a democracia liberal era um porto seguro de ancoragem de uma política concebida como ampla produção de um consenso controlável, geralmente expresso na palavra “governabilidade”.¹

A palavra democracia recebia, portanto, uma nova semântica, agora direcionada a um horizonte político diferente: o das administrações eficazes. Com esse horizonte novo, os países atrasados teriam chegado à forma final da maturidade política.

Para a grande maioria dos cidadãos brasileiros, que nasceram e ingressaram na vida escolar a partir da década de 1980, foi ensinado, geralmente, pelos professores de história que, embora estivéssemos vivendo um momento de extrema importância política – uma vez que o país vivia uma transição democrática após vinte e um anos de regime autoritário – dever-se-ia estar sempre atento e disposto a lutar para que as liberdades democráticas se consolidassem. Juntamente a esse ensinamento, esclarecia-se que a forma de Governo estabelecida ao longo da história do Brasil independente não havia sido a democracia, e sim a oligarquia. Tradicionalmente, a massa de homens e mulheres era controlada de uma ou outra maneira pelos aristocratas, pelos reis e seus

¹ OLIVEIRA, Francine. et PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7.

ministros, pelos líderes religiosos, pelos condutores de guerra e as juntas militares, pelos senhores das terras, os homens de negócios e empresários, enfim, pelos detentores de fortuna. As pessoas comuns, o povo, eram consideradas por tais classes possuidoras como rebanhos a serem “abatidos” e “devorados”.

O Brasil saía, na década de 1980, de duas décadas de um regime militar que praticamente identificou a figura do presidente a uma patente de general, um tempo de violência desmedida, de ordem social, austeridade, modernização econômica e, sobretudo, um tempo de impunidade e atraso político-social.

Assim, após duas décadas de ditadura, a democracia afirmava sua fé no valor inerente de todo indivíduo e lutava por uma ordem política em que todos pudessem viver com certa dignidade. A aspiração era nobre, pois, na presente fase da evolução da democracia, era razoável procurar informações sobre o que já havia sido realizado, além de tornar claro que uma das principais realizações da democracia era o retorno da participação do povo em termos institucionais e com efeitos práticos. A prova mais direta disso consistia na participação do povo com relação ao sufrágio, a democracia se convertia numa realidade quando a maioria dos cidadãos reconquistava o direito de votar.

Entretanto, creio que antes de afirmarmos com convicção hoje a respeito de vivermos em um Estado democrático, devemos nos aplicar um importante questionário cujas perguntas básicas são:

O que dá ao Estado e à política, um caráter democrático? Que formas o processo político assume, quando seu conteúdo é democrático? Quais as características distintivas de um governo democrático?

As respostas para tais questões podem se diferenciar, em alguns aspectos, de indivíduo para indivíduo. Todavia, as respostas sintéticas a essas perguntas costumam, de um modo geral, se aproximar das apresentadas pelo ex-professor de ciências políticas da Universidade da Califórnia, Leslie Lipson, como padrão para ajuizar se um sistema político é democrático ou não:

O povo deve possuir o poder fundamental, mediante o sufrágio universal adulto, cada cidadão tendo um voto apenas;

Um mínimo de dois partidos importantes deve oferecer uma escolha de candidatos e programas, em eleições honestas, realizadas a intervalos razoáveis;

A comunidade deve garantir as liberdades civis de cada um de seus membros. Incluem-se as liberdades de expressão, de publicação e

*associação com outros, bem como a proteção contra a prisão e encarceramento arbitrários, sem julgamento imparcial. Deve ser possível modificar qualquer característica do sistema governamental por meios pacíficos mediante processos devidamente acordados.*²

Se entendermos o que vem a ser um Estado democrático, baseado nas respostas apresentadas, podemos concluir que a análise da política democrática deve começar com o povo, ou seja, a democracia é sempre um sistema em que o povo é considerado o repositório final do poder. Se buscarmos, ainda, por exemplo, o conceito de democracia a partir do que nos é ensinado na vida escolar ou mesmo na academia, presumidamente as respostas se apresentarão semelhantes à descrição desse regime político enquanto o Governo do povo, soberania popular ou distribuição eqüitativa do poder, ou seja, um regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle de autoridade.

Mais uma vez, ganha destaque o termo soberania popular. Contudo, definir não é o mesmo que apresentar as razões de alguma coisa. É possível adquirir um entendimento perfeito de democracia e, apesar disso, não ser convencido pela democracia.

Sabe-se que a democracia nasceu na civilização grega antiga, e que a democracia praticada pelos antigos gregos era a que mais se aproximou de uma democracia literal, direta, onde os governantes e os governados estavam lado a lado e se interagiam uns com os outros, face a face. Na verdade, não possuímos nenhuma experiência atual de uma democracia direta do tipo grego, até porque nosso ideal de democracia não é o mesmo dos antigos gregos, aplicada em uma cidade pequena (polis), nos nosso caso falamos de um país, um Estado democrático.

Para nós, a democracia encarna valores diferentes dos gregos, são mais de dois mil anos de civilização, de modificação de ideais, objetivos e valores. Hoje, todas as nossas democracias são indiretas, isto é, são democracias representativas onde somos governados por representantes e não por nós mesmos, portanto, a diferença entre democracia direta e indireta é radical, uma vez que a indireta consiste num sistema de limitação e controle do poder.

O que quero afirmar mais claramente é que a democracia representativa, sob a qual vivemos, recobre, ou mascara, a dominação e a espoliação de uma classe por outra,

² LIPSON, Leslie. **A civilização democrática**, volume II. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 351.

e, por conseguinte, sustenta um conformismo de massa. Portanto, podemos dizer que há dois tipos de democracia: um baseado no exercício direto do poder político e outro no controle e limitação do poder, ou seja, um conceitual e outro prático.

Desde de o século XVIII, a democracia se afirmou como ideal político, enquanto um sistema em que a vontade do povo deve estar acima de qualquer outra. Mas, pela impossibilidade de reunir o povo em praças públicas todos os dias para tomar decisões políticas, foi criado o sistema de democracia representativa. A democracia baseada na participação pessoal, direta, só é possível em certas condições, quando essas condições não existem, a democracia representativa torna-se a única possível. Desta forma, na prática diária, democracia é suficiente. Na teoria, não.

Diante da impossibilidade de vivermos uma democracia direta, resta-nos a representativa, na qual o povo elege representantes e através deles manifesta sua vontade. Mas, já no século XVIII, o filósofo Jean Jacques Rousseau manifestava sua descrença no sistema representativo, dizendo que o representante do povo sempre irá manifestar sua própria vontade e não a daqueles a quem representa.

Igualmente interessante é a evolução do pensamento marxista sobre a democracia representativa. No início de suas pesquisas e publicações, Marx e Engels se opuseram ao sistema eleitoral da democracia representativa por considerar que só a revolução proletária é que poderia melhorar as condições de vida das classes laboriosas. Após inúmeras tentativas por meio do movimento armado como, por exemplo, a revolta ocorrida na França em 1871, registrada pela História como “Comuna de Paris”, Engels concluiu que a vitória de grupos armados contra exércitos organizados, em lutas de rua, era algo difícil de ser conquistado.

Verificando, enfim, as possibilidades criadas pelas vias eleitorais, até então repelidas por serem consideradas “alternativas burguesas”, Engels afirmou:

Com a agitação eleitoral, o sufrágio universal forneceu-nos um meio único para entrarmos em contato com as massas populares, para obrigarmos todos os partidos a defenderem diante do povo suas idéias e seus atos. O direito de votar abriu aos nossos representantes uma tribuna no parlamento, do alto da qual podem falar aos adversários podendo falar também às massas com uma liberdade e uma autoridade que não tem na imprensa e nos comícios”.³

³ DALLARI, Dalma de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 40.

Dessa maneira, o uso do voto como instrumento de luta das classes mais humildes foi aceito por grande parte dos socialistas. Contudo, para que a participação política se efetive deve ser dado um primeiro passo no campo da consciência.

Um cidadão consciente encara a participação política enquanto um compromisso de vida, exigindo-a como direito. Essa participação, à qual se inclui o aproveitamento das oportunidades para a conscientização de outros, pode se dar através da fala, da escrita, de discussões e denúncias cobrando responsabilidade e despertando as consciências adormecidas.

Um reduzido grupo de pessoas com um objetivo em comum definido e disposto a trabalhar na busca desse objetivo, gera a participação coletiva. Ao longo da história, podemos constatar que a força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo. É indiferente saber a posição social do grupo, como também não importa qual o nível intelectual ou objetivo dele; o importante é que sempre que um grupo de pessoas, organizadas, se dispõe a trabalhar em conjunto em busca de um objetivo definido, algum resultado é alcançado. O que um indivíduo não obtém agindo sozinho, o grupo consegue, e todo grupo organizado tem a possibilidade de exercer alguma influência política.

É partindo dessa convicção que, mesmo vivendo em uma democracia representativa onde há um sistema que limita o controle do poder, onde existem os que governam e os que são governados, onde presenciamos o uso freqüente da administração pública para a prática de corrupção, fazendo com que, embora haja a realização de eleições, elas estejam longe de ser a garantia de uma efetiva soberania de um povo, ainda assim devemos reconhecer elementos que fazem a democracia em que vivemos ser importante e necessária, devendo lutar para que não sejamos privados desse direito.

Devemos reconhecer, por exemplo, que o processo eleitoral vem sendo aperfeiçoado, e que, apesar de suas falhas, oferece ao povo um espaço para manifestar sua vontade. Mas não devemos manifestá-la apenas a partir da participação nas eleições, ou seja, através do sufrágio, mas também através de outras garantias tão importantes quanto a via eleitoral como, por exemplo, a Constituição que deve garantir a liberdade de expressão e o direito de cada cidadão de recorrer a um judiciário independente.

É com base nesses direitos que a democracia representativa nos assegura que se deve empunhar bandeiras a seu favor e evitar, a qualquer custo, que essa “soberania”

nos seja tirada por meio de força física ou ideológica, como muitas vezes foi feito ao longo da história da república brasileira, tendo como protagonistas os portadores de fuzis e insígnias militares. Um dos casos mais marcantes em nossa história em que as liberdades democráticas foram cassadas foi o golpe civil-militar de 1964.

Comecei essa monografia na tentativa de investigar a postura do jornal *Correio de Uberlândia* com relação à queda do ex-presidente João Goulart, em março de 1964. Contudo, achei impossível examinar o ambiente político em que Goulart trabalhava, bem como o ambiente social e político da cidade de Uberlândia no período em questão, sem antes explicar as origens de um sistema republicano que se pautou por golpes e manutenção das oligarquias nos gabinetes de poder.

Para uma análise mais específica do momento político, aqui abordado, optei por dividir a presente monografia em três capítulos. No primeiro capítulo realizo uma abordagem sobre a história republicana brasileira que se iniciou a partir de um movimento militar e que sofreu, ao longo de sua existência constantes ameaças golpistas. Esta abordagem ou retrospectiva é de fundamental importância para a compreensão da postura das forças militares e políticas em atentar contra o governo constituído de João Goulart.

Ainda no primeiro capítulo procuro descrever o auge e o colapso do Populismo, a forte rivalidade política entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) bem como o uso da imprensa nacional na divulgação dos ideais de uma elite que via no Governo Jango uma ameaça aos seus interesses políticos e econômicos, isto é, fatores primordiais para análise e compreensão do conturbado período de conflitos e lutas sociais ocorridas entre 1961 e 1964.

Na história republicana brasileira, nem sempre a imprensa agiu de maneira democrática. Em alguns momentos, apoiou os inimigos da democracia e conspirou contra ela: o 31 de março de 1964 é um episódio que ilustra bem essa participação. Independente da ideologia política do indivíduo, para que o povo escolha representante é necessário a plena liberdade de informações para que a opinião das pessoas seja formada baseando-se num maior número possível de dados. Uma vez a par destes dados, é de suma importância a consciência de que os grupos econômicos mais poderosos fazem uso da imprensa para apresentar os fatos do modo que lhes convém, o que pode resultar que o povo seja vítima de embuste ao invés de ser informado.

Assim, os órgãos da imprensa nacional e local ligados à UDN, partido rival do PTB de Goulart, usaram de suas páginas para manipular a opinião política dos leitores a

favor da deposição de Jango. A UDN nasceu da luta contra a ditadura estadonovista, brandindo princípios liberais. Seus deputados, na maioria, votaram contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 1947, e a favor do monopólio estatal do petróleo. Por outro lado, a UDN desencadeou campanhas ferozes contra a “infiltração comunista” na vida pública, defendeu os interesses do capital estrangeiro e o acordo militar Brasil-Estados Unidos. Os udenistas aplaudiram em, 1960, a vassoura “populista” de Jânio Quadros. No fim, depois de perder várias eleições e articular vários golpes, deu cobertura à impropriamente chamada “revolução de 1964”.

No segundo capítulo, ao trazer a pesquisa histórica para o âmbito local, em Uberlândia-MG constato que a situação não foi diferente. Seu principal jornal, *Correio de Uberlândia*, também referendou e enobreceu o Golpe Militar através de suas publicações e editoriais. Pautada sob um discurso político de apologia do progresso, a imprensa uberlandense combateu duramente o comunismo ou qualquer proposta de governo reformista que atrapalhasse o progresso da cidade e de seus representantes mais ilustres.

Nesse capítulo, analiso matérias do Jornal *Correio de Uberlândia* publicadas entre 1960 e 1963, referentes às questões políticas que permearam o governo de João Goulart e que culminaram com a tomada do Poder pela conspiração civil-militar, que deflagrou o golpe em 31 de março de 1964. Procuro ainda, nesse capítulo, apresentar o ambiente político da cidade de Uberlândia, a fundação do jornal *Correio* e suas ligações e vínculos com a elite conservadora local.

No terceiro capítulo, analiso matérias e editoriais do jornal *Correio* publicadas entre janeiro e abril de 1964, procurando deixar claro a postura do jornal com relação à deposição do presidente João Goulart e a maneira como o periódico referenda e cultua o ato golpista. Para analisar essa postura, adicionei matérias publicadas entre 1964 e 2004. Como não é possível analisar 40 anos de publicações, devido a quantidade de matérias, selecionei matérias de 31 de março de 1965, 1969, 1974 e 2004, para demonstrar como o jornal *Correio de Uberlândia* apresenta, ao longo desse tempo, a ação inconstitucional que levou o país a viver duas décadas sob um regime ditatorial.

Procurei, ao longo deste trabalho de conclusão de curso, interrogar criticamente as fontes escolhidas para que elas não se apresentassem apenas enquanto apoios às minhas afirmativas. Os estudos históricos têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, muitas vezes fazendo uso delas apenas como fontes que

confirmem as análises apoiadas em outro tipo de documentação como, por exemplo, os relatos policiais, processos crime ou ainda atas do poder público.

Minha intenção foi fazer do contato entre o historiador e a obra do jornalista uma interpretação crítica, clara e instigante de um período de extrema importância em nossa história, e sobre o qual os jornais podem contribuir significativamente para a compreensão de uma história local, de uma concepção social e política de um grupo de homens e mulheres reunidos em um lugar comum e com certos interesses também comuns.

Segundo Pierre Rioux:

*Esse encontro entre esses dois sujeitos nos permite usufruir de um tipo de história que já não está calcada apenas no passado e num tipo de jornalismo que não se contenta apenas em trazer à tona os fatos, mas traz a partir de uma legitimidade histórica.*⁴

É claro que para se chegar a uma legitimidade histórica a partir da análise de documentos advindos da imprensa é preciso, primeiramente, duvidar de sua inocência. A esse respeito Le Goff nos esclarece que:

*O documento não é inocente, não decorre apenas das escolhas do historiador, ele próprio é parcialmente determinado por sua época e seu meio, o documento é produzido conscientemente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a “verdade”.*⁵

Evidentemente não se pode analisar um documento sem a pré-concepção de que existem muitas “verdades”. Na análise de documentos para a pesquisa em história local deve-se estar atento para o fato de que esses documentos são bastante voltados para o governo local, seus feitos, administração, e personalidades de destaque social e político.

Optei pela imprensa e pela entrevista oral – esta última apresentada no final do terceiro capítulo – para melhor compreender a postura e o pensamento político do povo uberlandense, isso devido a minha concepção a respeito dos processos crimes, papéis de inventários e documentos de empresas, por exemplo, como fontes insatisfatórias para a

⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs). **Questões para a história do presente**. Cohen. Bauru. São Paulo: Edusc, 1999. p. 120.

⁵ LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (Orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 54.

discussão da mentalidade social e política local, uma vez que dizem mais sobre comércio do que sobre as pessoas e mais sobre salários e propriedades do que sobre trabalho e rivalidades políticas.

De acordo com os apontamentos de Raphael Samuel a esse respeito verifica-se que:

*Documentos são também decisivos como uma fonte não reconhecida de abordagem, especialmente, quando o historiador depende de uma fonte única e principal: você consegue um retrato da vida nos jornais locais, diferente do relato obtido nos arquivos de bairro (...) O sistema de classe parecerá transparente ou opaco de acordo com os materiais com os quais é reconhecido e o ângulo do qual é visto.*⁶

É claro que jornais locais geralmente estão voltados para o governo e as lideranças políticas regionais e, apesar do acúmulo de informações, é possível que o povo permaneça escondido, que os trabalhadores permaneçam como meras sombras, diminuídos pelo ambiente social burguês. Todavia, os jornais nos permitem, através da publicação de grandes eventos, questionar os “silêncios” apresentados nas matérias como também os nomes selecionados dos jornais podem ser usados como fonte de questionamento para a restauração de um determinado tempo ou fato pesquisado.

São os questionamentos do historiador que determinarão os resultados de suas pesquisas:

*A História local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida. Tudo pode variar, desde a escolha do tema até o conteúdo dos parágrafos individuais (...) As perguntas com que o historiador começa, em grande parte, determinarão as respostas.*⁷

O contato do historiador com a pesquisa em história local ainda é algo pouco observado nos cursos de graduação. Muitos graduandos em História têm rejeitado os temas regionais como objetos de pesquisa, ou ainda como observa Raphael Samuel, “a história local ainda está muito circunscrita a um grupo de entusiastas”.⁸

⁶ SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v.9, nº 19, set./1989 – fev./1990. p. 55.

⁷ Idem, p. 55.

⁸ Ibidem, p. 37.

Nota-se que a grande maioria dos historiadores opta por temas de repercussão nacional ou mesmo mundial, os ditos “grandes acontecimentos da História”, dedicando menor interesse à pesquisa em história local e regional. Contudo, a pesquisa local é significativamente importante, uma vez que existe uma relação inevitável entre o geral e o local, onde uma dimensão é indispensável para que se compreenda a outra.

Partindo dessa convicção é que procuro analisar o movimento civil-militar de 1964, acontecimento de repercussão nacional e internacional, focando essa análise no âmbito local, buscando identificar as repercussões do ato golpista no cenário uberlandense. É ainda contra o revigoração das justificativas golpistas de 1964 que procuro debater faces da ditadura nascente, tentando explicar suas articulações para convencer o povo brasileiro da “necessidade” de intervir no governo constituído de João Goulart, intervenção esta efetivada sob um discurso elegantemente formulado em nome da democracia.

A presente pesquisa promove, portanto, uma abordagem da sociedade uberlandense no que se refere à recepção ao golpe de 31 de março de 1964, e à postura jornalística adotada pelo principal órgão da imprensa local da época. Procuro trazer à tona o que estava por trás de tudo isso: as relações sociais, as intenções e opções políticas da classe dominante uberlandense, bem como o ambiente social e político nesta cidade no início da década de 1960. Tudo isso, reafirmo, sem desprezar a estreita relação entre os acontecimentos nacionais e locais, relação sobre a qual nos esclarece Joana Neves:

A explicação mais significativa está na relação dialética e absolutamente inevitável entre o geral/universal e o particular/local, que faz com que uma dimensão seja indispensável para se compreender a outra, o que pode ser sintetizado no conselho dado ao poeta “canta a sua aldeia que assim cantarás o universo”.⁹

Nesta perspectiva, o espaço analisado na presente monografia envolve a cidade de Uberlândia, mas não a isolando social e politicamente do que vinha ocorrendo nas principais cidades da federação.

⁹. NEVES, Joana. O Ensino de História local. In: **Cadernos de História**. Uberlândia MG, v. 5, nº 5, jan/dez. 1994. p. 22.

Capítulo I

A instável democracia brasileira

A história política brasileira está repleta de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à organização popular, substituindo a vontade popular surgida de “baixo” por pactos e processos vindos de “cima”, através dos quais “tudo mudava para que tudo seguisse igual”. A própria independência brasileira, um negócio de pai para filho, esvaziou a possibilidade da sua conquista por parte das forças populares nacionais. Quando aconselhou seu filho a colocar a coroa na cabeça antes que algum outro aventureiro o fizesse, Don João VI não só realizou o primeiro acordo de elites da história independente do Brasil – garantindo a continuidade da elite monárquica no poder – como também manifestou uma forma de resolução política para conflitos ou transições políticas que, ao longo de nossa história, encontraria vários seguidores.

Assim como a independência, a proclamação da República também assumiu a forma de uma transição política dirigida por um setor da cúpula do Estado. Foi um movimento militar contra o imperador, em que a população assistiu “bestificada”, sem entender e sem participar. A república oligárquica implantada deu continuidade à hegemonia das elites produtoras de café, que continuaram no poder, agora sob outra forma de administração política.

Os cem anos que se seguiram de república brasileira podem ser caracterizados como uma longa parada militar como nos demonstra Emir Sader:

A história política brasileira tem sido uma longa cadeia de acontecimentos articulados entre si por pactos de elite, fiados pela força militar. A decantada capacidade brasileira de resolver mediante acordos os conflitos, tem um preço – a não resolução dos problemas de fundo do país, cujas vítimas são a maioria esmagadora da população, excluída dos direitos básicos de cidadania.¹⁰

De fato, já no nascimento da república brasileira, o grupo militar foi o principal protagonista do golpe de 15 de novembro de 1889, que derrubou o Estado Imperial e instaurou o Estado Republicano. Dois anos após a proclamação da República, apoiado por seus aliados, o Marechal Deodoro da Fonseca deu um golpe de Estado, fechando o congresso, decretando o estado de sítio e estabelecendo a censura, além de prender

¹⁰ SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991, p.1.

inúmeros líderes oposicionistas. Vinte dias após o golpe, pressionado pela opinião pública, cafeicultores e líderes militares, Deodoro renunciou. Os militares ainda se mantiveram no poder até 1894, mas tal situação logo foi revertida garantindo o poder das oligarquias.

Na década de 1920, a jovem oficialidade do Exército, os “tenentes”, através de sucessivas revoltas, deixou clara a sua insatisfação com o quadro político vigente. A primeira grande revolta tenentista estourou em 5 de julho de 1922, quando um pequeno número de militares participou da Marcha dos dezoito do Forte, sendo a sua maioria morta por tiros de fuzis e metralhadora. Nos anos seguintes, cresceu o número de adeptos do tenentismo. No final da década, a situação se complicou com a crise de 1929 e a super safra de café que o Brasil produziu em 1929/1930, a maior da história, sendo a cafeicultura responsável por 70% das exportações brasileiras. Os preços despencaram, fábricas pararam, Bancos quebraram, e o Brasil foi afetado pela Grande Depressão. Os salários dos trabalhadores caíram e as demissões se deram em massa.

Fome, desemprego, revoltas. O povo apelou para o presidente Washington Luís, também cafeicultor, mas as soluções não apareceram. Foi nesse clima de revoltas que a república velha brasileira chegou ao fim através de mais um golpe, o de 1930, tendo à frente do movimento, os tenentistas, mais uma vez os militares.

Nas eleições de 1930, o presidente Washington Luís quebrou a velha tradição da chamada república do “Café com Leite”, quando apoiou um outro paulista para a presidência da República, Júlio Prestes, ao invés de apoiar a candidatura de um mineiro. Em resposta, os mineiros se juntaram à oligarquia gaúcha e formaram a Aliança Liberal para lançar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, filho de general, fazendeiro do Rio Grande do Sul, portanto, mais um representante das oligarquias nacionais.

Contudo, em uma campanha eleitoral disputada, algo raro na república brasileira até então, Getúlio e seus correligionários buscaram apoio da população fazendo discursos de ataque às oligarquias e propondo a criação de leis trabalhistas, conquistando apoio considerável junto à população. Mas, em consequência das fraudes eleitorais e do velho sistema de voto de cabresto, a popularidade não foi suficiente para Getúlio vencer as eleições. Ganhou quem manipulou mais: o candidato paulista Julio Prestes.

Com a continuação da oligarquia paulista no poder, o ambiente político brasileiro fervilhou. Nas cidades, o desemprego aumentava, os sindicatos se agitavam, e o comunismo começava a ganhar adeptos.

É nesse quadro político que se iniciou o movimento armado, ainda chamado por muitos historiadores de Revolução de 1930. O movimento organizado pelos “tenentes” militares e alguns políticos civis, principalmente do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e Paraíba, fez erroneamente uso do termo “Revolução” para caracterizar o seu movimento golpista. No entanto, não estamos diante de um simples problema de semântica. Uma revolução propriamente dita só ocorre quando o poder político é transferido de um grupo social para outro, por exemplo, a Revolução Francesa de 1789 que destruiu a estrutura econômica de base feudal e abriu o caminho para o desenvolvimento do capitalismo através de uma insurreição burguesa, quando o Estado absolutista foi destruído e o poder foi transferido da aristocracia para a burguesia.

No caso da deposição do presidente Washington Luís, em 1930, rebeldes liderados por Getúlio Vargas e apoiados pelo exército partiram do Rio Grande do Sul e Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro e depuseram o presidente. Embora o Estado Getulista tenha se preocupado em criar leis sociais e em buscar o apoio do proletariado, tal Governo não passou de um típico Estado de Compromisso, na medida em que teve que realizar importantes concessões para as classes médias e operárias, ficando assim bem nítida a presença de antigas oligarquias na estrutura do Estado, o que, por sua vez, descaracteriza o movimento enquanto revolução.

A permanência das oligarquias no poder fica ainda mais clara quando analisamos a célebre frase de uma das personagens mais significativas da dita “Revolução de 1930”, o então presidente do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrada, ao declarar: “façamos a revolução antes que o povo a faça”. Com esta fala, que se aproxima das palavras de D. Pedro I quando declarou a independência, o governador mineiro nos legou a prova de que o objetivo do movimento era o de mudar o Brasil em alguns aspectos para que os privilégios da minoria continuassem intocados. As próprias oligarquias tomaram a iniciativa de mexer em alguma coisa, antes que o povo, as classes trabalhadoras, resolvesse realizar mudanças concretas. Dessa forma, mais uma vez, a elite promovia reformas com o intuito de não correr o risco de perder o Poder do Estado.

Os novos governantes, liderados por Getúlio Vargas, queriam convencer os brasileiros de que o país entrava em uma nova etapa da história, na qual as oligarquias haviam sido derrotadas e o Estado Nacional “construído” seria capaz de promover a união de todas as classes sociais e regiões da nação. Dessa forma, os primeiros anos da Era Vargas são confusos, vários grupos pressionavam o Governo em busca de uma

definição. Tal situação levou à Revolta Constitucionalista de São Paulo em 1932, quando a oligarquia cafeeira paulista tentou voltar ao Poder levando à radicalização da classe média, seja à esquerda através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de tendência socialista, seja à direita com a Ação Integralista brasileira, de tendência fascista.

No caso da ANL, embora o movimento dependesse maciçamente da organização do Partido Comunista, ela conseguiu agrupar um grande número de perplexos eleitores da classe média, atraídos pelo fascínio de Luis Carlos Prestes, presidente honorário da Aliança Nacional Libertadora. O papel do líder comunista Prestes na ANL era o de atrair os eleitores que ainda o admiravam como o corajoso comandante da Coluna Prestes, e que havia se destacado pela defesa dos tenentes na década de 1920, conseguindo se livrar com sucesso da perseguição do exército federal embrenhando-se no interior do Brasil durante dois anos e meio.

A respeito desse período em que surgem os primeiros movimentos políticos nacionais de forte orientação ideológica, Thomas Skidmore os apresenta enquanto movimentos ambiciosos, disciplinados e radicais:

Subitamente, parecia que a esquerda havia ganhado vida. Mais de 1600 sedes locais da ANL haviam brotado, até fins de maio de 1935. Os elementos progressistas dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A plataforma da ANL, anunciada em fevereiro, pedia o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios.¹¹

No dia cinco de julho de 1935, no Rio de Janeiro, durante um comício realizado pela ANL em comemoração ao 13º aniversário da revolta dos Dezoito do Forte, foi lido um manifesto da autoria de Luis Carlos Prestes (há pouco mais de um ano no partido comunista) que lançava a palavra de ordem “todo o poder à ANL”. Era o “erro” que o governo esperava. Seis dias depois, com base na Lei de Segurança Nacional, a ANL foi fechada e declarada ilegal. Na clandestinidade, o que havia sobrado da Aliança Nacional Libertadora ficou rapidamente sob o controle dos comunistas, os únicos aliançistas com experiência de ação política clandestina.

O Partido Comunista, influenciado por militares originários do Tenentismo, imediatamente planejou um levante armado que deveria ser realizado por algumas

¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.41.

unidades. Com isso, esperava-se que o povo apoiasse o movimento dentro de uma tática tipicamente tenentista.

Em novembro de 1935, ocorreu o levante militar aliancista, conhecido sob o nome de “Intentona Comunista”. Sublevaram-se apenas quatro guarnições militares: uma em Natal, outra em Recife e duas no Rio de Janeiro, todas abafadas pelas tropas do Governo. Vargas criara uma bem informada polícia política com agentes infiltrados em toda parte: na ANL, no Partido Comunista, e nas unidades militares suspeitas de tendências revolucionárias.

Para o Governo, a Intentona foi a desculpa que esperavam. Decretou-se o estado de sítio e a Polícia Especial iniciou uma repressão sistemática e violenta. O Governo aproveitou-se da revolta da qual participavam umas poucas centenas de militares e civis para prender mais de dez mil pessoas. Vargas e os que o apoiavam no plano de instalar uma ditadura tiraram do episódio as maiores vantagens possíveis: inicialmente apavoraram a elite e a classe média com o espantinho do “perigo comunista”, conseguindo que o congresso decretasse não apenas o estado de sítio, mas também um incrível “estado de guerra” (embora o Brasil não estivesse em guerra com ninguém). Posteriormente, com esses poderes excepcionais e com a Lei de Segurança Nacional, o Tribunal de Segurança e a Comissão de Repressão ao Comunismo passaram a prender não só os comunistas como também todo e qualquer cidadão que pudesse oferecer resistência a um eventual golpe de Getúlio.

O Tribunal de Segurança retardou o máximo possível o julgamento dos acusados, conquistando assim duas vantagens: deixar a opinião pública em constante suspense, e manter os presos – contra a maioria dos quais não havia absolutamente prova alguma - mofando na prisão. O encarregado dessa sistemática repressão era o chefe da Polícia Especial, capitão Fillinto Strubling Muller, cuja polícia, auxiliada pelos milicianos integralistas, especializava-se rapidamente em prisões arbitrárias, espancamentos, torturas e assassinatos. Tudo, é claro, em nome da democracia, da liberdade e do espírito cristão, “ameaçado” pelo terror vermelho do comunismo.

As eleições para presidente da República estavam marcadas para janeiro de 1938, e desde janeiro de 1937 vinha-se desenvolvendo a campanha eleitoral. Plínio Salgado (integralista) lançou-se candidato, e o ex-governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, também se candidatou apoiado pela União Democrática Brasileira, congregando as oposições a Getúlio Vargas. Para disfarçar suas intenções continuistas, o Governo lançou como candidato oficial o ex-ministro José Américo de Almeida,

embora fosse quase certo que, se houvesse eleições, o vencedor seria Armando Sales. Mas Vargas não estava preocupado, a repressão policial era tão intensa que se tornava impossível uma campanha eleitoral normal e pacífica. Além disso, como Getúlio sabia que as eleições não se realizariam, ele apenas esperava a melhor oportunidade para desfechar o golpe e estabelecer a ditadura.

As condições para o golpe já estavam criadas. Os generais Góis Monteiro, chefe do Estado Maior, e Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, apoiavam firmemente a instauração da ditadura. Esperava-se apenas um pretexto final para o golpe, e em setembro de 1937, o pretexto surgiu.

No dia 30 de setembro de 1937, os jornais anunciavam que o Estado-Maior do Exército descobrira um plano comunista para a tomada do poder. Atribuindo ao Komintern (central comunista internacional) e assinado por alguém de sobrenome judeu, Cohen, era o famoso “Plano Cohen”, um pseudoplano comunista de “greves”, “massacre de líderes políticos”, “desrespeito aos lares”, “incêndio de Igrejas”, tudo não passando de uma encomenda cujo autor era um militar integralista que servia no Estado-Maior, o capitão Olympio Mourão Filho (vinte e sete anos mais tarde, o já então General Mourão Filho sublevaria a guarnição de Belo Horizonte dando início ao golpe político militar de 1964).

Vargas e os militares golpistas que o apoiavam alegaram que o país estava à beira de ser controlado pelos comunistas e conseguiram que o Congresso decretasse novamente o “estado de guerra”, reforçando ainda mais os poderes do Governo.¹²

Enfim, a dez de novembro de 1937 Getúlio desfechou o golpe, sem tiros, sem mortes, sem resistência. Uma Companhia de soldados fechou o Congresso, os governantes encarregaram-se de prevenir protestos em seus Estados, as tropas ficaram de prontidão. O ditador leu um pequeno discurso pelo rádio anunciando o “nascer de uma nova era” e a nova constituição, na verdade pronta há meses. Desta forma, para “defender a liberdade”, o Brasil entrava na ditadura do Estado Novo.

Ainda segundo Skidmore, para Vargas o Brasil não tinha alternativa senão instituir um regime “forte de paz, justiça e trabalho”, que reajustaria o organismo político às necessidades econômicas do país:

¹² Arrisco-me a afirmar que não só Getúlio Vargas como também vários outros ditadores latino-americanos do século XX deveriam ter uma profunda dívida de gratidão para com Karl Marx, uma vez que se ele não tivesse elaborado a ideologia comunista, como justificariam as ditaduras?

*Na sua transmissão radiofônica de 10 de novembro, Vargas explicou que o Brasil devia deixar de lado a democracia dos partidos que ameaçava a unidade Pátria. Descreveu o Congresso como sendo um aparelho inadequado e dispendioso, cuja continuação era desaconselhável.*¹³

O Estado Novo desdobrou-se em uma ditadura repleta de perseguições políticas, prisões e torturas. Mas, mesmo ditador, Getúlio Vargas soube manter-se um presidente populista. As rádios e a imprensa atentamente censuradas e controladas ajudaram a mantê-lo bem alto na cotação popular, e a ditadura estabelecida por Getúlio Vargas estendeu-se até 1945, quando, após lutar contra as ditaduras fascista e nazista na 2ª Guerra Mundial, Getúlio não tinha como se manter ditatorialmente no poder, sendo deposto pelo Alto Comando do Exército. Como havia acontecido nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937, foram mais uma vez os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder.

No setor da política trabalhista, o Estado Novo tendeu a concretizar a obra iniciada nos anos posteriores ao golpe de 1930. Vargas conjugou, com significativo sucesso, uma intensa repressão ao movimento operário, ao mesmo tempo em que criava um conjunto de leis que representava um certo avanço para os trabalhadores. A institucionalização das relações entre o Estado e a classe operária não se fez sem a elaboração de uma ideologia. O Trabalhismo/Populismo. Essa ideologia partia da mistificação da figura de Vargas, o “doador” de toda a legislação trabalhista que “retirou” o operariado de sua situação de total abandono e esquecimento. Essa mistificação foi veiculada por intensa campanha discursiva e propagandística acerca do papel do trabalhador na construção do país, ao mesmo tempo em que Getúlio passava a ser conhecido como o “pai dos pobres”, o trabalhador e o trabalho passavam a figurar nos discursos oficiais de tal forma que iriam marcar grande parte das manifestações políticas do país.

Essa concepção de Vargas enquanto pai dos pobres sobreviveu durante muitos anos e ainda hoje está presente nos relatos de pessoas que viveram aquele período. Todavia, se Vargas era “pai dos pobres” também era a “mãe dos ricos”, uma vez que, apesar das concessões estabelecidas, via no operariado um perigo claro a ser temido e vigiado, como nos afirma Antonio Augusto Faria:

¹³ SKIDMORE, op. cit., p.50.

Uma das leis trabalhistas mais importantes foi a lei sindical de 1939, onde os sindicatos eram submetidos definitivamente à tutela do Estado, com o objetivo nas palavras de Vargas de preservar a vida interna dos sindicatos da contaminação de maus elementos sociais, da intervenções estranhas e corruptoras, da infiltração das ideologias perturbadoras(...) e colaborar com os poderes públicos no sentido do desenvolvimento da solidariedade das classes produtoras e harmonização de seus interesses.¹⁴

Mais uma vez, as oligarquias se mantinham no poder, numa prevenção em defesa de seus interesses políticos e econômicos, mascarados pela ideologia trabalhista ou populista.

O período que se estende de 1945 a 1964 é tradicionalmente conhecido com o período do populismo, caracterizado não só no Brasil, através da Era Vargas, como também em grande parte da América Latina por uma intensa manipulação das massas. Lideranças carismáticas disputavam o poder junto às massas, ora fazendo concessões (as leis trabalhistas de Vargas são um ótimo exemplo) ora utilizando o povo como elemento de ataque às antigas oligarquias.

Nos momentos finais do Estado Novo foram criados novos partidos políticos, inclusive aqueles que serão diretamente responsáveis pela política populista no período que aqui se pretende analisar. Sob inspiração direta de Vargas foram criados o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 15 de maio de 1945, e o Partido Social Democrático (PSD) em 17 de julho do mesmo ano. O primeiro procurou arregimentar os sindicatos e os trabalhadores, enquanto o segundo reunia os setores mais conservadores da sociedade, inclusive as antigas oligarquias. Em 7 de abril de 1945, também foi fundada a União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação liberal, frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas. Na UDN, estavam representados os políticos ligados à burguesia brasileira que se associava com o capital estrangeiro. Outros partidos também foram criados ou legalizados, valendo destacar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) reunindo os antigos membros da Aliança Nacional Libertadora.

Segundo o que Thomas Skidmore nos relata:

O PTB representava o esforço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente. O partido foi

¹⁴ FARIA, Antonio Augusto. **Getulio Vargas e sua época**. São Paulo: Global, 1983, p. 52.

*organizado por prepostos de conselheiros de Vargas, como Alexandre Marcondes Filho, Ministro do trabalho, e Alberto Pasquili. Como Ministro do Trabalho desde 1943, Marcondes Filho havia consolidado as leis trabalhistas e ajudado a produzir a mística do trabalhismo, sobre a qual se pudessem basear um movimento político.*¹⁵

A conjuntura internacional que se polarizava na oposição ideológica entre o liberalismo democrático e o fascismo emprestou forças à coligação iniciada em torno da UDN, fazendo com que o partido se consagrasse como representante das forças liberais no país. No entanto, o processo político-partidário em vigor de 1945 a 1964 teve como eixo a coligação PSD-PTB, tornando-se o cerne do regime populista brasileiro. A UDN, com seu discurso elitista e moralista, só chegaria ao poder de fato ao eleger Jânio Quadros em 1960.

À UDN, forjada no combate a Vargas e à ditadura e dividida entre seu papel de oposição liberal e suas raízes sociais elitistas e conservadoras, somente restaria duas estratégias de atuação política: o discurso moralizante anticorrupção ou o golpismo exarcebado. De ambas, o partido lançou mão fortemente, ao longo de sua trajetória, incorporando-as a seu papel de “eterna vigilância” oposicionista. Neste papel, caberia à UDN combater constantemente as formas de intervenção do poder público: o partido se tornaria o baluarte das forças antiintervencionistas, antiestatizantes e pró-capital estrangeiro, presentes na conjuntura internacional do pós-guerra. Essa postura levou a União Democrática Nacional a tornar-se o adversário histórico do Partido Trabalhista Brasileiro e do Populismo, como podemos notar a partir das eleições de 1946.

No pleito eleitoral para o período de 1946-1951 saiu vitorioso o Marechal Dutra, apoiado pela coligação PSD-PTB. Como se sabe, esse período corresponde ao início da Guerra Fria e a uma intensa participação dos Estados Unidos nos negócios da América Latina, olhada como área significativa dentro do plano de contenção do avanço soviético, contra o qual os EUA lutavam fortemente para que não se espalhasse no seu “quintal” o terror vermelho do comunismo. O Governo Dutra alinhou-se rapidamente com essas novas questões, como se pode perceber pelo rompimento de relações com a URSS e com o fechamento do Partido Comunista. Em contrapartida, a Constituição de 1946 restabeleceu as práticas democráticas interrompidas pelo Estado Novo fortalecendo o Executivo federal.

¹⁵ SKIDMORE, op. cit., p.82.

Nas eleições de 1950, Vargas voltou ao poder, apoiado pelo PTB e pelo PSP (Partido Social Progressista) derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o candidato do PSD, Cristiano Machado. Sua vitória traduzia claramente o poder de manipulação da política populista. Afinal, Vargas era o “pai” dos trabalhadores brasileiros e, após cinco anos do fim da ditadura do Estado Novo, Getúlio reassumia essa suposta paternidade. Em 1952 indicou pessoalmente para presidir o PTB seu pupilo, João Goulart, “era a primeira vez que Vargas apontava quem seria o seu preferido na condução do partido: foi o profeta ungido pelo carisma”.¹⁶

Em junho 1953, Vargas muda o ministério e, aos 35 anos, seu herdeiro político João Goulart torna-se ministro do trabalho, num período crítico pelo qual passava o governo devido às críticas que vinha recebendo dos adversários e à perda de apoio junto aos operários.

A convocação de João Goulart para o ministério do trabalho foi uma tentativa de Vargas em aproveitar o prestígio que Jango, então presidente nacional do PTB, possuía junto aos meios sindicais apostando na sua capacidade de negociação. Com a nova função, Jango alcançou projeção nacional estreitando seus laços com lideranças sindicais e fortalecendo sua base junto às camadas populares.

No ministério do trabalho, Jango buscou formar uma ampla articulação entre os setores populares sob hegemonia do partido que presidia, atuando para aproximar o PTB do Partido Comunista do Brasil, e de outros grupos de esquerda.

É nesse contexto que se iniciam as campanhas mais acirradas de conservadores contra Jango, acusado de ser simpatizante do comunismo e de planejar a instauração de uma república sindicalista no Brasil, além de causar uma reação do empresariado e das camadas médias ao apresentar em 1954 uma proposta de correção em 100% do salário mínimo. Todavia, embora sua base de apoio fosse predominantemente operária, suas iniciativas também buscaram beneficiar o empresariado nacional e estimular o desenvolvimento industrial brasileiro, pautando sua atuação de acordo com as linhas gerais do nacional desenvolvimentismo.

Vargas desenvolveu também uma política econômica nacionalista, consubstanciada na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, Petrobrás em (1953), e tentativa de criar a Eletrobrás (só conseguida no Governo Goulart), que contou com a feroz oposição da UDN e dos grupos ligados ao

¹⁶ VILLA, Marco Antonio. **Jango: um perfil 1945-1964**. São Paulo: Globo, 2003, p. 20.

capital internacional. Esta situação provocou inúmeras crises, a última das quais em agosto de 1954, quando o jornalista Carlos Lacerda (líder udenista) foi vítima de um atentado na porta de sua residência, em Copacabana. Lacerda escapou, mas o Major da Aeronáutica – Rubens Vaz – que o acompanhava foi morto, gerando uma crise que culminou no suicídio do presidente, no inesquecível episódio do dia 24 de agosto de 1954, quando Getúlio “saía da vida para entrar na história”.

Na madrugada deste dia, pouco antes de tirar a própria vida, o presidente Getúlio Vargas entregou a João Goulart um envelope fechado que deveria ser divulgado no Rio Grande do Sul. O envelope continha um documento que se tornou referência da história política brasileira: a carta testamento de Getúlio Vargas.

Esse momento marca também a herança do legado populista de Vargas, que é passado ao seu fiel colaborador na última etapa da sua trajetória política, fazendo de Jango o sucessor do projeto político varguista.

Nas eleições para o senado em 1954, Goulart é derrotado, mas torna-se um dos principais articuladores da aliança PSD-PTB para a campanha presidencial de 1955, tendo Juscelino Kubitschek como cabeça e ele próprio como candidato a vice. Evidentemente, as forças populistas conseguiram mais uma vitória sobre a UDN que, inconformada, tentou articular um golpe para impedir a posse de JK, apoiando-se nos meios militares:

Em fins de outubro, a UDN fora o único dos grandes partidos que não fizera um pronunciamento público opondo-se ao golpe (...) A 4 de novembro, Carlos Lacerda publicou um editorial no seu jornal Tribuna da Imprensa, dando o sinal de partida: Esta é a hora da decisão para as Forças Armadas.¹⁷

Nesse caso, foram exatamente os militares nacionalistas, com o Ministro da Guerra à frente, Marechal Lott, que impediram a consumação do golpe. Café Filho, vice de Getúlio que assumira a presidência após o suicídio, fora hospitalizado, e Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assumira sendo deposto pelo Marechal Lott por estar implicado no golpe. O presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a presidência em 11 de novembro de 1955 permanecendo no cargo até 31 de janeiro de 1956, quando deu posse a Juscelino e Jango.

¹⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 192.

No período de governo de Juscelino (1956-1961), aconteceram duas pequenas sublevações militares, logo contornadas. A ênfase do novo governo foi o Plano de Metas, voltado para a industrialização, a partir da utilização maciça de capitais estrangeiros, num flagrante contraste com a política econômica desenvolvida no último período de Vargas. Usando o slogan “50 anos em 5”, característico da ideia desenvolvimentista, JK privilegiou as indústrias de bens de consumo, principalmente a automobilística.

As metas pretendidas foram alcançadas e, em certos casos, houve superação das expectativas. A 31ª Meta era a construção de uma nova capital, que foi construída na região centro-oeste: Brasília.

Contudo, os problemas econômicos derivados dessa política desenvolvimentista foram vários, notadamente a inflação. O crescimento econômico do país pouco beneficiou os mais pobres, uma vez que houve um grande crescimento da indústria de bens de consumo duráveis, sendo a classe média, nessa época, a única capaz de comprar esses produtos. O mais interessante é que, apesar da postura de Juscelino em aplicar um programa econômico ambicioso a partir do uso de capital estrangeiro, a UDN, principalmente através dos discursos de Carlos Lacerda, não deixou de acusar JK de comunista, provavelmente pelo fato dele ter feito carreira nas fileiras do PSD mineiro, sendo, portanto, assim como Jango, herdeiro de uma das alas do sistema político de Vargas.

Como em fins do Governo JK a inflação e a dívida externa aumentavam sem parar, a insegurança tomava conta dos brasileiros. Nas eleições presidenciais de 1960, utilizando uma campanha moralista que atraiu todas as classes sociais, Jânio Quadros elegeu-se presidente para o período de 1961-1965. Politicamente conservador, ele agradava à classe média e à classe mais alta, o que lhe rendeu o apoio da UDN de Carlos Lacerda.

De acordo com a Constituição de 1946, os eleitores deveriam votar separadamente para presidente sem se importar se eles eram ou não do mesmo partido. Assim, nas eleições de 1960, enquanto a chapa apoiada pela UDN apresentava como candidatos Jânio Quadros e Milton Campos, do outro lado a coligação PTB-PSD apoiava o Marechal Lott e João Goulart. O Brasil elegeu Jânio presidente e Jango vice, criando-se assim uma situação um tanto quanto incoerente uma vez que PTB e UDN eram forte adversários políticos.

Jânio Quadros ficou apenas sete meses no poder, renunciou em agosto de 1961. O curto período de governo de Jânio deixou a população um tanto quanto perplexa: medidas absolutamente impensáveis como a proibição de brigas de galos, de corridas no jôquei-club, restrições ao uso de roupas de banho nos desfiles de Miss-Brasil, eram tomadas lado a lado com a tentativa de implantar uma política externa independente (reatamento com a URSS, com a China, condecoração de Che Guevara), deixavam entrever um estilo de governo inusitado. Em agosto de 1961, o governador da Guanabara (Estado do Rio de Janeiro), Carlos Lacerda denunciou à imprensa que um golpe de estado estava sendo planejado, visando transformar o presidente em ditador. No dia seguinte, Jânio renunciou.

Constitucionalmente deveria assumir a presidência da república o vice João Goulart, que estava fora do país em missão comercial na China. Goulart deveria retornar para assumir o governo e completar o período presidencial. No entanto, os ministros militares opuseram-se ao retorno, gerando uma nova crise. O país esteve à beira de uma guerra civil, pois o III Exército, no Rio Grande do Sul, exigia o respeito à Constituição e a posse de Goulart. Chegou-se a uma solução de compromisso com a adoção de um Ato Adicional que estabeleceu o Parlamentarismo no país. Goulart assumiu a presidência tendo como Primeiro Ministro Tancredo Neves e, até 1963, vigorou o sistema parlamentarista, porém de maneira precária sendo abolido num plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo.

De 1963 a março de 1964, assistiu-se a uma radicalização dos setores da direita e da esquerda. Nesse período, a luta entre conservadores e progressistas atingiu seu ponto máximo, sobretudo a partir do momento em que um deles assumira sozinho o controle absoluto do país.

Jango assumiu o país num momento extremamente delicado, a economia crescia pouco e a inflação aumentava. Na opinião de vários analistas da época, a única saída seria destruir as estruturas arcaicas e modernizar o capitalismo brasileiro, mas que essa modernização fosse capaz de estender os benefícios à população mais pobre, ou seja, o Brasil precisava de Reformas de Base. João Goulart e a maior parte do PTB eram a favor das Reformas de Base sendo apoiados por uma importante parcela do povo brasileiro.

A esquerda se mobilizou para que as Reformas fossem realizadas. No Nordeste, surgiram as ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião, um advogado trabalhista com idéias de esquerda, e em Pernambuco, o governador Miguel Arraes dava toda força

à luta dos trabalhadores rurais. Os sindicatos operários também se organizavam para enfrentar a inflação, deflagrando greves. Estudantes e intelectuais participavam de um processo de conscientização popular.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) fez passeatas em favor das Reformas de Base e criou, em 1961, os CPCs (Centros Populares de Cultura) que, através de espetáculos musicais e teatrais, bem como de palestras nas vias públicas, transmitiam mensagens políticas para a população. Contudo, nem todos estavam a favor desse clima de efervescência e mudanças.

Os grandes empresários, ligados aos militares, e com plena aprovação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), com acesso aos altos círculos econômicos, políticos e militares, vinculados a grupos econômicos externos e à embaixada norte-americana, dispondo de grandes recursos financeiros e influenciando decisivamente os meios de comunicação tramavam uma ação clandestina visando a derrubada de Goulart.

A esquerda vinha pressionando Goulart para que colocasse em prática as tão esperadas reformas, sobretudo a reforma agrária, que Jango prometera dar início no comício realizado no dia 13 de março, sexta-feira, na Central do Brasil, Rio de Janeiro em que Jango procurara impressionar o público presente com dois grandes trunfos que tinha em mãos: o decreto da encampação das refinarias particulares e o decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), que declarava sujeitas à desapropriação as propriedades rurais superiores a 500 hectares, marginais das vias federais num faixa de 10 quilômetros e superiores a 30 hectares, além de marginais de açudes de obras de irrigação financiadas pelo governo. No palanque, Goulart chegou a assinar vários decretos que iniciariam a aplicação dessas reformas, sem temer as reações da elite nacional, como nos demonstra Moniz Bandeira:

Perante multidão de 200 mil pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações para o comício de 13 de março, Goulart proclamou, sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava uma estrutura econômica superada, injusta e desumana.¹⁸

O Congresso Nacional reagiu, uma vez que isso seria prerrogativa sua. Em 15 de março, o presidente encaminhou mensagens ao Congresso Nacional com exposição de

¹⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Brasília: UNB, 2001, p.163.

amplo projeto reformista. Nos dias subseqüentes, organizações orientadas pela direita golpista promoveram movimentos de oposição ao Governo. Segmentos da classe média, influenciados por grande parte dos órgãos de imprensa escrita, pelo medo de uma “revolução comunista” como a que ocorrera poucos anos antes em Cuba e pela Igreja Católica conservadora saíram às ruas pedindo a deposição do presidente. Era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma resposta das classes dominantes ao comício do dia 13 no Rio de Janeiro.

Depois do histórico comício da Central do Brasil, Goulart, de acordo com seus opositores, perdera a legitimidade e o resquício de confiança que por ventura ainda tivesse. Os militares antijanguistas, que há muito já se organizavam para depor o presidente, articulados com os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro (na época Estado da Guanabara) e Ademar de Barros, de São Paulo, todos udenistas, entraram logo em ação para depor o presidente, apoiados de forma incondicional pela maioria do clero da Igreja Católica, proprietários rurais, setores da classe média e empresariado nacional e internacional.

Enfim, três acontecimentos, ocorridos naquele março de 64, (o comício de 13 de março na Central do Brasil no Rio de Janeiro, a revolta dos marinheiros no dia 24 – que reivindicavam mais direitos, inclusive o de votar – e o almoço do presidente Goulart com os sargentos no Automóvel Clube no dia 30), foram determinantes para as Forças Armadas, no sentido de impulsionar uma reação conservadora e antidemocrática que viria a ser consumada não só na deposição do presidente João Goulart em 31 do mesmo mês, como também na ocupação de chefia do Estado que daria origem, apesar dos inúmeros golpes e ameaças militares sofridas ao longo de nossa história política, à uma Ditadura Militar no Brasil.

Os setores militares tornaram-se agudamente descontentes com o apoio do presidente às revoltas dos sargentos e dos marinheiros. Setores da imprensa, da classe média, devidamente assustada com o “perigo comunista”, pregações da Igreja Católica (rezar o terço para afastar o espectro comunista) serviriam de respaldo para o golpe que se articulava.

Em 31 de março, tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho saem de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro onde João Goulart se encontrava. Deposto, Jango partiu para o exílio aonde viria a falecer doze anos depois, sem jamais ter retornado ao Brasil.

Sobre os acontecimentos relativos às Forças Armadas, desenrolados em março de 1964, Jacob Gorender nos esclarece:

*Durante o Governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática. No final, teve efeito decisivo a indisciplina crescente dos subalternos, que mesmo a oficialidade menos politizada interpretou como ameaça à sobrevivência organizacional da instituição.*¹⁹

O Golpe civil-militar que se legitimara através de um discurso salvacionista, propalava a necessidade de correção de rumos para o retorno à ordem democrática, uma vez que estaria livrando o país de uma suposta revolução comunista, mas que acabou desdobrando-se em um regime autoritário em que as liberdades democráticas foram reprimidas, sobretudo as de opinião.

A repressão dos militares com relação àqueles que lutavam pela redemocratização do país foi enorme, havendo grande número de assassinatos, torturas, exílios e desaparecimento de políticos e intelectuais que ousaram contestar o governo. Muitos que sonharam com um país melhor não tiveram direito ao futuro! O golpe de março de 1964 significou o colapso da época populista no Brasil.

Todavia, o fatídico golpe de 31 de março de 1964 não significou apenas o fim da Era Populista com o exílio de Jango (herdeiro político de Vargas) para o Uruguai. Representou, principalmente, a derrocada de um caminhar da república democrática que vinha sendo construído desde 1946. Assim, quando os militares afastaram Getúlio Vargas da presidência do Brasil em 1945, encerrando a ditadura do Estado Novo, aconteceram duas importantes eleições: para a Assembléia Constituinte e para a presidência da República. Os membros da Assembléia Constituinte elaboraram a constituição de 1946, considerada na época a mais liberal que o Brasil havia tido, estabelecendo o voto direto e secreto para presidente da república.

É sabido que a Constituição não estabelecia direitos trabalhistas para os empregados rurais nem mencionava a possibilidade de uma reforma agrária. Contudo, o período que vai da queda de Getúlio e das eleições diretas para presidente da república, em 1945 e 1946 respectivamente, ao golpe militar de 1964, foi o primeiro em nossa história no qual os presidentes da república passaram a ser eleitos pelo povo com o voto

¹⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987, p.58.

direto e secreto. Essa Era Democrática se interrompeu quando os militares impuseram a ditadura a partir de 31 de março de 64.

A contextualização até aqui realizada nos permite perceber, entre outras coisas, a concepção militar de Democracia a partir da Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional desde abril de 1935, e das ameaças constantes exercidas por movimentos militares contra o regime democrático brasileiro. Outro fato a se destacar diz respeito ao populismo empreendido, sobretudo pelo PTB, enquanto uma ideologia progressista e reformista, e não comunista, bem como as diferenças ideológicas que fizeram da UDN e do PTB adversários políticos destacando-se nessa relação a questão do anticomunismo exacerbado divulgado pela União Democrática Nacional e por grande parte da imprensa escrita nacional, principalmente a partir da década de 1930. O uso da imprensa enquanto mercadoria política com o objetivo de manipular a massa e formar opinião temerosa e contrária ao comunismo, utilizada como “desculpa” para justificar a deposição de Jango, é fundamental para a posterior análise do periódico uberlandense *Correio de Uberlândia* efetuada nos próximos capítulos. Todos esses elementos associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo janguista em março de 1964.

No que se refere à participação militar em golpes empreendidos contra o governo democrático brasileiro ao longo de nossa história republicana, é possível perceber que, em várias ocasiões, os militares apoiaram golpes e ditaduras. Entre as razões para tais intervenções destaca-se o fato de que, por sua própria formação profissional, os militares tinham uma visão hierarquizada do Estado, tendendo muito mais a apoiar um regime autoritário do que um regime liberal. Outro fator importante que devemos considerar é que foi se consolidando entre os oficiais, ao longo da República, o pensamento de que se deveria substituir a política no Exército pela política do Exército, e a política do Exército visava seu próprio fortalecimento, bem mais viável num regime autoritário do que numa democracia liberal. Com todos esses fatores à sua disposição, além da divulgação do comunismo enquanto um perigo à sociedade ordeira, trabalhadora e cristã, tornou-se relativamente fácil, principalmente à Getúlio em 1937 e aos militares em 1964, instalarem as respectivas ditaduras e mantê-las por longos anos.

A esse respeito, Werneck Sodré nos diz que:

O golpe ocorrido no Brasil em abril de 1964 pode ser claramente compreendido, pois, na gigantesca moldura de um continente em que

*a força militar passou a ser empregada como componente político fundamental, com a missão de deter o impulso para a mudança.*²⁰

No caso específico do golpe de 1964, o movimento golpista havia se organizado pregando a necessidade de “restabelecimento da ordem social” e de retomada da expansão econômica liquidando a inflação, diagnosticada como responsável pela estagnação e como favorecedora da crise social. Os militares estariam, então, demonstrando o seu patriotismo, impedindo a “subversão comunista”. Com esse discurso salvacionista, os militares assumem o poder do Estado derrubando o governo constitucional de João Goulart e mascarando sua ação inconstitucional.

Antonio Duarte analisa a incoerência do discurso militar com relação à postura por eles adotada logo nos primeiros meses de governo:

*A experiência prática do Golpe Militar de 1964, contra o Governo de João Goulart, revelou duas verdades. Primeiro, os militares não restabeleceram a ordem, como afirmavam. Segundo, desvendou para aqueles que instigaram ao golpe militar, a verdadeira face da relação das Forças Armadas com o conceito de democracia, em nome do qual desfecharam o ataque ao governo em 1964.*²¹

Devemos, portanto, analisar o momento político em que o mundo vivia no início da década de 1960, o contexto de uma Guerra Fria, quando o Brasil buscava uma independência política e econômica no cenário de dominação de uma superpotência (EUA) que se encontrava em confronto político-ideológico com outra superpotência (URSS), e com o movimento socialista, o que tornava tudo ainda mais grave e representou um dado de grande peso na nossa análise.

O Governo Goulart (1961-1964) se deu num momento histórico tempestuoso, na confluência do agravamento das contradições de classes no interior da sociedade brasileira, e no auge da Guerra Fria estendida para o continente americano. A Revolução Cubana em 1959, a derrota americana na invasão da Bahia dos Porcos em abril de 1961, a crise dos mísseis soviéticos introduzidos em Cuba em outubro de 1962, a recusa do governo brasileiro em apoiar a expulsão de Cuba do sistema americano e dar aval para a destruição desse regime, bem como o assassinato de John Kennedy em

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura, 20 anos de autoritarismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984, p. 89.

²¹ SILVA, Marcos (org). **Brasil 1964-1968: a ditadura já era ditadura.** São Paulo: LCTE Editora, 2006, p.27.

novembro de 1963, foram uma sucessão extraordinariamente rápida de acontecimentos que lançaram em estado de histeria anticomunista os círculos dominantes e a opinião pública dos Estados Unidos, o que já tornava problemática a sobrevivência do governo Goulart devido a sua postura progressista. Acompanhemos a postura de Goulart frente a tais acontecimentos:

*A defesa do principio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil (...). É pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político(...) Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto quanto o norte-americano: o da guerra nuclear. [Temos] esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.*²²

É nesse contexto que podemos entender a ideologia da Lei de Segurança Nacional, instrumento utilizado pelas classes dominantes associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. Foi sob a Doutrina de Segurança Nacional que os generais e políticos golpistas tomaram o poder do Estado no Brasil em 31 de março de 1964.

A tomada do poder foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu o capital brasileiro, corporações multinacionais, governo dos Estados Unidos da América e militares brasileiros, e especialmente um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) como nos apresenta Maria Helena Moreira Alves:

Documentos recentemente tornados públicos demonstram que o governo norte-americano, através da CIA, agiu em coordenação com civis e oficiais militares – membros das classes clientelísticas – no preparo e realização dos planos para desestabilizar o governo Goulart. A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis

²² Trechos da carta de 24/10/1962 do presidente João Goulart ao presidente Kennedy, em resposta à que este lhe enviara pressionando-o a participar de uma invasão militar de Cuba, no auge da “crise dos mísseis” com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

*de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra.*²³

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi, e tem sido, utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Ela não implica o apoio das massas para que o poder de Estado se legitime, nem procura obter este apoio. A doutrina em questão prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos” e da “guerra psicológica”, ou seja, dentre os inimigos eleitos pelo Estado se destacam os comunistas e a guerra psicológica a ser combatida refere-se à “ideologia vermelha”. Portanto, trata-se de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista.

Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inflexivelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão. Foram essas as atitudes tomadas pelos líderes do movimento golpista no Brasil, a partir de 1964. A ordem social que seu discurso dizia estar restabelecendo foi “reimposta” a ferro e fogo pela repressão aos líderes sindicais, estudantes, intelectuais, artistas, políticos, partidos e organizações catalogados como subversivos. O Congresso foi amputado, deputados e senadores tiveram seus mandatos cassados, ocorrendo o mesmo com governadores, prefeitos e vereadores.

Vários foram os políticos condenados à perda de seus direitos políticos por até dez anos, encontrando-se entre eles inclusive moderados com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o ex-presidente Jânio Quadros e até mesmo os governadores udenistas Ademar de Barros (SP) e Carlos Lacerda (RJ), ambas lideranças políticas que figuraram entre os civis membros da organização golpista. Tais cassações deixaram claro que o plano dos governantes militares era de se manterem no poder por um longo tempo, ao contrário do que esperavam os políticos que haviam apoiado o movimento.

²³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-84)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 23-24.

Sob a Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas trataram de reprimir os dirigentes considerando-os “inimigos internos” e manipulando o ideário liberal em função de seus objetivos ditatoriais como nos adverte Emir Sader:

Os interesses do país são identificados nessa doutrina, à segurança nacional, que encontra seus defensores máximos nas Forças Armadas, a própria encarnação da nação. Em nome desse papel, as instituições militares haviam se reivindicado o direito de subverter a Constituição e o sistema legal estabelecido, para fundar um novo sistema de poder, legitimado pelas próprias Forças Armadas em nome da segurança nacional.²⁴

Enfim, as elites nacionais nas quais se incluem a alta oficialidade do exército e os grandes empresários, amedrontados com um possível regime político que ameaçasse a propriedade privada, forjaram um cínico discurso contra-revolucionário em defesa da democracia que foi alimentado e perdurou durante todo o regime ditatorial militar. E, ainda hoje, persiste na memória e na concepção de muitos brasileiros que vivenciaram aquele período, sobretudo os militares, sejam eles da reserva ou da ativa. A democracia que os grandes proprietários rurais, a burguesia e classe média bem como o empresariado nacional e internacional e as Forças Armadas defendiam, resumia-se na manutenção de um sistema capitalista excludente e na garantia da propriedade privada.

Essa assertiva pode ser confirmada a partir da obra de Adolpho de Paula Couto, um militar da reserva que nos apresenta o que ele concebe por “Revolução de 1964” enquanto uma medida de salvação nacional, devendo ser gratos a ela tantos seus adversários e inimigos que aí estão hoje ocupando posições destacadas em todos os campos de atividade, inclusive no Governo, poupados do rigoroso expurgo que sofreriam na sua aliança como o Comunismo. Segundo Adolpho:

*As Forças Armadas foram levadas à Revolução de 31 de março pelo clamor da sociedade civil. Este alerta tão bem conduzido nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, era produto das seguintes ameaças...
... ao direito à livre representação política pela pretensão de fechar o Congresso Nacional, eliminar os partidos políticos e substituí-los por uma ‘república sindicalista’, para uns e pela própria ditadura comunista, mascarada de república popular para outros.²⁵*

²⁴ SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991, p. 19.

²⁵ COUTO, João Adolpho de Paula. **Revolução de 1964: a versão e o fato.** Porto Alegre: Gente do Livro, 1999. p.. 166.

O autor explicita a contradição do discurso militar, uma vez que os militares praticaram todos os atos do quais diziam estar livrando o país e o povo brasileiro, cometendo barbaridades que afirmavam evitar com a “gloriosa revolução”.

Assim como as Forças Armadas, a União Democrática Nacional, através de suas principais lideranças políticas, também desempenhou papel fundamental na deposição do ex-presidente João Goulart. Grande parte da classe média simpatizava com a UDN, talvez motivada pela imagem de que seus integrantes seriam todos “pessoas de bem”, ou seja, empresários e indivíduos com nível de instrução universitária. Embora dirigisse constantes críticas e ataques aos membros do PTB e do Partido Comunista, enfatizando a possível “ameaça comunista às liberdades democráticas”, em 1964 a maior parte dos udenistas apoiou o golpe que inaugurava a ditadura militar e expurgava a democracia representativa brasileira.

Como nos foi possível acompanhar nas páginas anteriores, a União Democrática Nacional, sobretudo através da pessoa de Carlos Lacerda, foi o grande adversário político do populismo no Brasil. As oposições mais ferrenhas começaram no início dos anos de 1950, período em que Vargas voltava ao Poder pela vontade popular. A decisão de Getúlio Vargas em conceder o aumento de 100% do salário mínimo em 1954, cumprindo a proposta de João Goulart - quando ministro do trabalho – provocou forte reação do empresariado e das camadas médias, sobretudo dos udenistas. Os antigetulistas mais extremados da UDN lançaram-se febrilmente à luta, fazendo conferências e comícios, engrossando a ofensiva contra o então presidente.

Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, centenas de populares atacaram sedes da União Democrática Nacional e de jornais antigetulistas. Embora Carlos Lacerda acreditasse que com o afastamento de Vargas, a UDN venceria as eleições, PSD e PTB, os partidos getulistas, uniram-se para apoiar a candidatura de Juscelino Kubitschek que saiu vitorioso nas eleições presidenciais de 1955.

Conseqüentemente, o Governo Kubitschek também foi ferozmente atacado pela UDN, sendo taxado de comunista nos discursos promovidos por Lacerda. Quando enfim conseguiram eleger um candidato à presidência em 1960, através do apoio à candidatura de Jânio Quadros, os udenistas descontentam-se rapidamente devido às atitudes de Jânio (Condecoração de Che Guevara e reatamento das relações com a URSS e com a China comunista) e à posse de João Goulart após a renúncia de Jânio. Nesse momento, é claro, a UDN e Carlos Lacerda fizeram coro contra a posse de Jango. Durante todo o governo Goulart, lideranças da UDN discursavam e escreviam

diariamente contra o presidente, acusando-o de não controlar a corrupção nem a “bagunça comunista” que teria levado a UDN a se aliar aos militares na deposição de Goulart.

O comunismo foi sempre um pretexto utilizado pela União Democrática para criticar seus adversários. Segundo o programa da UDN de 1957, defender a democracia significava lutar contra os ideais da esquerda:

*A defesa da Democracia representativa implica combate tenaz ao Comunismo e ao reacionarismo, os quais, embora perseguindo desígnios opostos, são igualmente liberticidas, põem em risco as instituições e abrem caminho à anarquia. A consolidação do regime democrático no Brasil, contra os extremismos de esquerda, exige ação enérgica e permanente no sentido do aprimoramento das instituições políticas e da realização de reformas corajosa no terreno econômico, financeiro e social.*²⁶

Dentre os integrantes do movimento civil-militar golpista de 1964, os porta-vozes civis eram os políticos da UDN. Assim como Carlos Lacerda, esses políticos tinham muita influência nos meios militares. O que os diferenciava dos chamados oficiais legalistas era sua vontade de conspiração - a crença de que só um golpe derrotaria o populismo - bem como o ódio que expressavam às Centrais Sindicais.

Embora PSD e PTB fossem ligados às idéias trabalhistas de Getúlio Vargas, tomavam posições distintas. O Partido Trabalhista Brasileiro apoiava Getúlio vigorosamente, já o Partido Social Democrático, embora possuísse líderes com a lealdade pessoal dos quais Vargas podia contar, não mantinha nenhuma lealdade partidária e ideológica a Getúlio, o que fazia do PTB o principal herdeiro das idéias trabalhistas e nacionalistas de Vargas.

Os votos direcionados ao PTB vinham principalmente das cidades, dos operários e da classe média dos subúrbios, ou seja, de pessoas que acreditavam nos ideais da criação de leis trabalhistas para harmonizar patrões e empregados. Alguns anos depois da morte de Getúlio Vargas, no início da década de 1960, o PTB conquistou uma ala de políticos nacionalistas favoráveis a mudanças profundas no país, como por exemplo, a reforma agrária, o que resultou na aliança dessa ala com o PCB.

Entretanto, não se pode taxar o PTB de um partido marxista-ortodoxo, comunista. Era sim um partido trabalhista, getulista e, portanto, defensor de um projeto

²⁶ CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: UNB, 1981, p. 441.

reformista e nacionalista que buscava, através de concessões dirigidas às classes laboriosas, alcançar a modernização do Brasil. O próprio Getúlio Vargas revelou, num momento de franqueza, porque foi fundado o PTB: “Como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem à dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária que se denominara Partido Trabalhista Brasileiro”.²⁷

O PTB representava, portanto, o esforço de Vargas em assegurar, em seu próprio benefício, o voto da classe operária de importância crescente. Como o próprio Vargas declarou, o PTB não era um partido de orientação socialista, era apenas “socializante”, constituindo uma opção para os trabalhadores que não se filiariam nem ao PSD nem à UDN. A esse respeito contamos com a contribuição de Luiz Alberto Moniz Bandeira:

*Nos atritos de classe, o PTB passou então a intermediar, acomodando as reivindicações dos operários aos limites tolerados pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que sofria a exploração excessiva de sua força de trabalho. Por isto alguns de seus líderes sindicais se celebrizaram como pelegos – denominação dada à manta que se põe entre a sela e o dorso do cavalo para facilitar a montaria. Também nesse aspecto o PTB assemelhava-se à social-democracia, exercendo ofício semelhante ao que ela desempenhava na Europa, como fator de equilíbrio nas relações de classes.*²⁸

Getúlio tentou, a princípio, manter o equilíbrio entre o PSD e o PTB, os dois partidos que ele ajudara a fundar. Contudo, era um ideal difícil, uma vez que, depois de deposto da presidência pelos militares em 1945, o PSD, atrelado à máquina administrativa, militar e policial do Estado Novo, permaneceu no poder com a eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra, também a ele aderiu a UDN, compondo um governo de união entre as classes possuidoras, dominantes, e oligárquicas, um governo cada vez mais conservador, rompendo, em meados da década de 1940, as relações com a URSS e levando o PCB à clandestinidade, sintonizando assim com a política da guerra fria deflagrada pelos Estados Unidos da América. UDN e PSD acabaram se reunindo anos depois por serem expoentes da democracia burguesa, que afirmava a liberdade política, mas negava a igualdade social.

O PTB acabou sofrendo a incompreensão das classes dominantes, que o hostilizava a medida que ele se expressava como corrente do movimento operário participando dos choques sociais. Essa aversão tornou-se mais intensa dada à ênfase

²⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 82.

²⁸ BANDEIRA, op. cit., p. 54.

com que o PTB defendia a intervenção do Estado na economia, o que o incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado.

O temor de que o Partido Trabalhista pudesse conduzir o operariado ao golpe comunista fez com que as classes possuidoras e o empresariado nacional o vissem como uma ameaça real de implantação de um regime de exceção. Todavia, o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro deixava claro a sua postura contrária ao autoritarismo, considerando qualquer regime de força como um atentado à dignidade humana e uma ameaça à soberania das outras nações.

Vamireh Chacon nos apresenta o programa do PTB, referente a sua postura contrária aos regimes de violência, segundo o qual deve-se ter em conta que:

*O predomínio, pela força ou pela ameaça de violência, de qualquer agrupamento, é uma forma de totalitarismo;
A verdadeira democracia assegura a todos os cidadãos, sem quaisquer distinções, o direito de se manifestar sobre o governo da Nação;
Deve ser considerada antidemocrática qualquer ação visando o domínio do poder por uma classe;
Todo governo, para ser democrático, terá de ser exercido com poderes dados pelo povo, em manifestação livre, asseguradas todas as garantias.²⁹*

João Goulart, ao assumir a presidência do PTB em 1952 por indicação pessoal de Vargas, que apontava o seu preferido para a condução do partido, também deixava claro os ideais do partido, conforme nos afirma Marco Antonio Villa:

O discurso de posse na presidência [PTB] reafirmou teses que eram consensuais no partido: a crítica tanto ao capitalismo clássico como ao radicalismo tempestuoso da dialética marxista-leninista e a defesa de uma democracia ampla, serena, leal, cristã – democracia que quer se assentar na felicidade da classe trabalhadora, mas não nas ruínas das demais classes, mas na reparação dos agravos que ela, até agora, tem curtido.³⁰

É claro que não quero negar a aproximação do governo Goulart com setores mais radicais da esquerda, nem deixar de reafirmá-lo enquanto o governo que apresentou as plataformas de reformas mais avançadas em nossa história. Todavia, não passava de um governo progressista e reformista e não comunista, como foi acusado

²⁹ CHACON, op. cit. , p.464.

³⁰ VILLA, op. cit. , p. 21.

pelo movimento golpista que o derrubou e que usou tal acusação como principal motivo par tirar Jango do poder.

Quando em 1964, João Goulart, apoiado por grande parte do PTB, lançou a proposta das Reformas de Base, queria destruir as estruturas antiquadas e modernizar o capitalismo brasileiro, mas uma modernização capaz de beneficiar a população mais pobre, que se organizava a partir da mobilização da esquerda em protestos e reivindicações. Sendo, portanto, o Governo brasileiro de 1964, um governo populista, uma vez que o presidente Goulart era um legado de Vargas, devemos entender que o populismo é reformista e não revolucionário. A ideologia populista busca atender às aspirações de diferentes setores da sociedade que procura mobilizar para levar adiante a tão sonhada modernização.

Jango era um dos maiores fazendeiros do Brasil, proprietário de grandes extensões de terra em São Borja, no Rio Grande do Sul, ou seja, acreditava nas reformas enquanto um ótimo recurso para se evitar uma revolução socialista no país. Após sua deposição, quando se preparava para partir com a família para o Uruguai, Jango não atendeu ao apelo de sua irmã Neusa para que ficasse e resistisse aos golpistas. Segundo o tenente José Wilson Silva, disse apontando para seu cunhado Leonel Brizola: “Eu não sou revolucionário, o revolucionário é o Brizola aí. Vocês se acertem com ele”³¹, o que descaracteriza possíveis pretensões suas de deflagrar um golpe de esquerda.

Entretanto, o colapso do pacto populista é o reflexo do avanço popular, incapaz de ser detido através de simples medidas reformistas, o que despertou um profundo temor nas classes dominantes (burguesia industrial, empresários, militares conservadores e oligarquias agrárias) como nos esclarece Caio Navarro de Toledo:

*A crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o Executivo a romper os limites do pacto populista, levou o conjunto das classes dominantes e setores das classes médias – apoiados e estimulados por agências governamentais norte-americanas e empresas multinacionais – a condenar o governo Goulart.*³²

À medida que as classes possuidoras compreenderam que o Estado populista não mais exercia um controle efetivo sobre o movimento popular, cada vez mais autônomo e influenciado pelas esquerdas, tornava-se óbvio para as elites econômicas e para as

³¹ SILVA, José Wilson. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 124.

³² TOLEDO, Caio Navarro de. **1964 Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997, p.44.

Forças Armadas a necessidade de rompimento do pacto e a construção de uma nova ordem em que as massas trabalhadoras fossem silenciadas.

A implantação de uma nova ordem político-institucional com características militarizadas, a partir de abril de 1964, promoveu uma modernização conservadora, excluindo da cena política e social as classes trabalhadoras e populares, pondo fim a um experiência de democracia política populista considerada intolerável pelas classes dominantes brasileiras. O golpe de 1964, como esclareceu o renomado sociólogo Florestan Fernandes³³, visou, fundamentalmente, impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada.

Embora os militares, Igreja Católica, empresariado, UDN e elites tenham se organizado em um movimento que procurava taxar o Governo Goulart como uma ameaça comunista que pretendia exterminar a democracia implantando um regime autoritário, era necessário um instrumento que conseguisse influenciar a opinião pública em favor do movimento golpista que se articulava. Para tal intento, os meios de comunicação, sobretudo, a imprensa escrita, foram a principal ferramenta utilizada. É conveniente ressaltar que os jornais são agentes do processo político, que influenciam a opinião pública e moldam a consciência social. Segundo Maria Alzira Abreu, é a partir de uma perspectiva traçada pelos meios de comunicação que o leitor é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos fatos.³⁴

Um outro fator considerável é que os jornais alteram seu posicionamento político, ora apoiando partidos de esquerda, ora os de direita, e baseado nesse posicionamento, assumem o papel de orientadores de ideais políticos.

Sabe-se que a imprensa sempre se diz objetiva e imparcial. Contudo, na prática, a forma pela qual um evento é transmitido pela imprensa, ou seja, a maneira como a imprensa seleciona as informações que irão compor a notícia, quase sempre é feita atribuindo importância a um aspecto da realidade em detrimento de outro, ou como observa Maria Helena Capelato, os jornais são instrumentos de interesses e de intervenção na vida social, modificando as opiniões em prol de seus interesses.³⁵

Com relação ao golpe de 1964, por exemplo, a imprensa foi um dos principais vetores de divulgação do fantasma do comunismo usado como uma das principais

³³ FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1981.

³⁴ Ver ABREU, Alzira Alves. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlo *et al.* **40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15.

³⁵ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

justificativas para a derrubada do governo, ao mesmo tempo disseminando notícias sobre o caos administrativo que supostamente vinha ocorrendo no governo brasileiro, participando ainda da divulgação da idéia de que se fazia necessário restabelecer a ordem política e democrática do país por meio de uma intervenção militar. Grande parte das pessoas que liam, temiam e acreditavam. Conseqüentemente, apoiavam o movimento golpista.

No entanto, segundo Alzira Alves Abreu, a imprensa não se portou da mesma maneira desde o início do governo Goulart até sua deposição:

Num primeiro momento, a maioria dos jornais não só abriu espaço para os discursos favoráveis à posse do então vice-presidente, como formulou argumentos em favor da obediência aos preceitos constitucionais. Foi só à medida que se intensificou a mobilização ideológica, quando o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, quando a crise político-econômica se aprofundou, que a imprensa foi mudando o seu discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos que desejavam a queda do governo. Essa atitude pode estar relacionada ao fato de que os anos 1960 conheceram o apogeu do jornalismo político, que acompanhava as reivindicações e contestações político-ideológicas³⁶.

Existe um colaboracionismo, seja da imprensa com o Estado ou com qualquer outro grupo que a financia. Os grandes parceiros desses conglomerados da indústria cultural, de acordo com Sergio Miceli, são os grupos e empresas que integram a lista dos maiores anunciantes e que conseguem maior penetração junto aos consumidores.³⁷

A partir desse panorama, inferimos o quanto as matérias jornalísticas podem estar comprometidas, uma vez que os meios de comunicação devem ter cautela para divulgar informações que possam prejudicar a imagem dos seus clientes. Ou ainda como orienta Maria Helena Capelato, “os representantes dos jornais constituíram-se em porta-vozes dos proprietários, com os quais se identificavam”³⁸. Muitos proprietários e diretores de jornais impressos também eram, ao mesmo tempo, sócios de emissoras de Rádio, sendo que alguns deles se tornavam vereadores, prefeitos e até deputados usando a mídia para conquistar o apoio das massas.

³⁶ ABREU, op. cit. P.15-16.

³⁷ MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação em massa. In: SCHARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o transito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 45.

³⁸ CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo (imprensa paulista 1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 72.

Muitas vezes não temos noção do poder de influência dos meios de comunicação, e da maneira como constantemente um discurso é usado e difundido para camuflar e distorcer os verdadeiros interesses de um grupo em detrimento de outro, como aconteceu com o golpe de 1964.

No dia 31 de março de 1964, o rádio, por sua agilidade, foi a principal fonte de informação sobre o desenrolar do golpe. No dia seguinte, 1º de abril, os jornais estamparam manchetes sobre a deposição do presidente Goulart, muitos deles demonstrando apoio irrestrito à ação dos militares. O posicionamento da imprensa a favor da derrubada de Jango pelos militares se deu pelo fortalecimento do discurso anticomunista e pelo abalo da imagem de Goulart e de sua política. Flávio Aguiar esclarece que, nesse momento, os golpistas já haviam tirado uma grande lição do episódio ocorrido em 1961 – quando a imprensa teve papel importante na divulgação do discurso contra o impedimento da posse de Jango – a lição de que era necessário criar a sua própria rede, neutralizar qualquer oposição na imprensa e, através desta, criar o país que lhes convinha.³⁹

O livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, nos traz elementos importantes para a compreensão do papel da grande imprensa no que tange a referendar o golpe militar, principalmente nas publicações do dia 1 de abril:

Quando o dia raiou, no Rio de Janeiro só havia fogo na trincheira do Correio da Manhã. Num editorial intitulado FORA, estampado no alto de sua primeira página atirava: não resta outra saída ao Sr. João Goulart: saia. A essa coragem civil não correspondia um equivalente desassombro militar. No fim da manhã do dia 1º estavam rebeladas apenas duas unidades de combate em todo o Rio: o forte de Copacabana e a Fortaleza de São João. Juntas, não somavam tropa para enfrentar uma companhia de fuzileiros. O grosso da guarnição movia-se para rebeldia, mas ainda não decidira tomar riscos. As oito da manhã a Rádio Nacional transmitiu o Repórter Esso, testemunha ocular da história. Era o principal noticiário radiofônico do país e oferecia a súpula do oficialismo: Jair Dantas Ribeiro assumira o comando das operações contra a rebelião, Goulart recebera uma delegação de industriais e comerciantes no Laranjeiras e divulgara uma nota oficial contando com a fidelidade da Forças Armadas. Tudo fantasia. Até a previsão do tempo: instável, com chuvas, melhorando com o decorrer do período. O chuvisco da tarde acabou em temporal à noite.⁴⁰

³⁹ AGUIAR, Flávio. A tesoura e o quadro: uma visão sobre a censura à imprensa durante o regime de 1964. **Margem Esquerda** (Dossiê golpe de 64), n.03, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 43.

⁴⁰ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 96.

Diante da postura inconstitucional dos militares, os jornais direitistas, e conseqüentemente a classe social a que representavam, procuraram distorcer os fatos apresentando o golpe militar como uma ação de redemocratização. Tudo isso devido ao temor com relação às reformas sociais, considerando que para as classes possuidoras democracia significava a manutenção do sistema capitalista e total hegemonia da propriedade privada.

Desde a criação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, a classe dominante teve seu temor reforçado. Já nesse período, a imprensa reagiu contra os disseminadores da “utopia desoladora” justificando sua repressão em nome da defesa da propriedade privada, concebendo esta enquanto um direito natural, cujo desrespeito representava um crime do qual os comunistas foram responsabilizados – como até então tinham sido os anarquistas – pelos conflitos sociais.

Sabemos que os comunistas nunca tomaram o poder no Brasil, como previam os jornais, mas o temor que inspiravam cresceu significativamente, transformando-os no fantasma em nome do qual se justificou todo tipo de repressão e também de medidas mais rígidas de controle social, incluindo os golpes de Estado como em 1964.

Ainda com relação às publicações da imprensa, Marcelo Ridenti afirma que, entre 1964 e 1968, muitos desconhecidos indignados com o regime militar acompanhavam os acontecimentos pelos jornais e revistas, sendo poucos os que ainda apresentavam passos das forças de oposição. Depois do AI-5, com a censura total, não dava mais para torcer pelas forças oposicionistas, então proscritas dos jornais, exceção feita talvez ao *Pasquim*. As críticas ao regime militar para aqueles que não dispunham de uma militância política clandestina se restringiam apenas às conversas sussurradas ou aos atos isolados de protestos anulando o voto nas eleições para deputados e senadores, isso por falta de opção.⁴¹

É evidente que essas críticas aos meios de comunicação não tem a pretensão de afirmar que a imprensa não desempenhe papel importante na consolidação de uma sociedade democrática. Como analisa João Almino em seu livro, *O Segredo e a Informação*⁴², o direito público fundamental não transforma por si só a sociedade, mas é a base para qualquer reivindicação consciente de mudanças, cabendo, todavia, considerar que a outra face da informação é o segredo. A mídia trabalha com uma

⁴¹ Ver RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

⁴² ALMINO, João. *O Segredo e a informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

moeda de duas faces: informação e segredo, ou seja, transparência e ocultamento. Só que para dar conta do compromisso com a transparência é preciso, antes de tudo, que os próprios meios sejam o mais possível transparente.

Ainda que os veículos de comunicação de massa optem pela “objetividade jornalística”, é possível identificar, através de um estudo mais criterioso, suas vinculações e oposições. A esse respeito contamos com a colaboração de Fabio Piva:

A “objetividade jornalística” possui limites bastante precisos, quando se trata da disputa pelo poder. O limite entre o que é ético e o que não é, no jornalismo, muitas vezes, mascarado de “objetividade informativa”, na realidade, revela um jogo de linguagem que tem como objetivo legitimar as ações e desejos políticos dos detentores desses meios.⁴³

A partir de tais apontamentos se fortalece a convicção de que não há veículos de comunicação de massa neutros. O máximo de objetividade que se pode alcançar é uma postura dita imparcial, o que não significa neutralidade. A própria neutralidade omite opções, decisões.

A imprensa manteve, ao longo do tempo, uma importante atuação política na República brasileira. Até a época da ditadura militar, o poder da imprensa na história era quase monopolista, participando ativamente de movimentos políticos da maior significação. Os proprietários dos jornais sempre tiveram consciência do seu poder político, os grandes periódicos brasileiros se caracterizaram e ainda se caracterizam, pela veiculação de opiniões, informações e articulações conspiratórias, determinadas por interesses do mercado. Assim foi em 1964 e devemos estar atentos as nossas leituras, porque hoje a situação não é muito diferente.

⁴³ PACHECO, Fábio Piva. **Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política, Uberlândia – 1960/1990**. Uberlândia: UFU, 2001, p.17. (Dissertação de Mestrado).

Capítulo II

Correio de Uberlândia: o mensageiro das classes dominantes na “metrópole” do Triângulo

Assim como a grande maioria da imprensa brasileira, o jornal uberlandense *Correio de Uberlândia* também fez uso de suas páginas para engendrar comentários a respeito do governo João Goulart, consistindo, na grande maioria, em críticas advindas de políticos filiados à UDN e direcionadas aos projetos políticos do então presidente da República.

As análises de tais maledicências só se tornam possíveis a partir da compreensão a respeito da origem do referido jornal e do vínculo político de seus proprietários. Além, é claro, da percepção do histórico da cidade de Uberlândia com relação ao discurso político elaborado e difundido por seus habitantes mais abastados, sob o qual foi criado o jornal *Correio*.

Durante o governo Goulart e, principalmente, a partir de março de 1964, o periódico *Correio de Uberlândia* ajudou a difundir ideais que propagavam o terror ao comunismo baseado em um discurso, segundo o qual, o governo Goulart estava passando por um processo de esquerdização radical. Nesse contexto, o jornal se apresentava como defensor da nação, da democracia e do povo de Uberlândia contra o perigo comunista, revestindo suas publicações com forte teor de patriotismo e de sentimentos nacionalistas.

Quando é deflagrado o golpe contra Jango em 31 de março de 1964, o jornal endossou e referendou as justificativas golpistas, o que se pode apreender a partir do discurso político uberlandense, segundo o qual o progresso e o desenvolvimento da “metrópole do triângulo” sempre foi o principal objetivo dos cidadãos ordeiros e laboriosos de Uberlândia, sendo o comunismo um empecilho para o desenvolvimento da cidade e de seu pacato povo.

A história da sociedade uberlandense se iniciou oficialmente, segundo Pedro Pezzutti, quando “o governo da Província por lei nº 3643 de 31 de agosto de 1888 elevou a antiga vila de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade sede da comarca

de primeira instância, o que lhe garantia a autonomia judiciária”⁴⁴. Já de início, bem situada geograficamente, Uberlândia constituiu-se em um estratégico núcleo de convergência da estrada que ligava povoados vizinhos e que fazia conexão entre os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Devido a essas condições, o município se beneficiou com o monopólio do prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana que se estendia até Catalão-GO em 1895.

Face ao início do processo de urbanização e de estruturação econômica, nascia em Uberlândia o sonho de se tornar grande, sonho dos seus habitantes, sobretudo os pertencentes ao grupo social dominante (fazendeiros, comerciantes e demais homens de posses) consolidando a possibilidade de arrancar o município da era do atraso e fincá-lo implacavelmente na era do desenvolvimento e da modernização.

Fazendo analogia de Uberlândia às imagens do progresso, da riqueza, da prosperidade e do bem estar social, membros das classes dominantes locais elaboraram um discurso político que buscava a hierarquização social e, por conseguinte, definir os papéis sociais, caracterizando a população uberlandense como ordeira, laboriosa e passiva, um povo que caminhava em busca do desenvolvimento urbano e social. A cidade é, então, moralizada de ponta a ponta, por um ideário burguês que buscava assegurar o domínio social e político desse grupo.

Preocupadas em investir na cidade e também em atrair investidores para fazê-la prosperar enquanto cidade moderna e bela, as classes possuidoras locais estabeleceram como pressupostos básicos de sua história a ordem e o progresso enquanto lemas que possibilitassem o desenvolvimento material de Uberlândia e permitissem uma disciplinarização do espaço urbano. Ao folhearmos jornais e revistas locais, ou ainda atas do poder público, podemos notar esse discurso positivista formando um fio condutor que esboça projetos e práticas políticas, construindo um imaginário social a partir da “ordem e do progresso”. O discurso oficial da cidade deixa transparecer essa imagem, fortemente marcada, por exemplo, nas palavras de um jornalista local da primeira metade do século XX, Aristóteles Alvim:

A ordem está na organização, em bases lógicas e seguras, considerada em si mesma da sociedade, da ciência, da indústria, em oposição à desorganização que poderia reinar. (...) neste

⁴⁴ PEZZUTTI, Pedro. **Município de Uberabinha**: história, administração, finanças e economia. Uberabinha, Oficinas Livraria Kosmos, 1922, p. 23-4.

*aperfeiçoamento contínuo da ordem consiste o progresso, pois o progresso, pela evolução da ordem.
(...) neste contínuo pelejar do povo do interior é que há de se formar toda a grandeza da pátria e a uma ordem mais e mais perfeita se seguirá pela evolução natural, um progresso mais estável e mais real.*⁴⁵

Podemos perceber, assim, a imagem do progresso construída e veiculada enquanto uma missão com meios e fins a ser elaborada pela sociedade uberlandense. Para compreendermos melhor a constituição do discurso político e desse imaginário que sustenta a imagem da cidade, valemo-nos da documentação da *imprensa* pelo fato de ser um dos principais meios de os sujeitos sociais manifestarem suas representações. Como fornecedora de informações ditas “neutras”, a imprensa atinge um grande e diferenciado número de interlocutores e, simultaneamente, forma opinião, o que faz dela um vetor de considerável importância na empreitada da divulgação do ideário de progresso e modernidade em Uberlândia.

Para a divulgação desses ideais, a imprensa se tornou a ferramenta fundamental, um meio de comunicação de massa que, difundindo informações, dá identidade aos indivíduos e legitima o poder. A legitimação do poder precisa ser propagada para se efetivar, tornando-se necessário manter meios que controlem e exerçam essa difusão, para a qual a imprensa é freqüentemente utilizada.

Em Uberlândia, na primeira metade do século XX, a imprensa exerceu uma atividade marcante, forjando uma memória à luz de um projeto de progresso. Usando de um discurso desenvolvimentista deu-se início a constituição de um imaginário ufanista. Na perspectiva de assegurar a legitimação do poder sob os ditames das elites, as classes possuidoras de Uberlândia, através de um discurso político, revelaram-se bastante competentes, criando uma cidade à sua imagem e semelhança e mascarando os problemas sociais e as mazelas das classes menos favorecidas.

A esse respeito, Sandra Mara Dantas nos apresenta a postura da imprensa local, cuja produção almejava alcançar sujeitos sociais específicos dispostos a abraçar a causa do progresso:

Sua produção era dirigida a sujeitos sociais específicos, e não a todos os sujeitos sociais de Uberlândia. Nas páginas dos jornais, os trabalhadores estão ocultos.

⁴⁵ ALVIM, Aristóteles. “Ordem e Progresso”. **A Tribuna**. Uberlândia, nº 259, Ano VI, 07/09/1924.

*No entanto, não falta a coluna social, parabenizando um ou outro comerciante ou profissional liberal, anunciando festas nos palacetes, desejando sucesso aos negócios, na viagem e outros escritos do gênero.*⁴⁶

No decorrer de todo o século XX, várias foram as denominações atribuídas a Uberlândia tais como: Cidade Jardim, Nova York do Centro Oeste, Princesinha de Minas, Cidade Pólo, Metrópole do Triângulo e, mais recente, Portal do Cerrado, todas essas denominações elaboradas com o intuito de sustentar e compor uma imagem de cidade moderna. Para a difusão dessas denominações diretamente ligadas ao ideário de progresso, a imprensa foi a forma mais eficaz encontrada, levando Uberlândia a se tornar referência para outras cidades por concentrar, já no início da década de 1940 - na época com pouco mais de 50 anos de emancipação política – os maiores investimentos e recursos da região.

*Continue o povo de Uberlândia, na senda recta do progresso, com a boa vontade e patriotismo que vae abrilhantando e terá juz a ser contado entre os logares que mais úteis são à si e à pátria. Avante!*⁴⁷

*O futuro de Uberlândia está traçado – será sempre o ponto convergente de toda a zona que o cerca e como tal terá o seu desenvolvimento natural.*⁴⁸

*Cada dia se afirma Uberlândia como uma potencia absoluta de primeira grandeza, com indústrias em pleno desenvolvimento, com um comercio que poucos se lhes comparam em todo o interior do país.*⁴⁹

Há os que acreditam. E há os que não acreditam. Aliás todos os empreendimentos tem dessas oscilações. Mercê de Deus, o desânimo não há em Uberlândia.

*Pensando o caso. Faz-se! Foi assim que Uberabinha virou Uberlândia. (...) Após um melhoramento vinha outro. E Uberlândia tornou-se metrópole.*⁵⁰

As citações acima, publicadas quando a cidade ainda era relativamente nova, mostra como os órgãos de imprensa de Uberlândia, na primeira metade do século XX, contribuíram consideravelmente para a constituição e consolidação do imaginário ufanista que a cidade possui.

⁴⁶ DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do Progresso em tons Altissonantes** – Uberlândia (1900-1950), Uberlândia: UFU, 2001, p.101. (Dissertação de Mestrado).

⁴⁷ Jornal **O Progresso**. Nº 89. 06/06/1909. p.1.

⁴⁸ Jornal **A Tribuna**. Nº 794. 20/05/1934. Ano XV. p. 1.

⁴⁹ Jornal **Correio de Uberlândia**. Nº 2439. 07/07/1948. Ano XI. p. 2.

⁵⁰ Jornal **O Repórter**. Nº 747. 24/01/1945. Ano XII. p. 1.

Sob um discurso através do qual se dizia defender os interesses sociais, a imprensa local construiu uma trama que envolvia os leitores e os fazia crer no que liam. Desta forma, fortaleciam as práticas que legitimavam a hierarquização social, pois, de acordo com Bronislaw Baczko “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos, nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem” ⁵¹. Portanto, a imprensa, como guardiã das representações sociais, reforçou, através de seus discursos, a dominação de classe. A imprensa escrita vem sendo, ao longo do tempo, instrumentalizada pelo jornalismo elitista e assumiu os símbolos elitistas com o intuito de manipular o imaginário social em função dos interesses bem específicos, revestidos de ações pelo “interesse comum” da região e de seu “povo”.

Contudo, existia algo que causava extremo temor nas classes possuidoras uberlandenses, e que “ameaçava” todo o ideário de progresso e modernidade difundidos pelas classes dirigentes de Uberlândia: o Comunismo.

Desde os anos de 1910 – quando discursos anticomunistas foram veiculados na imprensa local – diversos jornais de Uberlândia propagavam o temor à ideologia comunista, como podemos acompanhar pelas considerações feitas por Idalice Ribeiro:

O anticomunismo pode ser observado na imprensa local desde as primeiras duas décadas deste século, quando foram veiculados diversos artigos que demonstravam os temores das doutrinas “rubras” – que apareceram ainda mais intensificados nas campanhas contracomunistas dos anos 30. Em essência, os discursos constitutivos dessas campanhas disseminaram o medo e o terror das mudanças sociais sob os tentáculos do que designavam “polvo vermelho”. ⁵²

Os jornais uberlandenses veicularam diversas campanhas anti-socialistas que visavam prevenir o povo laborioso e ordeiro de Uberlândia contra os agentes do comunismo, “demônios” destruidores da religião, da família e da propriedade, ou seja, baderneiros que queriam instaurar o caos social.

Embora as notícias alarmantes sobre o comunismo visassem, principalmente, tecer e divulgar o medo coletivo contra os que empunhavam as bandeiras rubras, a

⁵¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 214.

⁵² SILVA, Idalice Ribeiro. **Flores do Mal na Cidade Jardim**: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945/1954. Campinas: Unicamp, 2000. p. 84. (Dissertação de Mestrado).

defesa anticomunista desempenhada pelos arautos locais não foi suficiente. Na década de 1930, a cidade foi acusada de possuir um forte foco comunista.

Depois da “Intentona Comunista”, em 1935, o governo brasileiro, sob a ideologia e doutrina da lei de Segurança Nacional, manteve os comunistas na ilegalidade promovendo uma cruzada anticomunista que se estendeu por vários lugares do Brasil, inclusive Uberlândia, onde um grupo de comunistas, motivados pela luta contra o fascismo e o imperialismo, divulgava e conquistava, politicamente, alguns jovens de instituições educacionais.

A imagem do comunismo disseminada pela imprensa atemorizava as classes dominantes locais e grande parcela da população humilde e leiga de Uberlândia. Os jornalistas eram apresentados como guardiões com a função de proteger a ordem social e empunhar suas bandeiras anti-socialistas, o que era explicitamente declarado nos veículos de circulação local:

*Alerta! Alerta Uberlandenses! Comunismo!
Eis o inimigo! Sejam homens! Sejam soldados do bem!
Vamos combater!
Fogo ao comunismo!*⁵³

Em fins da década de 1930, Uberlândia recebeu o título de “Moscou brasileira”, o que desagradou profundamente às elites locais resultando em violências e arbitrariedades cometidas contra os adeptos do comunismo. Segundo Jane de Fátima Silva, na busca de reabilitação da imagem da cidade as classes possuidoras procuraram reafirmar o discurso que enfatizava: “Uberlândia não é a Moscou Brasileira (...) as pessoas que aqui vivem são ordeiras, pacíficas e se orgulham de sua urbe, de seu progresso e de sua cultura”.⁵⁴

Em fins dos anos de 1940, os registros de atividades suspeitas de ligação como o comunismo em Uberlândia e no Triângulo mineiro consistiam exclusivamente em protestos anticomunistas apresentados nos jornais que se mostravam intolerantes com qualquer cidadão ou ação que de leve demonstrasse simpatia pelo regime vermelho.

Essa postura por parte da imprensa foi mantida por muito tempo e se estendeu à década de 1960, quando os acontecimentos políticos que levaram à derrocada do

⁵³ FRANÇA, A. Guerra ao Comunismo. **O Repórter**. Uberlândia. 28/07/1935, ano 2, nº 76.

⁵⁴ RODRIGUES, Jane Fátima Silva. **Trabalho, ordem e progresso**: uma discussão sobre trajetória da classe trabalhadora uberlandense. Tese de mestrado defendida no Departamento de História, USP, 1989. p. 142.

governo João Goulart foram acompanhados pela imprensa local a partir de editoriais e artigos que criticavam o presidente da República ressaltando o terror à implantação de um regime de orientação socialista.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, Uberlândia contava com quatro jornais impressos (*O Repórter*, *O Triângulo*, *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia*), sendo que, de acordo com as considerações de Fábio Piva, em sua dissertação sobre mídia e poder e suas representações simbólicas na política uberlandense, estes jornais estavam fortemente atrelados aos interesses econômicos e políticos das classes possuidoras de Uberlândia:

*O “Correio”, “O Triângulo”, a “Tribuna de Minas”, todos eles eram claramente defensores dos interesses dos grupos mais conservadores e economicamente poderosos da sociedade uberlandense. Geralmente ligados aos negócios rurais e imobiliários urbanos e outros negócios de grande lucratividade como a telecomunicação e o comércio atacadista, não faziam senão divulgar notícias de seus interesses.*⁵⁵

Esses veículos pertenciam a segmentos que estiveram no poder em vários momentos da história de Uberlândia. Ainda segundo Fábio Piva Pacheco “nenhum grupo que almejou chegar ao controle do aparelho municipal o fez sem possuir os veículos de comunicação de massa ou, ao menos, receber o apoio de alguns deles”⁵⁶.

A partir de investigações sobre a teia de relações existentes entre jornais e grupos político-partidários de Uberlândia verifica-se que os controladores dos instrumentos políticos atuaram ativamente na construção do imaginário autoritário e conservador, ligados aos segmentos que deram sustentação ideológica ao golpe militar de 1964, por representações veiculadas por intermédio dos jornais pertencentes a poderosos grupos econômicos locais.

Para a análise de tais fatos, e como já especificado no início deste trabalho, as fontes de pesquisa aqui exploradas são exclusivamente artigos e editoriais do jornal *Correio de Uberlândia* publicadas a respeito do governo João Goulart e do golpe que o depôs da presidência da República em março de 1964.

A opção pelo jornal *Correio* provém do fato dele manter-se hoje como o único jornal de publicação diária da cidade de Uberlândia, e já nas décadas de 1960 e 1970, ter

⁵⁵ PACHECO, op. cit. P.73.

⁵⁶ Idem, p. 150.

se destacado como principal órgão da imprensa escrita uberlandense como nos apresenta Piva:

*O Correio tornou-se praticamente o único jornal de Uberlândia, apesar da existência de dois outros (O Triângulo e a Tribuna de Minas), monopolizando os melhores anunciantes, além de um montante de 4.000 assinaturas, uma quantidade bastante alta naquele momento para uma cidade que nunca havia adquirido, e nem ainda possui, a fama de grande leitora de jornais.*⁵⁷

O jornal *Correio de Uberlândia* começou a ser publicado em 1938 pelo produtor rural José Osório Junqueira, vindo de Ribeirão Preto, já com a intenção de ser um noticiário diário, inicialmente com periodicidade irregular. Osório Junqueira era proprietário de outros sete jornais, vindo a Uberlândia apenas duas vezes por semana. O responsável pelo jornal em Uberlândia era o filho de Osório Junqueira, Luiz Nelson Junqueira, tendo na época de sua fundação Abelardo Teixeira como redator-chefe.

No final da década de 1930, quando o jornal *Correio* foi fundado, o periódico contribuiu consideravelmente para a consolidação do imaginário político e social de Uberlândia como uma cidade progressista. Servindo aos interesses do grupo social dominante, o jornal uberlandense iniciou suas publicações num momento em que a industrialização era a principal alavanca para o desenvolvimento.

Ao reafirmar o ideário de progresso da cidade a partir da defesa ideológica da industrialização, o *Correio de Uberlândia* se destacou entre os demais jornais da cidade por possuir a maior tiragem e circulação, fazendo de suas publicações a voz fiel da “Metrópole do Triângulo”.

Na década de 1940, o jornal foi vendido para um grupo de cotistas – fazendeiros e empresários urbanos – ligados à União Democrática Nacional (UDN) entre eles: João Naves de Ávila (fazendeiro e proprietário do frigorífico Omega), Nicomedes Alves dos Santos (fazendeiro e proprietário de uma rede de cinemas em Uberlândia e região) e Alexandrino Garcia (empresário). Com base no novo grupo de proprietários do jornal *Correio*, fica claro a sua vinculação com as classes dominantes e conservadoras da região, todos empresários ou grandes proprietários rurais.

Nessa época, foi organizada uma empresa gráfica para a impressão exclusiva do jornal. Todavia, a primeira revolução gráfica do jornal aconteceu nos anos de 1950 com

⁵⁷ PACHECO, op. cit. p. 68.

a aquisição de uma impressora rotativa também tipográfica, comprada do jornal *O Popular* de Goiânia.

O fato de possuir um veículo de comunicação sob seu controle favoreceu não só a ascensão política da UDN na cidade como também de alguns políticos locais, entre eles o governador Rondon Pacheco. Durante as décadas de 1950 e 1960, o jornal manteve uma vinculação explícita com os interesses políticos da UDN, partido rival do PTB. Como consequência desse vínculo, o periódico passou por momentos difíceis em 1954. Por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, a sede do jornal sofreu ameaças de invasão por correligionários do PTB de Uberlândia.

Em 1952, assume a direção do jornal Valdir Melgaço, vereador e depois deputado estadual pela UDN, mais tarde deputado pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava os militares durante a ditadura instaurada em 1964. Melgaço permanece na direção do jornal até 1971. No período em que Valdir Melgaço foi diretor – sendo também o maior cotista – o jornal tinha como redator-chefe Marçal Costa que, junto ao grande destaque do jornal, o jornalista Lycídio Paes, escreveram severas críticas direcionadas ao PTB e ao governo João Goulart taxando-os, em fins de 1963 e início de 1964 de comunistas e subversivos, e referendando o golpe civil-militar de 31 de março de 64.

Nesse período, não havia nenhuma lei que impedisse os proprietários de emissoras de rádio ou de jornais de fazerem uso desses meios de comunicação para se auto promoverem e nem um horário eleitoral gratuito no qual os candidatos pudessem apresentar suas propostas políticas. As propagandas políticas, portanto, eram comercializadas como uma mercadoria qualquer o que dava aos políticos, detentores de jornais e de rádios, uma vantagem significativa sobre os demais candidatos.

Os discursos e as ações dos setores conservadores e moralizantes (imprensa, grupos políticos, classe média, e Igreja Católica, por exemplo) invadiram, no início dos anos de 1960, o dia-a-dia da população brasileira. Surgiram movimentos que em nome da defesa da família, da liberdade, e da religião propagaram-se pelas ruas exigindo o fim da corrupção, da crise econômica e da ameaça comunista.

As classes dominantes saíram às ruas transmitindo um discurso ideológico contrário ao momento político que o país vivia, provocando medo e reações conservadoras em vários setores da sociedade com relação às possíveis mudanças sociais. Sobre esse período conturbado, Vera Puga nos apresenta que:

*Em meados dos anos 60, o medo do comunismo foi expresso cada vez mais, e de forma categórica, nas falas da imprensa, do poder judiciário, do legislativo e do executivo. Também era de se esperar tais reações. A propaganda negativa que esses segmentos faziam da sua própria juventude, faz-nos esperar um dramático discurso acerca do comunismo. A campanha ideológica descreve-o como uma doença, um câncer capaz de corroer a sociedade brasileira.*⁵⁸

As turbulentas lutas sociais e políticas dos anos 60 emergem, sobretudo a partir das eleições de 1960. A Constituição de 1946 estabelecia que os eleitores deveriam votar separadamente para presidente e para vice-presidente, sem se importar se eles fossem de partidos diferentes ou não.

No pleito eleitoral de 1960, a chapa apoiada pela UDN tinha como candidatos Jânio Quadros e Milton Campos e, de outro lado a coligação PTB/PSD apoiava o Marechal Lott para presidente e João Goulart para vice-presidente. Os brasileiros elegeram Jânio para o cargo de chefe do Executivo e Jango para vice, a cabeça de uma chapa e os pés da outra, criando uma situação uma tanto quanto estranha uma vez que UDN e PTB eram fortes adversários políticos.

Ainda durante a campanha eleitoral para a presidência da república, o *Correio de Uberlândia* foi usado por seus detentores como porta voz a favor da campanha de Jânio Quadros, então apoiado pela UDN, fazendo clara oposição aos seus rivais do PSD e do PTB:

O pessedismo local afixou em nossas vias públicas o seguinte cartaz político:

“Um só homem para 3 de outubro Tancredo Neves”

Nota-se claramente que ao PSD só interessa o governo de Minas, já que Lott e Jango não devem merecer o sufrágio popular em 3 de outubro.

*O Cartaz afixado em Uberlândia atesta sobejamente esta nossa afirmação, pois ao que nos parece o candidato do pessedismo local está adotando o princípio “salve-se quem puder”.*⁵⁹

O vínculo do jornal em questão com o grupo político udenista e o uso desse meio de comunicação para auxiliar na campanha eleitoral da UDN em detrimento da campanha de oposição representada pela coligação PSD-PTB é o que transparece na citação acima. Elementos que menosprezam os candidatos oposicionistas são utilizados

⁵⁸ SOUSA, Vera Lúcia Puga de. Encontros e desencontros: Vivências nos anos 60 – triângulo mineiro. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia: UFU. Nº 08, jan/jun, 1993. p. 102.

⁵⁹ “Tancredo cristianiza Lott com cartazes políticos”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 04/09/1960. Nº9050. Ano XXIII. p. 1.

pela UDN local para transmitir uma suposta derrota reconhecida pelos partidos de origem varguista, uma vez que os cartazes afixados na cidade traduziriam suas esperanças em conquistar ao menos o Poder do Estado mineiro.

Dois dias depois, a redação do jornal *Correio* publicava outra matéria que, assim como a anterior, não tinha a sua autoria especificada, em que o candidato apoiado pela União Democrática Nacional – Jânio Quadros – é, antes do pleito eleitoral, apresentado como futuro presidente da República. Politicamente conservador, Jânio agradava à classe alta e à classe média, o que lhe rendeu anteriormente o apoio de Carlos Lacerda e da UDN. Sob o símbolo da vassoura, através da qual iria “varrer a corrupção do país”, Quadros reunira mais ou menos 30 mil populares em seu comício na cidade de Uberlândia, fato idolatrado pela redação e pelos detentores do jornal que afirmam com convicção a vitória udenista sobre a coligação PTB-PSD, utilizando a força opinativa da imprensa para “seduzir” o seu público de leitores:

O maior comício político que Uberlândia já assistiu foi sem dúvida o de domingo na praça cívica dos correios e telégrafos, quando falou ao povo desta cidade, o futuro presidente da república, Jânio Quadros.

*Uma enorme massa humana, calculada em 30 mil pessoas afluiu para aquele ponto a fim de aplaudir os oradores que trouxeram a Uberlândia a palavra corajosa e desassombrada que há de triunfar através da vitória nas urnas redentoras de 31 de outubro.*⁶⁰

Após o sufrágio do dia três de outubro, a UDN consegue, depois de muitas tentativas frustradas, eleger um candidato à presidência da República derrotando a coligação PSD-PTB. Contudo, perde as eleições para a vice-presidência uma vez que João Goulart é reeleito pelo voto popular.

No dia nove de outubro, quando os votos ainda não haviam sido totalmente apurados, os udenistas uberlandenses, por meio do jornal *Correio*, publicaram uma pequena lista de candidatos udenistas eleitos para os cargos de Governadores, exaltando tais lideranças políticas eleitas, entre as quais encontramos Magalhães Pinto e Carlos Lacerda que junto a Adhemar de Barros destacar-se-iam como as principais personalidades civis responsáveis pela organização do movimento civil-militar golpista de 1964:

⁶⁰ “ 30 mil uberlandenses aplaudiram Jânio Quadros e os candidatos da vitória”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 06/09/1960. Nº9051. Ano XXIII. p.1.

Em 9 Estados brasileiros onde se realizaram eleições a UDN está praticamente com 6 governadores eleitos.

A seguir divulgamos os Estados e nomes dos respectivos candidatos, todos pertencentes a UDN, partido que levou à presidência da república Jânio Quadros, indiscutivelmente o maior líder político do Brasil atual:

Rio Grande do Sul – Aluizio Alves

Paraíba – Pedro Goudin

Paraná – Ney Braga

Mato Grosso – Fernando Costa

Guanabara – Carlos Lacerda

Minas Gerais – Magalhães Pinto

Portanto exatamente dois terços dos 9 Estados udenistas triunfam, conseguindo a maioria da preferência popular que os consagra definitivamente nas urnas.⁶¹

Jânio Quadros assume a Presidência da República em 31 de janeiro de 1961 mostrando-se, em pouco tempo, incoerente e excêntrico. Devido à crescente inflação herdada do governo anterior, adota uma política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional, restringindo o crédito e congelando os salários. Com isso, obtém novos empréstimos, mas desagrada ao movimento popular e ao empresariado.

No plano externo, exerce uma política não alinhada. Apóia Fidel Castro diante da tentativa fracassada de invasão da Baía dos Porcos pelos norte-americanos. Em 19 de agosto de 1961 condecora o ministro da indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda brasileira.

Em 24 de agosto de 1961, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, denuncia pela TV que Jânio estaria articulando um golpe de estado. No dia seguinte, o presidente surpreende a nação: em carta ao Congresso afirma que está sofrendo pressões de “forças terríveis” e renuncia à presidência. Aparentemente, a decisão era um blefe, pois Jânio esperava que o Congresso Nacional não a aceitasse e o chamasse de volta para exercer o cargo com plenos poderes. Contudo, os congressistas aceitaram a renúncia.

O sucessor seria ninguém menos do que João Goulart, para indignação dos antigetulistas. No momento da renúncia, o vice-presidente estava em visita à China Comunista, o que acirrou ainda mais os ânimos daqueles que o consideravam uma ameaça socialista. Os três ministros militares, liderados pelo marechal Odílio Denys, prontamente manifestaram-se contrários à sucessão presidencial. Nos dias seguintes, a

⁶¹ “Em 9 Estados UDN está elegendo 6 governadores: ao lado de Jânio”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 09/10/1960. Nº9065. Ano XXIII. p. 1.

conjuntura política nacional foi polarizada pela luta entre os partidários do veto, que queriam impedir o retorno de Jango ao território nacional, e os defensores da legalidade.

Lembremo-nos que Jango fora presidente do PTB e o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, de quem fora ministro do trabalho (1953-1954). Grande parcela da elite brasileira, políticos e militares conservadores, e empresariado jamais haviam perdoado Jango pelo projeto de reajuste de 100% no salário mínimo, quando ministro de Vargas, ou seja, o viam enquanto um político de tendências ideológicas de esquerda, como um agitador que promovia greves e permitia a infiltração de líderes comunistas nos sindicatos. O contexto político da época era de grande temor contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. Portanto, para a facção militar liderada pelos ministros militares, Goulart representava uma ameaça para a estabilidade das instituições do país.

O impasse político ocasionado pela recusa dos ministros militares em aceitar o vice-presidente João Goulart como substituto legal do presidente demissionário deu início a um debate referente à preservação da Constituição. Entre a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto, e a posse de Jango, em 7 de setembro de 1961, a garantia dos princípios democráticos foi a bandeira defendida por intelectuais, associações civis, sindicatos e, sobretudo, pela grande imprensa nacional, como nos afirma Alzira Alves de Abreu:

*Os jornais de maior circulação no eixo Rio-São Paulo, que tinham prestígio e influência junto aos tomadores de decisão e aos formadores de opinião, de modo geral apoiaram a posse do vice-presidente. Foram exceções os jornais O Globo e Tribuna de Imprensa, do Rio de Janeiro, e O Estado de S. Paulo, que se posicionaram abertamente contra a posse de Goulart.*⁶²

Na “metrópole do Triângulo”, o jornal *Correio de Uberlândia*, embora explicitamente vinculado à UDN, seguiu a tendência da grande imprensa nacional, representada pelos jornais do eixo Rio-São Paulo, dando ênfase ao discurso favorável à manutenção das diretrizes constitucionais e da ordem democrática:

A 1ª dúvida que a todos assaltou diz respeito a saber como ficará o governo da República, em face do gesto do seu primeiro mandatário. A resposta a tal indagação, como é óbvio, se encontra na Constituição e precisamente em seu artigo 79 que dispõe:

⁶² ABREU, Alzira Alves de. 1964-2004: **40 anos do golpe**, ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p.17.

“Substitui o presidente em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o vice-presidente da República”. Com a renúncia vagou-se o cargo de chefe do executivo nacional, o que importa em dizer que deve assumi-lo o vice-presidente.

“Vagando-se os cargos de presidente e vice-presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita a trinta dias depois da última vaga pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei”.⁶³

Seguindo a postura dos principais jornais brasileiros, o *Correio* publica matérias em defesa da Constituição, inclusive escritas pelo diretor do jornal, então vereador pela UDN, Valdir Melgaço, procurando passar uma imagem de jornal imparcial e justo:

Politicamente essa folha, pela sua direção, combateu a candidatura de João Goulart. Naquela ocasião cerramos fileiras em torno do nome do senador Milton Campos, que, devido seu equilíbrio e alto senso público, seria capaz de melhor representar o cargo.

Dizíamos mesmo que era o homem para o cargo. No entanto feriu-se o pleito, e o povo brasileiro através do sufrágio, preferiu Jango à Milton. E agora, com a renúncia de Jânio Quadros, por força que dispõe a Constituição, a vaga aberta deve ser do vice-presidente.

Não se cogita mais de se escolher o homem para o cargo, mas de dar ao homem o cargo que o povo lhe deu. Por isto, nesta hora, enquanto não nos é arrancada a liberdade de falar e escrever, desejamos apenas fazer um apelo a Nação, aos seus governantes, as mais altas e categorizadas patentes, de que o regime deve ser mantido em toda a sua plenitude e Jango deve ser empossado, embora politicamente sempre o combatemos.

Queremos e insistimos pela legalidade e pelo respeito a Constituição, mesmo com o sacrifício de nossa missão de jornalista independente e honesto – declarou-nos o Dr. Valdir Melgaço, vereador da UDN.⁶⁴

Podemos notar, na citação acima, que o vereador e também na ocasião, diretor do jornal *Correio*, Sr. Valdir Melgaço, embora confirme o uso do jornal em favor dos interesses e dos ideais políticos udenistas, faz coro junto aos principais órgãos da imprensa escrita do país, defendendo a Constituição Nacional a partir do direito de Goulart enquanto vice-presidente, em assumir o cargo de chefe do Executivo nacional apesar da oposição política da UDN para como o PTB.

Melgaço encerra a matéria em questão defendendo a liberdade de expressão e opinião, procurando convencer os leitores de que o jornal *Correio* pratica um jornalismo

⁶³ “João Goulart chega hoje procedente de Singapura”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 27/08/1961. Nº9240. Ano XXIV. p. 1.

⁶⁴ “Constituição deve ser respeitada: Posse ao Presidente Jango”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 29/08/1961. Nº 9241. Ano XXIV. p. 1.

neutro e que não teme qualquer tipo de represália que possa vir a sofrer por parte de lideranças políticas ou militares. Melgaço autoqualifica o seu jornal de independente, honesto e imparcial, o que é, no mínimo, incoerente uma vez que havia iniciado a matéria afirmando que o jornal é usado para combater os adversários políticos da UDN.

Ainda nesse período de disputa entre os partidários do veto à posse de Jango e os defensores da Constituição, o jornal *Correio de Uberlândia* publica matérias em que a Câmara Municipal e povo uberlandense também se manifestam favoráveis à manutenção da ordem democrática representada pela posse de Goulart:

A Câmara Municipal de Uberlândia torna público, que desde o dia 25 de agosto, vem enviando às mais altas autoridades do país, ofícios e rádios nos sentido de que seja mantida a ordem, respeitada a Constituição e empossado o Sr. João Goulart.

Avisa também que enviou ofício ao governador do Estado, exigindo dele um pronunciamento enérgico a favor da posse do Sr. João Goulart visto que até o momento S. Excia .apenas se limitou a pronunciamento que não convencem e que, sua atitude, é contrária à tradição do povo mineiro, que sempre se colocou ao lado das causas justas e liberais.

Encontra-se em sessão permanente, para a defesa do regime e das liberdades constitucionais, esperando encontrar nesta sua atitude apoio de todo o povo uberlandense. Dr. Manuel Teixeira de Sousa (presidente-01/09/1961)⁶⁵

Notemos, na matéria acima, que os discursos democráticos destacam-se não só nos editoriais do jornal *Correio de Uberlândia*, como também no pronunciamento das lideranças políticas locais, que procuram deixar clara a sua posição em defesa da ordem democrática buscando o apoio do povo uberlandense para o nobre ideal.

O jornal uberlandense publicou, ainda, matéria que apresentava os passos da ordeira população de Uberlândia que se reunia para elaborar um manifesto a favor da posse de Jango. Contudo, em virtude de o regime presidencialista ter sido substituído pelo parlamentarista, o movimento teria se dissipado deixando claro que tudo se apresentava de forma ordeira e pacífica típico da população que, segundo o discurso político da cidade, sempre fora “laboriosa e pacata”:

Uberlândia é contra o golpe, a ditadura e o regime de exceção. Isto é o que procuraram provar sábado passado em reunião levada a efeito no salão de festas do Colégio Brasil-Central, estudantes, universitários, chefes de família, donas de casa, operários, médicos e

⁶⁵ “Ao povo”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 03/09/1961. Nº 9242. Ano XXIV., p. 1.

professores, enfim, todas as classes representativas da cidade que participaram da reunião.

Na ocasião foi elaborado um longo manifesto pela posse do Sr. João Goulart e protestos contra o mutismo de determinados governadores de Estados e a aprovação da ementa parlamentarista.

Domingo pela manhã no salão nobre da Câmara Municipal, com o recinto completamente lotado, sob a presidência do professor Manuel T. de Sousa, também titular da mesa legislativa, deveria realizar-se outra reunião. Entretanto, mercê da atuação do Juiz de direito da cidade, Sr Milton Grandinetti, ficou sem efeito a reunião, dissipando-se o movimento em virtude da comunicação que fez aos presentes aquela autoridade judiciária, de que havia sido aceita a emenda parlamentarista e Jango seria empossado neste novo sistema de governo.

*O movimento pró-legalidade em Uberlândia processou-se de forma absolutamente ordeira, sendo apenas a exposição de idéias e protesto pacífico.*⁶⁶

Em Brasília, os políticos de centro, sempre dedicados a encontrar soluções conciliatórias propuseram a substituição provisória do presidencialismo pelo regime parlamentarista. O Ato Adicional que instituiu o Parlamentarismo estabelecia a realização de um plebiscito, em 1965, ao término do mandato de Goulart, que deveria ratificar ou não o regime parlamentarista. A aprovação dessa medida pelo Congresso por grande maioria de votos (233 a favor e 55 contra) em 2 de setembro permitiu a posse de João Goulart. Contudo, nem os partidários da legalidade, nem os opositores de Jango estavam completamente satisfeitos, mas nenhum dos dois grupos possuía força para mudar o cenário e poucos acreditavam que o país caminhava para a estabilidade política. O sucessor de Jânio assumiu a presidência, para indignação da direita mais conservadora, que o considerava uma ameaça socialista.

Em meio a esses acontecimentos o jornal *Correio* publica:

Parece ter chegado ao fim a crise criada com a renúncia do presidente Jânio Quadros, que, eleito pela vontade de mais de 5 milhões de brasileiros, abandonou o governo com apenas 7 meses de exercício do seu mandato. Teremos um novo regime, decretado sem que fosse ouvida a opinião do povo brasileiro. O parlamentarismo evitará a sangrenta revolução e a luta entre irmãos dando posse ao legítimo sucessor do presidente que se afastou. Dissemos antes, parece ter chegado o fim da crise, parece. Mas não foi totalmente o fim da crise.

*Digamos mais certo e com a independência que sempre tivemos: a primeira etapa, o primeiro “round” do que decorrerá para futuro dos atuais acontecimentos.*⁶⁷

⁶⁶ “Uberlândia esta ao lado da legalidade”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 05/09/1961. Nº 9243. Ano XXIV.p.1.

Embora claramente atrelado aos interesses da UDN, o jornal, como já foi possível notar, defendeu a posse do presidente Goulart e posteriormente não protestou diretamente contra a adoção do sistema parlamentar. Contudo, mesmo afirmando que o parlamentarismo é válido por evitar uma possível “luta entre irmãos”, o *Correio de Uberlândia* deixa transparecer, na matéria publicada, certa insatisfação com os acontecimentos, caracterizando o Ato Adicional enquanto um “primeiro round” diante do que poderia estar por vir.

Não nos esqueçamos que o jornal *Correio* pertencia a políticos da UDN, cujo principal líder político era Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, que não se manifestou favorável à posse de Jango e nem ao parlamentarismo e, conseqüentemente, não pouparia esforços para desmoralizar Goulart, fosse sob o parlamentarismo ou o presidencialismo.

Segundo Alzira Alves de Abreu, a grande imprensa, de um modo geral, apoiou a solução parlamentarista, vista no momento como uma demonstração de maturidade e vitalidade da democracia brasileira, sendo exceção o jornal de Carlos Lacerda:

Mesmo o jornal O GLOBO, contrário à posse de Goulart, apoiou a emenda parlamentarista. Já a TRIBUNA DA IMPRENSA viu o parlamentarismo como a pior saída para a crise, já que “o drama fundamental do Brasil” era a opção entre democracia e comunismo. O parlamentarismo, de acordo com o jornal, fora uma solução do Partido Comunista (04/09/1961).⁶⁸

O herdeiro político de Vargas enfrentava os mesmos adversários políticos que haviam conspirado contra o seu mentor, levando-o ao suicídio. Carlos Lacerda havia perseguido politicamente Vargas e inclusive JK, a quem muitas vezes taxou de comunista. Agora era a vez do pupilo de Getúlio, que não seria poupado dos típicos discursos anticomunistas de Lacerda e da UDN, e que identificariam, nas reformas de base de Jango, a passagem do regime capitalista para o comunista. Goulart estava diante de uma guerra iminente.

João Goulart tomou posse como presidente da república no dia sete de setembro de 1961, na presença do Congresso Nacional, em Brasília, indicando Tancredo Neves como Primeiro Ministro. Empossado, Goulart trabalhou no sentido de antecipar o

⁶⁷ “Trapézio” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 05/09/1961. Nº 9243. Ano XXIV.p.1.

⁶⁸ ABREU, op. cit. pp. 18-19.

plebiscito, mobilizando amplos setores populares – UNE, Sindicatos, etc. – para que estes pressionassem o Congresso a aprovar a antecipação.

Carlos Lacerda, assim como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Magalhães Pinto aspiravam à presidência da República em 1965, e, portanto, também apoiavam a antecipação do plebiscito almejada por Goulart, como nos demonstra Selmane F. Oliveira ao afirmar que Jango “contou com o apoio de políticos como Juscelino Kubitschek e Magalhães Pinto, ambos, aliás, estavam pensando nas eleições presidenciais de 1965”.⁶⁹

O apoio do Governador udenista mineiro, assim como o de outras lideranças políticas da União Democrática Nacional à campanha contra o parlamentarismo, não significava, portanto, apoio irrestrito ao governo Goulart. Ao contrário, assim como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto sempre criticava a política e a postura do presidente da República.

Durante a campanha do plebiscito, o jornal *Correio*, assim como a grande maioria da imprensa nacional, publicou anúncios de página inteira em que buscava esclarecer e convencer o eleitor a votar a favor do retorno do sistema presidencialista:

*Chegou a hora de dizer NÃO!
Contra a miséria
Contra o analfabetismo
Contra a falta de terra
Contra a usurpação do seu voto
No dia 6 de janeiro marque NÃO!
NÃO porque o povo é contra o Ato institucional que instituiu o
parlamentarismo.
NÃO porque o povo exige um regime que seja expressão autêntica da
sua vontade soberana.
NÃO porque o povo quer reconquistar o direito de eleger o
Presidente de sua livre escolha.
NÃO porque é essencial preservar a autoridade do Presidente para
que se façam as reformas que o país exige.
NÃO porque o povo está cansado dos conflitos políticos que geram
crises sucessivas.
NÃO porque o povo deseja um regime que funcione onde a
administração trabalhe e o governo governe.*⁷⁰

O anúncio era o mesmo em todos os meios de comunicação. A UDN e Carlos Lacerda defendiam o presidencialismo por visarem a campanha presidencialista de

⁶⁹ OLIVEIRA, Selmane Felipe. **Minas Gerais na Ditadura Militar: lideranças e práticas políticas** (1971-1983). Uberlândia: Rápida Editora, 2002. p.25.

⁷⁰ “Chegou a hora de dizer não” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 11/12/1962. Nº 9449. Ano XXV. p. 3.

1965. Desta forma, os jornais ligados aos udenistas como a *Tribuna da Imprensa* no Rio, e o *Correio* em Uberlândia, abraçaram definitivamente a campanha em favor da devolução do poder do Estado Nacional a João Goulart.

Em seis de janeiro de 1963 o plebiscito foi realizado. A maioria esmagadora da população votou a favor do retorno ao presidencialismo. De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, fora um ano de intranquilidade e instabilidade política, no qual Jango soube resistir a todas as pressões que pretendiam conduzi-lo para fora da legalidade, acabando por arrancar do Congresso a emenda do plebiscito:

*Sem dúvida alguma, ele manobrou com extrema perícia, e mostrou a inviabilidade do parlamentarismo, cuja manutenção ninguém mais desejava, após um ano de prova. Nem os trabalhadores, porque o identificavam com o conservadorismo, nem os militares, com o vazo da ordem e da autoridade, nem as classes possuidoras, com anseios de paz e segurança para seus negócios.*⁷¹

O Parlamentarismo foi derrubado pelo voto de nove milhões dos dez milhões de eleitores. Finalmente João Goulart poderia governar retomando os poderes que o Congresso lhe usurpara durante a crise de agosto-setembro de 1961.

Nesta ocasião, o jornal *Correio* publica matéria em 8 de janeiro referente ao resultado do plebiscito, segundo a qual o povo brasileiro demonstrava um amadurecimento político ao devolver ao país uma forma de governo mais coerente com o regime democrático:

O comício plebiscitário de domingo mostrou o amadurecimento da mentalidade política brasileira, ao dizer um categórico NÃO ao sistema parlamentarista impingido ao povo através do chamado Ato Adicional, convocado a opinar o Brasil não poderia optar pro outra solução que mais a do presidencialismo, forma de governo muito mais coerente com o regime democrático que o parlamentarismo híbrido vinha sendo posto em prática.

Lançado para dominar a crise política de 25 de agosto de 1961 quando Jânio Quadros renunciou dramaticamente ao cargo de presidente da República, o parlamentarismo vinha entrando sobremaneira o processo democrático nacional e a sua derrota no plebiscito de domingo, propiciará ao país a retomada de suas garantias e liberdades de escolha dos governantes.

Houve muitos “prós” a favor do sistema ora derrotado pela vontade popular, tendo havido, inclusive uma corrente política liderada pelo governador de um dos Estados da Federação. Porém após o pronunciamento das urnas, viu-se que essa corrente foi minoritária.

⁷¹ BANDEIRA, op. cit. P. 79

*Dentre de alguns dias, portanto, o presidente da República irá colocar em prática as suas “fórmulas” de direção política do país, já amplamente anunciadas através dos mais diversos veículos. O Sr. João Goulart tem agora as rédeas da democracia. Mas terá também, sobre si o peso das responsabilidades de um bom ou mau governo. Voltando ao presidencialismo, reingressamos em nosso costumeiro sistema de governo. O povo será o fiscal do presidente ora em atividade.*⁷²

Embora comemorasse a retorno ao presidencialismo, o editorial do *Correio de Uberlândia* deixa claro que o povo, e inclui-se aí, sobretudo a UDN, iria vigiá-lo para que ele não se embrenhasse por “caminhos perigosos” ou “subversivos”, uma vez que o Presidente já havia, desde fins de 1961, enfocado sua mensagem política na necessidade de reformas de base.

Abolido o parlamentarismo, João Goulart formou seu primeiro ministério e partiu para a realização das reformas. A principal delas era a reforma agrária, o governo desapropriaria terras improdutivas dos latifundiários para distribuí-las às famílias camponesas. Todavia, a Constituição da época impedia que o Poder Executivo propusesse reforma constitucional, isto era prerrogativa do legislativo. Assim sendo, em abril o PSD, o PTB, e a UDN apresentaram propostas de emendas para a realização das indenizações. As propostas, apesar das divergências partidárias, caminhavam bem, quando o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, conseguiu atingir a participação da UDN na iniciativa. Sobre esse episódio nos esclarece Luiz Adolfo Pinheiro:

*Em gesto dramático de propaganda, Lacerda afirmou que renunciava à sua carreira política (ele queria ser candidato da UDN à Presidência da República em 1965) porque não queria compactuar com a atitude da UDN, que estava ajudando Goulart a “violentar” a Constituição, abrindo caminho a outras formas, inclusive para permitir que o próprio Goulart fosse candidato à sua sucessão”.*⁷³

A denúncia de Lacerda e as pressões anti-reformistas propugnadas pelas classes conservadoras que começaram a desabar sobre o Congresso, fizeram a UDN recuar. Lacerda logrou fazer a UDN aprovar posição contra a reforma, e a emenda constitucional sobre a reforma agrária foi rejeitada no dia 13 de maio de 1963, em Brasília.

⁷² “No plebiscito Brasil diz NÃO ao Ato Adicional” jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 08/01/1963. Nº 9462. Ano XXV. p. 1.

⁷³ PINHEIRO, Luiz Adolfo. **Jânio, Jango e Cia**. Brasília: Eco Editora, 1988. p.44.

Em consequência da derrota da emenda, a esquerda reagiu. Leonel Brizola teria dito na época:

*“As maiorias conservadoras do Congresso estão fechando as portas para a solução que o nosso povo está esperando desesperadamente. Iniciou-se, então, a transferência do problema, que de agora em diante deverá ser decidido fora do Congresso”.*⁷⁴

Brizola foi profético, pois o debate da reforma agrária, daí por diante, saiu mesmo do Congresso e ingressou nos sindicatos, no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), nos quartéis, nas entidades de classe e, sobretudo, na zona rural. O movimento das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião (advogado trabalhista) no Nordeste ampliou-se, crescendo também a sindicalização de trabalhadores rurais em todo o Brasil. Os incidentes entre camponeses e fazendeiros se multiplicaram, havendo inúmeras invasões de terra, inclusive glebas do Governo Federal. Basta ler os jornais da época para observar o grau de radicalização alcançado pelo problema de reforma agrária.

Em meio a inúmeras greves camponesas, Goulart instruiu a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) a preparar um decreto que permitia considerar de utilidade pública, para fins de desapropriação social, todas as terras que o governo achasse necessária à reforma agrária, dentro da faixa de dez quilômetros às margens de rodovias e ferrovias federais.

A mobilização popular a favor das reformas de base amedrontava as classes possuidoras, que temiam perder alguns privilégios acreditando que as reformas sociais empreendidas por Jango fossem apenas o começo de uma série de transformações radicais no país. Com base nesse temor, grupos sociais dominantes, interessados na derrubada de Goulart, deram início à propagação de uma onda de terror psicológico no país, pouco a pouco instalado, baseado sobretudo no anticomunismo. Segundo Leônicio Basbaum, a imprensa foi fundamental nessa veiculação:

Essa onda de terror anticomunista foi, num crescendo, espalhando-se pela consciência social de S. Paulo, do Rio, de Minas, e por todo o país (...) Basta examinar os jornais da época, sobretudo no ano de 63, para verificar como os articuladores se esmeravam em demonstrar

⁷⁴ Idem, p.44.

que o comunismo estava para chegar, destruir tudo e implantar o terror no país e submetê-lo à URSS (...) ⁷⁵.

Em meio a esse clima de efervescência político-social e de temor, o jornal *Correio de Uberlândia*, que sempre fora porta voz da elite local e da UDN, publica com mais assiduidade, sobretudo a partir de 1963, os discursos e matérias de políticos conservadores e udenistas criticando e acusando o governo Goulart de comungar com a sublevação comunista (o comunismo fora durante muitos anos, sobretudo na década de 1930, severamente criticado e combatido pela imprensa uberlandense enquanto um mal que deveria ser temido e destruído).

Dentre tais matérias que procuravam alertar a população local para “necessidade” de salvaguardar o regime democrático brasileiro contra o espectro vermelho do “totalitarismo” comunista, segue-se uma referente à passagem de um deputado udenista por Uberlândia, publicada em outubro de 1963:

Quando de passagem por Uberlândia, o deputado federal da UDN Sr. Levy, ficou algumas horas em Cidade Jardim, aqui homenageado com um almoço informal no Bar da Mineira, onde compareceram seus correligionários políticos udenistas e outras pessoas.

Durante o contato com seus companheiros, Levy afirmou que é preciso ser feita mais tenaz vigilância no país para salvaguarda do regime democrático.

Entendeu o visitante que o Brasil atravessa presentemente uma fase de agitação e inquietação por culpa única e exclusiva do governo que é o promotor de subversão do regime.

O Sr. Herbert Levy disse mais, que as forças da esquerda e da direita estão ameaçando a própria sobrevivência do regime democrático e que o presidente João Goulart vem estimulando organizações ilegais (apontou o CGT, o pacto de Unidade e Ação e o Fórum sindical) na promoção de greves de caráter puramente político e que nenhum benéfico honesto trazem ao trabalhador que precisa mesmo é de melhores salários e mais humanas condições de vida. Entretanto, tais movimentos já não encontram mais guarida na opinião pública, desmoralizados que estão.

O Sr. Herbert Levy disse que virá breve à Uberlândia para manter uma reunião de debates com os estudantes em torno da situação nacional. ⁷⁶

⁷⁵ BASBAUM, Leônicio. **História Sincera da República** – de 1961 a 1967. 3 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1983, vol. 4, pp. 113-5.

⁷⁶ “Levy disse que a hora no Brasil é de vigilância” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 12/10/1963. Nº 9706, Ano XXVII. p.1.

Esta matéria é destaque na primeira página do jornal, publicada em um sábado de outubro de 1963, período em que surgem com mais frequência os editoriais de grande parte da imprensa nacional questionando a postura do Governo.

Nesse período, o diretor do jornal *Correio*, Valdir Melgaço já não era mais vereador, e sim Deputado Estadual pela UDN, sendo comum as publicações do tipo apresentado acima. As páginas do jornal uberlandense traziam constantemente as opiniões de colegas, deputados e senadores udenistas, bombardeando e acusando o governo Goulart de desordem e caos social.

As críticas mais ferrenhas direcionadas pela imprensa ao presidente Jango despontam, sobretudo a partir de setembro de 1963, por ocasião da revolta dos sargentos e do apoio de Jango às suas reivindicações. Como aponta Alzira A. de Abreu, “a Revolta dos Sargentos (2/9/1963) pode ser considerada o momento de inflexão da posição da imprensa em relação ao governo Goulart: a partir daí começa realmente o afastamento e se aceleram as críticas ao presidente”.⁷⁷

A revolta se deu quando 500 sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se sublevaram e ocuparam, durante a madrugada, importantes centros administrativos de Brasília. Os sargentos alegavam que se revoltavam devido ao Supremo Tribunal Federal não reconhecer a elegibilidade dos sargentos, uma vez que os que se elegeram tiveram seus mandatos cassados. A rebelião foi abafada em poucas horas. Contudo, Jango declarou apoio às reivindicações dos rebelados sob o argumento de que elas eram parte do programa de reformas do governo. Nesse ínterim, o *Correio* publica:

*Brasília, 16 – O governo federal manifestou-se, através do Sr. Tancredo Neves, favorável à elegibilidade dos sargentos, afirmando que tomou essa posição independentemente da revolta de Brasília, e advertindo que isso não representa uma solidariedade aos rebeldes. O Sr. Tancredo Neves declarou que a posição do governo federal sobre o assunto já é antiga, e fundamenta-se no argumento de que os sargentos têm tanto o direito de participar da vida parlamentar do país como os civis e oficiais que nela influem. O governo federal manifestou-se também desinteressado em pressionar o Congresso para a aprovação dessa tese, porque que seja debatida mais tarde para que se evite o clima de coação criado pelos acontecimentos da semana passada em Brasília.*⁷⁸

⁷⁷ ABREU, op. cit. p. 19.

⁷⁸ “Jango Goulart a favor da Eleição de sargentos”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 17-18/09/1963. Nº 9602. Ano XXVII. p. 1.

A explosão de indisciplina militar e a subsequente postura de Goulart levantaram a desconfiança entre os oficiais das forças Armadas de que o presidente preparava um golpe de Estado para manter-se no poder, o que também impulsionou a publicação nos jornais, de críticas direcionadas por oficiais militares.

Apesar das constantes publicações por parte do *Correio de Uberlândia*, de discursos udenistas contra o governo, o jornal aparece, em dezembro de 1963, enquanto fonte de paradoxal postura política, visto que, ao mesmo tempo em que publicava matérias que punham em dúvida o caráter democrático dos projetos políticos do Presidente da República, o jornal anuncia a visita de Goulart à Uberlândia, em 13 de dezembro de 63, enquanto um dia festivo, em que a cidade seria honrada pela presença do chefe do Executivo Nacional:

CONVITE FDU

O presidente da República é convidado oficial da faculdade de Direito que lhe dará o diploma de doutor honoris causa em cerimônia a ter lugar no salão-nobre do Uberlândia Clube, reunida toda a congregação de professores do mais importante estabelecimento superior de nossa terra.

FESTA NA CIDADE

Do que for combinado na reunião de hoje à tarde na sede da P.M., será organizado o programa de recepção ao presidente J.G. o que poderá vir a constituir-se numa festa para a cidade de Uberlândia.⁷⁹

Porque amanhã a cidade será honrada com a visita do presidente da República, o chefe do Executivo municipal, Sr. Raul Pereira de Rezende baixou um decreto que recebeu o nº 270 declarando dia festivo a data 13 de dezembro, solicitando ao comércio e indústria a colaboração para brilhantismo da festa que se planeja oferecer ao senhor João Goulart.⁸⁰

Embora Jango tenha sido convidado pelo diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, Dr. Jacy de Assis, podemos notar, a partir das citações acima, que também o prefeito municipal aproveita a ocasião para decretar “dia festivo na cidade”, pedindo inclusive ao comércio que baixe suas portas para prestigiar o “brilhantismo” da festa que se planeja oferecer ao chefe do Executivo nacional. Contam, também, com a participação do jornal local para a divulgação do grandioso acontecimento.

⁷⁹ “Reunião estuda hoje Recepção ao João Goulart”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 10/12/1963. Nº 9737. Ano XXVII. p. 1.

⁸⁰ “Amanha dia festivo, Raul decretou”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 12-13/12/1963. Nº 9738. Ano XXVII. p. 1.

Seria um ato normal por parte do jornal e do prefeito municipal. Contudo, lembremo-nos de que Uberlândia é, nesse momento, um forte núcleo udenista, principal adversário político do PTB de Jango. De acordo com o que afirma Sérgio Martinelli, jornalista aposentado, sobre o jornal *Correio*, “ele pertencia a um grupo da UDN que era liderado pelo professor Jacy de Assis, fundador pioneiro da nossa Universidade e da Faculdade de Direito e advogado”⁸¹, ou seja, o próprio líder udenista local convidara seu adversário político a receber o título de Dr. Honoris Causa. Também o prefeito Municipal, Sr. Raul Pereira de Rezende, o presidente da Câmara Municipal, Sr. Virgílio Galassi, o diretor do jornal, deputado Valdir Melgaço, todos eram políticos da UDN e, portanto, causa certo estranhamento o fato de todos se organizarem para receber festivamente seu adversário, como nos mostram as reportagens publicadas:

Ontem os uberlandenses esperaram 3 horas ao sol causticante a chegada do presidente João Goulart que era aguardado às 14 horas e só chegou às 17: 10 num avião da FAB, mas o chefe do governo não decepcionou aqueles que estavam a postos para homenageá-lo. O Sr. Tancredo Neves aportou também num C47 da FAB, chegando pelas 15 horas.

DESFILE:

Jango foi conduzido à cidade num grande desfile que desceu desde o Aeroporto internacional Eduardo Gomes até o centro da cidade, delirantemente ovacionado pela multidão que se postou desde as 14 horas ao longo das calçadas em toda a extensão da praça Osvaldo Cruz, av Afonso Pena e rua Santos Dumont.

HONORIS CAUSA:

*O presidente J. G. que teve de encurtar o seu programa em Uberlândia, porque sua viagem atrasou 3 horas, foi, após o monumental desfile, ao Uberlândia Clube, onde em sessão de gala, recebeu da congregação da Faculdade de Direito o título de Doutor Honoris Causa por aquela instituição de ensino superior. Em seguida o presidente J. G. rumou para Uberaba, onde ontem paranimfou uma turma de universitários.*⁸²

*Uberlândia parou para homenagear o grande estadista que preside o Brasil. A Metrópole do Triângulo Mineiro compareceu em peso as ruas para ovacionar João Goulart que visita-nos pela primeira vez, depois de investido da suprema magistratura nacional. O comércio fechou as portas e todas as repartições públicas, federais, estaduais e bancos fizeram o mesmo, Jango foi, enfim festivamente recepcionado.*⁸³

⁸¹ PACHECO, op cit. p.66.

⁸² “Jango foi ontem homenageado por Uberlândia”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 14/12/1963. Nº 9739. Ano XXVII. p. 1.

⁸³ “Uberlândia parou: homenagem a Jango”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 14/12/1963. Nº 9739. Ano XXVII. p. 1.

Como podemos perceber, o jornal *Correio de Uberlândia* publica, na primeira página do folhetim, inúmeros editoriais todos referentes à honrosa visita do presidente Goulart. O mesmo jornal que vinha publicando, durante os últimos meses do ano de 1963, várias críticas e discurso de políticos udenistas contra as medidas reformistas de Jango, e que já em 1961 havia deixado clara a sua orientação política favorável à UDN e oposta ao PTB, agora parece reverenciar seu adversário político enquanto um grande líder político, aplaudido e ovacionado ao extremo pelos cidadãos e personalidades políticas uberlandenses.

As citações anteriores nos mostram como o jornal eleva a popularidade do Presidente petebista, descrevendo o quanto o povo de Uberlândia esperou por Jango durante 3 horas sob sol causticante, e como a cidade, o comércio e os bancos fecharam as portas e pararam para receber - como o próprio editorial do jornal apresenta - o “grande estadista que preside o Brasil”, num dia caracterizado como uma espécie de feriado festivo municipal.

É extremamente interessante como o jornal, declaradamente contrário às políticas petebistas, nesse momento enche a primeira página com inúmeras descrições positivas sobre a visita de Goulart à “Metrópole do Triângulo Mineiro”:

*O presidente da república Sr. João Goulart recebeu ontem o título de doutor Honoris Causa pela Faculdade de direito de Uberlândia, em magnífica cerimônia levada a efeito no salão nobre do Uberlândia Clube, com a presença de toda a alta sociedade citadina e do mundo intelectual e cultural da Metrópole do Triângulo Mineiro. A sessão solene foi aberta pelo professor Jacy de Assis diretor da FDU. Em seguida, ao som do Hino Nacional o presidente deu entrada ao salão sob os delirantes aplausos da grande assistência presente, já envergando a beca de catedrático da nossa faculdade. O coral misto do conservatório musical cantou o Hino Nacional e sob o aplauso de todos, o prof. Jacy de Assis entregou ao presidente João Goulart o título de Doutor Honoris Causa num luxuoso diploma. O acadêmico de direito Amilton Mamede falou em nome dos seus colegas de faculdade e, em nome da congregação de professores discursou o Dr. Milton Gradinetti. Finalizando a histórica cerimônia o presidente J. G. fez uso da palavra. Seu discurso a todo instante interrompido pelos aplausos foi de conclamação às lutas pela justiça social e as preconizadas reformas de base. Aplausos irromperam quando o nome de Getúlio Vargas foi citado no discurso do ilustre homenageado.*⁸⁴

⁸⁴ “Jango recebe título: Doutor Honoris Causa”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 14/12/1963. Nº 9739. Ano XXVII. p. 1.

É importante perceber a incoerência por parte do jornal, sobretudo ao final do editorial acima, em que a direção do jornal apresenta como o discurso reformista do presidente fora constantemente interrompido por aplausos, como o fora também o nome de Getúlio Vargas, em pleno “covil” dos partidários de seu maior adversário político. O povo conservador, “ordeiro, laborioso e pacífico” de Uberlândia que, de acordo com as próprias publicações do jornal, sempre foi combatente da desordem, da agitação e das greves políticas, em resumo, do comunismo, agora parecia vibrar com os passos das mudanças sociais pregadas por Goulart, e que o próprio jornal vinha acusando de ligações com o regime vermelho.

Essa oscilação do jornal com relação a João Goulart provoca, de certa forma, a impressão de que o jornal não era incoerente, e sim estaria praticando uma imprensa imparcial, apresentando opiniões com as quais não teria ligação alguma, apenas expondo os fatos como eles se davam. A própria cobertura sobre a visita do presidente João Goulart à Uberlândia, recebido com calorosa festividade numa cidade de forte núcleo da UDN (seus adversários), poderia realmente nos convencer da imparcialidade do *Correio de Uberlândia* e de sua postura em defesa da ordem democrática, uma vez que eram desse partido os principais representantes políticos da cidade como, por exemplo, o prefeito Raul Pereira de Rezende, o presidente da Câmara Virgílio Galassi, e o diretor do próprio jornal e também deputado estadual Valdir Melgaço.

Contudo, a ligação do *Correio de Uberlândia* com a UDN e com os grupos sociais dominantes, que se sentiam ameaçados pelas reformas propostas pelo governo, bem como o direcionamento do jornal enquanto difusor dos interesses dessas classes possuidoras se afirmam e são explicitados fortemente a partir de 1964. A partir daí, o jornal se veste do discurso salvacionista sob o qual os inimigos da legalidade diziam estar protegendo a democracia nacional, e publica textos de seu principal jornalista e de seu editor-chefe, divulgando o terror psicológico quanto às possíveis pretensões socializantes e comunistas de Jango e referendando declaradamente o ato inconstitucional que deu origem à ditadura militar, deceparadora dos direitos civis e das liberdades democráticas.

Capítulo III

Golpe de 1964: *Correio de Uberlândia* cumprimenta os líderes da “Democracia”

Ao terminar o ano de 1963, o mau êxito do Plano Trienal⁸⁵ foi reconhecido por todos, uma vez que não houve nem desaceleração da inflação, nem aceleração do crescimento. O balanço de 1963 revelou o fracasso da política econômica. Sem crescimento e com elevada inflação, todos reclamavam e muitas greves estouraram nos primeiros meses de 1964.

O ano de 1964 começou sob um clima político de grandes incertezas, e mesmo de suspeitas devido ao terror psicológico implantado pelas classes possuidoras, de que Goulart pretendia dar um golpe de Estado e, dissolvendo o Congresso Nacional, assumir poderes ditatoriais. Só nos primeiros 15 dias de janeiro ocorreram dezessete greves na Guanabara e em fevereiro e março se intensificaram as paralisações de trabalhadores rurais no Nordeste.

Segundo os apontamentos de Caio Navarro de Toledo sobre esse período, as classes dominantes e os meios de comunicação acusavam severamente o Governo de comungar com os movimentos de esquerda. Na Paraíba, em Pernambuco, Goiás e Minas, as invasões de terra eram denunciadas com enorme sensacionalismo pelos meios de comunicação. O governo era implacavelmente denunciado pelas classes dominantes, pois não reprimia esses movimentos “subversivos”.⁸⁶

Tal angústia atingiu também os brasileiros que até então se apresentavam indiferentes. Os neutros ou sem vinculação partidária, que antes indecisos sobre qual lado inclinar-se, agora se deixavam tomar pelo terror às mudanças sociais mais radicais acreditando que a angústia e instabilidade política só terminariam com a saída de Jango da presidência da República.

A expansiva radicalização política dos trabalhadores e dos movimentos populares, pressionando o Executivo nacional a romper os limites do “pacto populista”

⁸⁵ O ano de 1963 iniciou-se com a formulação do Plano Trienal, elaborado, apressadamente, por Celso Furtado (Ministro do Planejamento no governo Jango), para ser executado no período 1963-1965. O Plano Trienal previa, por meio de reformas de base, alterar o perfil de distribuição de rendas do país: de um modelo concentrado para um modelo mais distribuído.

⁸⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. **1964 Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 38.

através de greves e protestos, amedrontava expressivamente as classes dominantes. Carlos Lacerda e políticos da UDN não perdoavam o presidente, discursavam e escreviam diariamente contra Jango usando a imprensa como principal ferramenta de ataque.

Em janeiro de 1964, o *Correio de Uberlândia* veicula ataques udenistas ao Governo Goulart:

Um dos vices presidentes da UDN, o deputado Flores Soares, afirmou que o caminho que vem trilhando o Presidente da República é o caminho do golpe. Pergunta o perplexo representante gaúcho: “Para que deseja o Sr. João Goulart um cemitério de candidatos senão para prolongar-se no poder?”.

*O Presidente da república – segundo o deputado udenista – enfraquece propositalmente a candidatura Kubitschek, não aceita a do Sr. Carvalho Pinto, manobra para dividir a oposição com acenos ao Governo Magalhães Pinto, porque no fim de tudo lhe restará a chance de permanecer no palácio da Alvorada.*⁸⁷

O vínculo do jornal com a UDN local permitia que constantemente fossem publicadas notas de lideranças políticas udenistas atacando o presidente João Goulart. Matérias, como a que acabamos de ler acima, reforçavam o discurso da direita de que Goulart representava um perigo ao regime democrático brasileiro e à liberdade do povo brasileiro.

Se por um lado, cresciam as ocorrências de greves e as pressões populares a favor de mudanças sociais mais profundas, por outro lado, a burguesia nacional, representada, sobretudo, pela UDN, também reagia ferozmente com discursos e críticas mais afiadas. A respeito desse momento conturbado politicamente, a autora Maria Victoria de Mesquita Benevides nos afirma que “nos primeiros meses de 64 a radicalização, dos dois lados, cresce vertiginosamente, situando-se a UDN no primeiro plano da ofensiva partidária”.⁸⁸

Os três primeiros meses de 1964 assinalaram nitidamente a progressiva agudização da crise por que passava o país. A UDN prosseguia, em fevereiro e março, em sua tática alarmista. Não obstante, os chefes do movimento pelas reformas continuavam a conduzir a mobilização popular pregando as mudanças sociais a partir de sucessivas viagens ao longo do país.

⁸⁷ “Jango quer o golpe” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 10/01/1964. Nº 9753. Ano XXVII. p. 1.

⁸⁸ BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 127.

É claro que a mobilização das camadas populares, e seu envolvimento na política nacional, bem como as medidas reformistas adotadas por Goulart a partir de 1964 não eram interessantes à burguesia nacional, e muito menos aos latifundiários que temiam perder seus latifúndios com possibilidade de desapropriação de suas terras para a execução da reforma agrária. Em meio a esse temor, os fazendeiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se reuniram, em fevereiro de 1964, para redigir um manifesto ao governo, deixando claro a sua posição de aversão às invasões de terra e consequentemente deixam subentendido um aviso de que não concordarão com a reforma agrária. O *Correio de Uberlândia*, cujos proprietários também são latifundiários na região, publica o manifesto com destaque na primeira página do jornal:

Os fazendeiros da região do Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba, reunidos em assembléia na Sociedade Rural do Triangulo Mineiro, aos 12/02/64, com a presença de delegações de Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Prata,...

...resolveram lançar o seguinte “manifesto” endereçado aos exmos senhores: presidente da Republica, ministros militares, Congresso Nacional, governador do Estado, demais poderes constituídos e ao povo em geral.

Temos dado ao país o mais vivo exemplo de ordem e trabalho e continuamos a fazê-lo até o último momento.

As constantes ameaças de invasões em propriedades têm trazido intranqüilidade, perturbando a paz necessária ao trabalho que realizamos.

Esta situação nos obrigou a tomar a decisão inabalável de defendermos a sobrevivência da democracia ameaçada neste país, pela agitação criminoso de uma minoria, que trata, a todo custo, de destruir tudo que, para nós, significa paz, liberdade e justiça.

Na defesa destas prerrogativas estamos dispostos a ir às ultimas conseqüências, como sacrifício, até mesmo, de nossas próprias vidas. Manifestamos assim, o nosso propósito de repelir, à altura, toda e qualquer tentativa de invasão de qualquer propriedade rural.

Uberaba, 13 de fevereiro de 1964.

aa) Sociedade Rural do Triangulo Mineiro.⁸⁹

Podemos observar, pois, que os grandes fazendeiros da região que se autointitulam o “mais vivo exemplo de ordem e trabalho”, se reúnem por se sentirem ameaçadas, com medo de que seus bens possam estar em risco, não só com as invasões de terra, como, também, se por acaso o governo realmente executasse as Reformas. Observando a matéria acima, podemos notar que a propriedade privada é tudo o que

⁸⁹ “Fazendeiros do TM divulgam manifesto” Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 16-17/02/1964. Nº 9776. Ano XXVII. p. 1.

para eles significa “paz, liberdade e justiça”, ou seja, a democracia para estes latifundiários consiste na manutenção da propriedade privada, mas não enxergam a injustiça social marcada pela fome, pela miséria e pelo descaso do poder público, fatores com os quais Goulart prometia acabar, através das reformas progressistas buscando romper com as velhas tradições instauradas.

Por se dizer imparcial, o jornal também publica, ainda em fevereiro de 64, um outro manifesto, agora dirigido por trabalhadores de Uberlândia que criticam a postura dos latifundiários e reafirmam apoio irrestrito às Reformas de Base, destacando-se a reforma agrária e, acusando de antiprogressistas e antinacionalistas aqueles que se colocam contrários às conquistas populares:

Os Trabalhadores de Uberlândia endereçaram ao presidente João Belchior Goulart o seguinte telegrama:

“Sindicatos e Associação de classes trabalhadoras de Uberlândia (MG) reafirmam integral apoio programa vossência reformas de base vg especialmente agrária vg repudiando por outro lado antinacionalistas e antiprogressistas que com farsas procuram deturpar fatos e criar clima de desordem”.

Saudações cordiais

*Ass: Argemiro Lima, pela Ass.dos Motoristas;
José de Sousa Lelis, Sindicato dos trabalhadores rurais,
Ekel Santos, sindicato dos Bancários,
Walter Pereira, Sindicato dos Comerciantes,
J. Castor Sobrinho, Associação dos Radialistas ,
Tasso de Abreu, Associação dos professores de Ensino Médio,
Joaquim F. Fonseca, Sindicato Indústria de alimentos,
Antonio Hypolito, sindicato Hidrelétricos,
Luiz Antonio Naves, Associação dos diaristas da Prefeitura,
Nelson Abreu, Associação dos Charreteiros e Carroceiros,
Joaquim Ferreira, Ass. trabalhadores Rurais,
Norton Regal Pereira, Sindicato dos Contabilistas,
Cyro Machado, Ass. dos Barbeiros,
Mario Medina Finzer, Sindicato ferroviários Mogiana e
Nelson Silva, Ass. Empregados Comércio Hoteleiro e Similares“.⁹⁰*

Se, por um lado, o *Correio* tem uma suposta postura de neutralidade ao apresentar os dois pontos de vista, dos latifundiários e dos trabalhadores, por outro, publica, em sua próxima tiragem, uma matéria de um dos seus principais cronistas, o jornalista Lycídio Paes, a “estrela” do jornal. Ele chegou à Uberlândia em 1920 onde ocupou cargos públicos e se envolveu na direção de órgãos da imprensa local. Posteriormente morou durante dois anos no Estado de Goiás retornando para Uberlândia

⁹⁰ “Trabalhadores locais apóiam reforma base”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 20-21/02/1964. Nº 9774. Ano XXVII. p.1

em 1938 como redator chefe do *Correio de Uberlândia* quando o periódico ainda era dirigido pelo filho de seu fundador, Luiz Nelson Junqueira. Nesse período, tornou-se secretário da Prefeitura Municipal e em 1941 assumiu a direção do jornal *O Repórter* até 1942. Em 1970, recebeu o título de “Cidadão Uberlandense” e em 1º de abril de 1972 foi demitido do jornal *Correio* passando a colaborar com o jornal *O Triângulo*. Por ocasião de seu falecimento em 1978, a Câmara Municipal de Uberlândia atribuiu o nome do jornalista a uma rua no bairro Santa Mônica.⁹¹

Enfim, devido a sua vida pública e aos cargos que exerceu nos órgãos da imprensa local, Lycídio Paes se tornou bastante popular na cidade de Uberlândia, sobretudo, devido às suas crônicas publicadas no jornal *Correio de Uberlândia* que, muitas vezes, geraram conflitos e rixas políticas⁹². Em 1964 escrevia crônicas diárias para o jornal alcançando significativa influência na formação da opinião dos uberlandenses.

Em sua crônica, intitulada Reforma Agrária, apresenta a proposta de reforma agrária de Goulart como uma artimanha para fomentar a luta de classes e a desordem no país:

Fico penalizado quando vejo tanta gente, e entre ela trabalhadores, gastando tempo e dinheiro para passar telegramas aos sr presidente da República em apoio da reforma agrária e em condenação dos que se apóiam a essa medida.

A verdade é que não há ninguém no Brasil que seja contrário a esse objetivo.

Apenas a oposição generalizada quer uma providencia que realize de fato uma reforma agrária isso é, uma reforma que tenha por fim, o aproveitamento inteligente das terras e a melhoria das condições de vida dos que a cultivam. Mas não é isso exatamente o que está promovendo o chefe da Nação. O que sua exa. tem em vista e está executando por intermédio dos seus prepostos, especialmente através da SUPRA, e a odiosidade de classes, é a divergência nefasta entre os lavradores e os fazendeiros, é a desorganização dos serviços agrícola nos pontos onde ele ainda existe.

⁹¹ As informações desta cronologia foram extraídas do livro de Regma Maria dos Santos: **Lycídio Paes – Brevidades Crônicas**. São Paulo: EDUC, 2002.

⁹² Acho oportuno citar, a título de conhecimento sobre a personalidade forte do jornalista, interessante episódio em que Lycídio Paes denunciou, em sua coluna, que os cavalos da cavalaria estavam comendo a roça de milho dos meninos do Patronato. Indignados, os soldados invadiram a redação, com cavalos e tudo. Lycídio, já em idade avançada, se apresentou como autor da coluna e prometeu se retratar. Consta que sua crônica, no jornal do dia seguinte, trazia o seguinte reparo: “ontem nós cometemos um lapso, - pois publicamos que os cavalos da cavalaria do Exército estavam comendo a roça de milho do Patronato. Pois bem, não eram os cavalos que estavam comendo, eram os cavaleiros. Ver História do jornal Correio no endereço eletrônico, www.correiodeuberlandia.com.br.

Não se admite que seja operada uma transformação dessa ordem na estrutura social e econômica da nacionalidade por meio de simples decretos do executivo, quando a Constituição atribui explicitamente ao parlamento semelhante prerrogativa. Por outro lado, atenta-se grosseiramente contra o direito de propriedade que é uma instituição tradicional que vem das profundezas da história. É intuitivo que os proprietários rurais hão de resistir à invasão dos seus domínios porque estarão defendendo o que lhes custou o suor dos antepassados que lhes transmitiram por herança o patrimônio que hoje lhes querem arrebatado pela violência...

...No meu entendimento a terra é do povo como é o ar e é a água. Apenas com a diferença de que a água e o ar pela sua natureza, devem ser facultados sem exceção, e a terra, pelo seu destino, deve ser retida pelos que a arroteiam e a fertilizam com o seu esforço. Se os sindicatos e os trabalhadores, tão politizados pelo caudilho de São Borja, e seus satélites, considerassem a que há de mistificação, de desvirtuamento das nossas diretrizes, de traição aos nossos desígnios na campanha irregularmente promovida pelos seus falsos amigos, sem dúvida nenhuma procurariam outros caminhos para satisfazer as suas aspirações e não se cansariam em aplaudir atitudes hipócritas que absolutamente não correspondem aos seus legítimos interesses.⁹³

Notemos, em sua crônica contra a reforma agrária, o quanto seu discurso é marcado por um conservadorismo de direita. O jornalista não admite que se efetue uma transformação mais profunda na estrutura social e econômica do país por acreditar que a reforma agrária viria a gerar a desorganização dos serviços agrícolas no Brasil.

A crônica do jornalista defende ferrenhamente a manutenção da propriedade privada enquanto um direito tradicional advindo das “profundezas da história” e acusa João Goulart de não possuir respaldo na Constituição para alterar as velhas tradições instauradas. Enfim, a partir de um discurso elitista, defende a resistência por parte dos latifundiários e critica severamente a postura dos trabalhadores locais que redigiram manifesto de apoio às Reformas de Base, acusando-os de estarem sendo desvirtuados pelo “caudilho de São Borja”, referência pejorativa a Vargas e seus sucessores populistas, os quais acusa de hipocrisia e demagogia social e política.

Durante todo o mês de março de 1964, toda edição do jornal apresenta uma crônica de Lycídio na qual combate efusivamente as reformas de base e o presidente João Goulart, acusando-o de pretensões comunistas.

A UDN e o empresariado, bem como os grandes fazendeiros, logicamente, não viam com bons olhos as Reformas de Base, sobretudo, a agrária. Acreditavam que, sendo Goulart um fazendeiro, tinha a obrigação de defender a propriedade privada da

⁹³ PAES, Lycídio. “Reforma agrária” In: Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 23-24/02/1964. Nº 9776. Ano XXVII. p. 3.

terra, como também acreditavam que o fato de o presidente buscar a realização de uma reforma agrária fazia dele um agitador político que, através de agitações revolucionárias, pretendia conquistar o apoio popular para dissolver o Congresso e assumir o controle do país com poderes ditatoriais.

Embora Jango soubesse, desde o início, que enfrentaria grande oposição dos proprietários rurais – como de fato aconteceu durante todo esse período de agitação social e política – o presidente acreditava também que poderia contar com o respaldo da burguesia industrial, uma vez que, o projeto reformista buscava responder às necessidades de expansão do capitalismo industrial brasileiro que o momento político e econômico pedia.

A esse respeito contamos com a colaboração de Caio Navarro de Toledo ao afirmar:

Estas reformas visavam, basicamente, a resolver alguns impasses enfrentados pelo capitalismo brasileiro no início dos anos 60. Não tinham, assim, nenhum caráter transformador; muito menos revolucionário, como apregoavam setores das classes dominantes. Elucidativo a este respeito foi o caso da proposta mais polêmica e mais intensamente defendida pelo governo: a Reforma Agrária. Tal reforma buscava responder às necessidades de expansão do capitalismo industrial brasileiro ao mesmo tempo em que atendia aos imperativos da preservação da ordem burguesa.⁹⁴

Contudo, a classe burguesa, empresariado nacional e internacional, classe média e Igreja Católica temiam a aproximação de Jango com os setores mais radicais da esquerda. Por outro lado, ocorriam dissensões entre os vários grupos políticos, tanto por parte da direita, quanto da esquerda. Diante dessa situação, Goulart decidiu promover comícios para mobilizar a população em favor das reformas propostas.

O Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, quando anunciou seu projeto de reformas, foi o último discurso de Jango à multidão. Sua finalidade era mobilizar a opinião pública a favor das Reformas de Base, de modo a pressionar o Congresso Nacional para que aprovasse os projetos encaminhados.

O comício fora divulgado algum tempo antes, e a imprensa conservadora, bem como os opositores políticos de Jango se manifestavam temerosos ao gigantesco acontecimento. Em Uberlândia, o Jornal *Correio* publica, um dia antes, matérias que

⁹⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 8ed., São Paulo: Brasiliense, 197, p. 120.

reafirmam o terror psicológico que vinha sendo constantemente veiculado pela direita naquele momento:

Para quem acredita em fatalidade, azar e coisas que tais: o comício do Sr. João Goulart na Guanabara será feito numa sexta-feira, dia 13!⁹⁵

...A nação encontra-se neste momento fundadamente apreensiva com os boatos de conflitos, de choques armados e até de guerra civil em razão da assinatura do decreto de desapropriação de terras marcado para amanhã, num comício monstro a realizar-se na Guanabara, em praça vedada legalmente para reuniões dessa espécie. É um movimento inoportuno, provocador e cujas conseqüências ninguém pode prever. Contribui essa fermentação de hostilidades para a expansão das lavouras e para incremento da produção? De modo nenhum. Ninguém está seriamente pensando em cultivar essas terras invadidas. Isso não é nada mais do que uma luta inglória de classes fomentada pelos totalitários com a proteção do governo para retirar benefícios para os seus planos eleicoeiros. Para quem quer trabalhar nunca faltou terra. Em primeiro lugar, a União e os Estados possuem vastíssimas áreas que estão distribuindo há muito tempo sem encontrar quem as queira, em segundo os fazendeiros não hesitariam em conceder as suas glebas aos que na verdade as pudessem lavrar...⁹⁶

A primeira citação é publicada na primeira página do jornal e deixa transparecer a postura do jornal enquanto opositor à política reformista. Em tom, de certa, forma profético, procura alarmar os seus leitores quanto às medidas que Jango iria anunciar no comício do Rio de Janeiro.

Já na segunda citação, em mais uma crônica do jornalista Lycidio Paes, vemos, claramente, o seu discurso elitista ser reforçado na véspera do anúncio em que se daria início às mudanças sociais promovidas pelas reformas. A Reforma Agrária ainda se destaca enquanto a mais temida pelas classes possuidoras. As palavras de Lycidio representam o protesto dos fazendeiros locais, inclusive os proprietários do jornal, em que os trabalhadores desprovidos de terra são apresentados enquanto homens que não querem trabalhar, uma vez que a União, segundo o cronista, possui muitas extensões de terra, que se encontrariam improdutivas por falta de gente que as queira cultivar. Uma interpretação descabida do jornalista, considero eu, uma vez acho impossível um governo distribuir terras e não encontrar quem as queira. Outra consideração sem cabimento, do meu ponto de vista, é a afirmação de Lycidio sobre a suposta tendência

⁹⁵ “Painel político” **Jornal CORREIO DE UBERLANDIA**. 10-11/03/1964. Nº 9785. Ano XXVII. p. 1.

⁹⁶ PAES, Lycidio. “Carestia” **Jornal CORREIO DE UBERLANDIA**. 12/03/1964. Nº 9786. Ano XXVII. p. 3.

caridosa dos grandes fazendeiros em não hesitar em conceder as suas terras aos que realmente as quisesse lavrar, os mesmos fazendeiros que dias antes afirmavam que defenderão com as próprias vidas as fronteiras de suas fazendas.

Essa postura praticada pela imprensa nos remete às considerações de Maria Helena Capelato ao afirmar que:

*A imprensa era apresentada ao público leitor como expressão dos altos valores eternos e universais e conseqüentemente como impessoal, imparcial, apartidária, e apolítica. Envolta nessa couraça, os donos de jornais se lançavam, com suas poderosas armas, na luta política, anunciando-se como defensores da verdade, ideal supremo das Luzes.*⁹⁷

Enfim, diante do temido comício, o jornal *Correio* procura convencer o cidadão uberlandense de que o presidente não caminha em favor da justiça e da melhoria das condições de vida de seu povo, e sim busca desequilibrar as relações de classe no país para efetivar uma ditadura comunista.

Mais de 120.000 pessoas compareceram ao evento. A organização do comício coube ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e à assessoria sindical de Goulart. Poucos atos públicos tiveram tanta repercussão política quanto o gigantesco comício daquela sexta-feira 13. A grande massa de trabalhadores brasileiros empunhavam cartazes e faixas que amedrontavam as classes dominantes e médias com os dizeres: “Reformas ou Revolução”, “Reeleição de Jango”, ou ainda, “Defenderemos as Reformas à bala”.⁹⁸

Depois de inflamado discurso de seu cunhado, Leonel Brizola, Jango proferiu o discurso mais radical de sua carreira política ao dirigir-se aos trabalhadores brasileiros:

*Dirijo-me... aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações o direito de serem brasileiros e os de trabalhar sol a sol pela grandeza deste País...
O Papa João XXIII é que nos ensina,..., que a dignidade da pessoa humana exige, ... como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos...*

⁹⁷ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria Política. **História e Perspectivas**. Uberlândia: UFU, nº 4, jan./jun. 1991. p. 132.

⁹⁸ Ver, Toledo, op. cit. p.95.

...perdem seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra a suas reivindicações.

...Assim, a Reforma Agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também para dar mais trabalho às indústrias, e melhor remuneração ao trabalhador urbano.⁹⁹

Goulart dirige-se aos milhões de brasileiros que trabalham nas mais injustas e exploradoras condições sem remuneração digna pelo sofridos trabalhos braçais desempenhados e nunca valorizados. Alerta para o direito de todo cidadão em reconhecer seus direitos e reivindicá-los, justificando a reforma agrária como uma medida indispensável para melhorar o nível de vida do homem do campo e o crescimento e desenvolvimento das indústrias, que dependem dos produtos rurais, afetando consequentemente na melhoria dos salários do operariado.

O discurso reformista deu o tom do comício, amplamente apoiado no proletariado urbano e rural. Após o comício do dia 13, segundo Otávio Dulci:

(...) prosperou com rapidez a mobilização contra o regime. Na área parlamentar, a liderança da UDN lançou uma Frente de Defesa da Constituição, com a finalidade de aglutinar as correntes anti-reformistas de todos os partidos.¹⁰⁰

Palco de um discurso, através do qual, Jango demonstrava seu objetivo de tentar diminuir as profundas desigualdades sociais e econômicas no marco das instituições democráticas, o comício do dia 13 de março foi o estopim para a união de todos os opositores civis e militares, que conspiravam contra o Governo. A ligação entre o comício de Goulart e o comunismo foi estabelecida e veiculada pelos jornais, Igreja Católica, empresariado e lideranças políticas, estimulando ainda mais o medo da classe alta e média diante de um possível governo comunista. A grande maioria da imprensa nacional intensificou as publicações de políticos, militares e personalidades públicas a respeito da tentativa de “cubanizar” o país. O que nos remete mais uma vez aos apontamentos de Maria H. Capelato quando nos esclarece que “os grandes jornais

⁹⁹ GOULART, João B. Marques. Discurso – Comício 13 – 03 – 1964 – RJ, in SILVA, Hélio. **1964 Golpe ou Contragolpe?** Porto Alegre: Civilização Brasileira, 1978, pp 457-458-459-462.

¹⁰⁰ DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1986. p.204.

brasileiros se caracterizam pela veiculação de opiniões e informações e também pelas articulações conspiratórias”.¹⁰¹

Contudo, de acordo com um dos mais íntimos colaboradores de Goulart, Darci Ribeiro (Ministro Chefe da Casa Civil do presidente João Goulart), o objetivo principal do presidente por meio das Reformas era o de evitar a convulsão social:

*(...) o que Jango tentava fazer não tinha nada de muito ousado nem de radical. Ele dizia sempre que, se o número de proprietários rurais fosse elevado de 2 par 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida (...) Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a reforma agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social.*¹⁰²

Por ocasião do discurso reformista de Goulart, amplamente aplaudido pela massa popular no dia 13, o Jornal *Correio de Uberlândia* publica, no dia 15 de março de 1964, uma matéria assinada por Ruth de Assis, irmão do advogado Jacy de Assis (ligado à UDN local), em que se destaca um discurso anticomunista anunciando a reação das mães de família uberlandenses contra o “controle soviético”:

Uberlândia, liderada pelas mães de família, iniciou o seu esforço no sentido da preservação do lar brasileiro, para impedir que venha ele a ser destruído pelo Comunismo no Brasil. Deu o seu grito de quem desperta ainda a tempo, se Deus quiser...

...A sessão foi presidida pelo vereador Virgílio Galassi. Como oradores oficiais, falou em primeiro lugar o professor Osvaldo Vieira Gonçalves, que fez brilhante oração, focalizando também o problema do ensino, onde o comunismo avança entre os estudantes porque há professores comunistas...

*...Uberlândia está decidida a não permitir que os lares de sua cidade caiam sob o controle pior que existe no mundo: o soviético, que é o dominador de consciências, o escravizador de homens, o aniquilador de lares e famílias. Também a não permitir que a cidade seja palco de manifestações comunistas, porque o seu senso democrático de liberdade, que permitia tudo a todos, acordou para a luta da democracia que, já dizia o Brigadeiro Eduardo Gomes, é de eterna vigilância!*¹⁰³

A matéria acima ilustra muito bem como o terror psicológico espalhado pelas classes possuidoras alcança os lares das famílias de classe média uberlandenses, a ponto

¹⁰¹ CAPELATO, op. cit. p. 132.

¹⁰² RIBEIRO, Darci. Ver em Toledo, op cit. p. 36.

¹⁰³ ASSIS, Ruth de. “Movimento Democrático em Uberlândia”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 15-16/03/1964. Nº 9789. Ano XXVII. p. 3.

de as mães de família se organizarem em assembléia para discutir uma suposta revolução comunista que temem estourar no país. Nota-se a participação do então presidente da Câmara Municipal, Sr. Virgílio Galassi (udenista) como orador oficial da reunião em que se discute a ligação de Goulart com a ideologia comunista e a possível propagação dessa ideologia entre os jovens estudantes. Fala-se em nome de toda uma população, esquecendo-se de que, dias antes, os trabalhadores endereçaram manifesto ao presidente, demonstrando apoio total às suas propostas de reformas.

A matéria em questão deixa claro a mentalidade burguesa da população uberlandense ao afirmar, em nome de toda a cidade, que Uberlândia não permitirá que seus lares caiam sob controle soviético, considerando o comunismo uma ideologia dominadora de consciências e escravizadora de homens. O comunismo é visto por tais classes como um mal que aniquila as estruturas sagradas da família e da religião, portanto, uma doutrina pagã à qual todo cristão teria a obrigação de combater.

Ao citar o marechal Eduardo Gomes, forte político udenista, fica ainda mais claro a participação do partido nessa organização em que se procura alarmar e convencer a população local a se posicionar contra as mudanças sociais.

A reação ao comício do dia 13 segue com as publicações diárias de críticas proferidas por personalidades políticas contrárias à política de governo janguista:

O Brasil nunca foi nem será uma republiqueta manobrada pelos caudilhos – declarou o deputado Armando Falcão ao comentar em entrevista, a manifestação do presidente João Goulart no comício de sexta-feira, 13. Isso afirmou o pessedista quando dizia de sua confiança na realização de eleições em 1965, após ter criticado duramente o comportamento do chefe do executivo e as declarações que então fizera, notadamente com relação a necessidade de ser mudada a constituição da República. Acusou-o de tramar um golpe de estado.

Disse o sr. Armando Falcão:

... — Hoje entretanto, o presidente se apresenta como o inimigo público número um da Constituição. Sua pregação subversiva é direta e ostensiva. Não se pode culpa-lo do pecado da dissimulação. Não há disfarce na sua marcha batida para a insurreição anti-regime.

*O sr. João Goulart fere, frontalmente a Lei de Responsabilidade e a Lei de Segurança Nacional e causa espanto não somente a atitude do chefe do governo, mas também a impunidade que vão estimulando mais e mais as arremetidas de S. exa. Contra as instituições democráticas.*¹⁰⁴

¹⁰⁴ “Falcão: Jango está cercado de comunistas”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 17-18/03/1964. Nº 9790. Ano XXVII. p. 1.

É realmente impressionante como o jornal bombardeia o leitor com críticas e acusações de subversão comunista dirigidas a João Goulart, passando diariamente à ofensiva do movimento social.

Setores da classe média e da burguesia, sob o discurso de salvaguarda da democracia, da propriedade e inclusive da moral e da fé cristã, se organizavam através da UDN para protestar e exigir o fim da ameaça que Goulart representava aos seus interesses econômicos. Os boatos acerca da suposta revolta comunista cresciam assustadoramente, todo aquele que se manifestasse contra a política liberal norte-americana era taxado de comunista e subversivo.

No dia 19 de março de 1964, uma passeata reuniu quinhentas mil pessoas nas ruas de São Paulo, era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A Marcha, organizada por setores da Igreja Católica, da Sociedade Rural Brasileira e pelo governo do Estado de São Paulo, foi a resposta pública à manifestação do Rio de Janeiro ocorrida naquela sexta-feira 13. A grande manifestação foi encerrada com um discurso eloqüente proferido por deputados do PSD e da UDN contra o governo do presidente Goulart.

O terror e a manipulação ideológica amedrontaram não só as classes possuidoras, burguesas, como também a classe média, que, temendo o “monstro comunista” - habilmente criado e divulgado através dos meios de comunicação - engrossaram significativamente a Marcha da família com Deus.

Por ocasião da Marcha paulista, o *Correio de Uberlândia* publica, no dia 21 de março, nota divulgando a passeata enquanto “a mais linda e emocionante página de civismo”:

São Paulo viveu dia 19 a sua mais linda e emocionante página de glória e de civismo...

...Homens, mulheres, crianças, operários de todas as categorias, estudantes de todas as escolas, representando todas as camadas sociais, deram ontem em praça pública, a mais pujante demonstração de repúdio às idéias demagógico-reformistas com que pretendem lançar o país no caos...

...Um milhão de corações que pulsaram intensamente a fim de que o país não seja subjugado e espezinhado por um poder central que pretende “cubanizar” um povo que não aceita ainda que à custa de seu próprio sangue, qualquer espécie de ditadura, qualquer idéia de bolchevização.¹⁰⁵

¹⁰⁵ “SP: Comício diz não ao Comunismo”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 21/03/1964. Nº 9793. Ano XXVII. p.1.

Vê-se, mais uma vez, como o jornal generaliza a opção política de todos os cidadãos ao afirmar que “representantes de todas as camadas sociais” deram prova de total repúdio às propostas reformistas. O jornal abusa, ainda, de termos como, “cubanização” e “bolchevização” para caracterizar pejorativamente o sistema de governo socialista.

O *Correio de Uberlândia*, assim como muitos outros órgãos da grande imprensa nacional, assume, nesse momento, a tarefa de “ensinar” os cidadãos a atuarem politicamente. Os jornalistas se julgam intérpretes das “luzes” no Brasil e, se propõem a preparar os cidadãos “ignorantes” para o desempenho de suas funções cívicas.

Na mesma ocasião, no caderno do dia 21 de março de 1964, o jornal explicitamente vinculado à UDN, publica também um “apelo” do partido de Carlos Lacerda, em que clama pela união de todos os brasileiros em defesa do governo democrático:

*A UDN distribuiu manifesto ao país situando a posição do partido oposicionista, face ao momento nacional. Explica as atitudes que vem adotando face às reformas preconizadas pelo presidente da República, acentuando que fazem “uma advertência a todos os brasileiros, a todas as suas classes e a todas as suas forças de pensamento e ação, para que, divididos democraticamente na manifestação de suas opiniões, estejam praticamente unidos na defesa das instituições do governo livre”.*¹⁰⁶

Os meios de comunicação tendem a desempenhar o papel dos partidos políticos aos quais estão vinculados. Assim é a postura adotada, nesse período, pelo jornal *Correio*, que, pertencendo a udenistas, abraça fielmente a posição e a preocupação do partido em evitar a qualquer custo que o povo “bronco” se deixasse levar pelas propostas progressistas e se amotinasse.

Em meio a manifestações e protestos conservadores e esquerdistas que se intensificavam em fins de março de 1964 sucediam-se, simultaneamente, contatos freqüentes entre os dirigentes civis da oposição, sobretudo, entre as principais lideranças udenistas do país. O governador Carlos Lacerda enviou carta circular aos demais governadores contrários ao governo alertando para o momento político.

De acordo com Otávio Dulci, três governadores udenistas se organizavam para depor o presidente: “entre o dia 22 e dia 30 de março, os governadores Lacerda,

¹⁰⁶ “UDN: advertência ao brasileiro”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 21/03/1964. Nº 9793. Ano XXVII. p.1.

Magalhães e Ademar de Barros mantiveram sucessivos entendimentos de caráter já operacional. Tratava-se de coordenar os lances táticos da derrubada de Goulart”.¹⁰⁷

Se, por ventura, ainda houvesse algum resquício de credibilidade do Governo entre os membros das classes dominantes, estes foram destruídos com o episódio da rebelião dos marinheiros. A rebelião se deu quando o ministro da Marinha, Silvio Mota, julgou inviável a comemoração do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais a se realizar em sessão pública no dia 25 de março. Os marinheiros, em resposta, declararam-se em rebelião, sob a liderança do cabo José Anselmo dos Santos. O ministro ordenou aos Fuzileiros Navais o cerco e a retirada dos revoltosos, porém, os Fuzileiros aderiram ao movimento.

Goulart recebeu a demissão de Silvio Mota e nomeou para ocupar o seu lugar o almirante Cunha Rodrigues, visto com bons olhos pela esquerda. Tendo enviado emissários aos rebeldes, estes aceitaram as propostas do Governo, e, liberados após algum tempo, saíram pelas ruas em manifestação sem que as autoridades conseguissem conte-los. Tal fato significou uma forte fissura na rígida hierarquia das Forças Armadas, levando oficiais militares a aderirem ao movimento conspiratório.

Os governadores da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais se revelaram notáveis e importantes conspiradores civis, conquistando apoio definitivo nos meios militares. Na madrugada do dia 31 de março, o general Mourão Filho ordenou a marcha das tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Iam depor o presidente. Magalhães Pinto dirigiu proclamação a todos os brasileiros, comunicando e justificando a iniciativa das forças mineiras.

A ação armada foi precisamente executada, sem dar chance ao governo de articular reação eficaz. João Goulart, tardiamente informado do avanço das tropas militares, buscou sucessivos contatos não conseguindo tomar nenhuma medida de maior alcance, como o momento exigia. No dia 1º de abril, ainda de manhã, Goulart dirigiu-se para Brasília, voando para Porto Alegre à noite, em busca de um local de resistência. Contudo, em Brasília, o Congresso Nacional declarava, na mesma noite, às cúpulas da UDN e do PSD, vago o cargo de Presidente e vitoriosa a insurreição militar. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, foi empossado presidente da República ainda naquela madrugada, e, no dia 2 de abril, Jango se retira para Uruguai.

¹⁰⁷ DULCI, op. cit. P. 205.

A retórica do anticomunismo foi uma constante nos discursos dos três governadores udenistas que encabeçaram a liderança civil do movimento conspiratório. A esse respeito Maria Benevides nos apresenta que:

*Em sua primeira nota oficial logo depois a queda de Goulart, a UDN se congratula com as Forças Armadas pela “vitória contra a ameaça da ditadura comunista e contra a subversão dos ideais cristãos”, propondo-se a continuar “na luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo”.*¹⁰⁸

Enfim, burguesia, classe média, Igreja, militares, empresariado nacional e internacional, todos importantes aliados no flerte com as posições conservadoras udenistas, aplaudiram o golpe militar.

A Nação recebeu um “tiro no peito”. Um tiro que matou a esperança de muitos trabalhadores brasileiros que sonharam com um país com menos desigualdade social e econômica.

Embora Jango fora acusado de abandonar o posto de presidente da República, era evidente que um movimento nacionalista e popular, estruturado em bases essencialmente legais não enfrentaria – nem tinha as condições para tanto – a força dos trabucos militares. Jango optou por não ser responsável pelo derramamento de sangue de seus compatriotas.

A grande imprensa nacional comemorou gloriosamente a conquista do Poder do Estado pelo movimento civil-militar golpista, o discurso hipócrita de salvaguarda da democracia foi veiculado por todo o país, exaltando os novos “heróis” da Nação!

Em Uberlândia o jornal *Correio de Uberlândia* nada publicou a respeito do movimento conspiratório, nem no dia 31 de março e nem no dia 1º de abril. As primeiras notificações sobre a deposição do presidente só aparecem nas páginas do dia 2 de abril quando a conspiração já estava definitivamente concretizada e Goulart já se encontrava no exílio:

*Reina calma e tranqüilidade em Uberlândia. A cidade viveu ontem um dia normal, com suas atividades em perfeita ordem, preocupados os seus habitantes com o trabalho e o progresso da Metrópole do Triângulo. Os bancos não funcionaram ontem e só irão reabrir segunda feira.*¹⁰⁹

¹⁰⁸ BENEVIDES, op. cit. p. 128.

¹⁰⁹ “Uberlândia em Clima de absoluta calma”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 02/04/1964. Nº 9800. Ano XXVII. p. 1.

Por solicitação do governador Magalhães Pinto foi interditada ontem a gasolina em todo o Estado de MG. Como não poderia deixar de acontecer, ontem os postos de gasolina não vendiam mais combustível. Não estamos informados de mais pormenores, mas dizia-se que um oficial do exército aqui chegara com a finalidade de fazer cumprir a determinação do chefe do Executivo de Minas Gerais. Pudemos notar que extensa fila se formava em frente a um posto na av. Vasconcelos Costa à procura de gasolina.¹¹⁰

A primeira citação mantém o velho discurso de cidade ordeira e laboriosa, afirmando que o movimento nada afetou à população, uma vez que esta não manifestou nenhuma espécie de protesto ou oposição à ação golpista. Contudo, a intenção de manter esse discurso político de cidade pacífica e trabalhadora onde os habitantes estejam preocupados apenas com a ordem e o progresso da cidade levou o jornal a cometer certa incoerência: como reinava “calma e tranquilidade” em Uberlândia, se os bancos não funcionavam e os postos de gasolina estavam interditados? O medo de qualquer tipo de reação por parte das classes trabalhadoras existia em todo o país, e também na “Metrópole do triângulo”, onde nem sempre os trabalhadores foram tão pacíficos e ordeiros e, certamente, o fato de tantas associações de trabalhadores e sindicatos locais apoiarem as reformas de base, despertava uma certa preocupação nas elites uberlandenses.¹¹¹

Na mesma edição do dia 2 de abril foi publicada uma crônica, de autoria do redator-chefe do jornal, Marçal Costa, em que se referendava declaradamente a ofensiva contra o governo constituído de Jango, parabenizando, sobretudo, o governador mineiro Magalhães Pinto apontado como o chefe civil do golpe:

Nunca me envergonhei de ser mineiro. Pelo contrário. Esta condição sempre causou-me orgulho. De Minas saiu Tiradentes, o herói da inconfidência, para citar somente o grande exemplo. Como mineiro sempre tive declarada admiração pelo governador atual do nosso grande e rico Estado. Magalhães Pinto é o homem de que Minas precisava. Mas precisava há muito tempo, embora tivesse chegado ainda em época de desenvolver as Gerais como tem feito. Outro dia mesmo, mais

¹¹⁰ “Gasolina Interditada ontem em Uberlândia”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. . 02/04/1964. Nº 9800. Ano XXVII. p. 1.

¹¹¹ Uberlândia havia sido, em 1959, palco de um quebra-quebra e de saques a armazéns da estação ferroviária da Mogiana, por ocasião do aumento dos ingressos do cinema. A reação contradisse a concepção de povo ordeiro e amedrontou as classes dominantes locais. A esse respeito ver NUNES, Leandro José. **Cidade e Imagens: Progresso, trabalho e quebra-quebras – Uberlândia – 1950/1960**. São Paulo: PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado).

precisamente, na edição de 13-03-64, uma estória minha afirmava que M. P. é “fabuloso e notável, o melhor político do Brasil”.

Demorou pouco a ficar provado o que sairia escrito neste despretenso canto de página.

A atitude democrática, a definição máscula de Magalhães Pinto nos últimos acontecimentos políticos, não desmentiu Minas Gerais, pelas suas tradições de independência e liberdade.

Partiu de nosso Estado o grito de libertação. Partiu em 1964, como partira anos e anos antes, quando do episódio da conjuração Mineira, o grito de liberdade que Minas deu, logo depois repetido, de quebrada em quebrada, pela imensa vastidão do Brasil, possibilitou-nos o afastamento definitivo do perigo vermelho, da subversão dos valores, da luta fratricida que era planejada pelo governo Goulart.

Permanece, portanto, em pleno funcionamento, a afirmativa da edição do dia 13 do mês passado, aqueles conceitos emitidos pelo cronista: “Magalhães Pinto é o maior político do Brasil”. Agora posso afirmar mais alguma coisa: é o maior, o mais democrata, o mais corajoso, autor do primeiro passo para afastamento da nuvem vermelha que pairava sobre nossa pátria.¹¹²

Comparando o governador a Tiradentes, Marçal Costa qualifica de “fabuloso e notável” o articulador do ato inconstitucional. Assim como o herói inconfidente havia feito no século XVIII, Magalhães Pinto também dera, segundo o redator-chefe do jornal, o “grito de liberdade”, o clamor mineiro que em 1964 “livrava” o país das mazelas do comunismo. Marçal procura elevar à categoria de herói nacional o homem que dera o primeiro tiro no regime democrático brasileiro.

Segundo Selmane Felipe Oliveira, o governador mineiro vinha, há muito, se articulando para efetuar o ato conspiratório contra o governo Goulart:

A partir de 1963, Magalhães Pinto passou a desenvolver intensa atividade de conspiração anti-Goulart que se alastrava nacionalmente. Na segunda quinzena e março de 1964, já com parte do golpe iminente, convocou algumas das lideranças de mais prestígio em Minas (como o udenista Milton Campos e o pessedista José Maria Alkmin) para integrarem o governo. Em seguida, precipitou as ações, como o apoio dos principais comandantes militares baseados em Minas, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes.¹¹³

Magalhães Pinto estava preocupado, em sua articulação golpista, em unir lideranças políticas, acrescentando a elas as lideranças militares. Com o golpe, o

¹¹² COSTA, Marçal. “Estórias de Marçal Costa” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 04/04/1964. Nº 9801. Ano XXVII. p. 2.

¹¹³ OLIVEIRA, Selmane Felipe. **Minas Gerais na Ditadura Militar**: lideranças e práticas políticas (1971-1983). Uberlândia: Rápida Editora, 2002, p. 26

governador de Minas ganhou destaque no plano político nacional, sendo apresentado como o líder civil do movimento de 64. Ou como declarou o jornal *Correio de Uberlândia*, “o líder que restaurou a democracia no país”.

Durante todo o mês de abril, o *Correio* não poupou esforços em convencer o seu leitor de que o golpe se dera com o objetivo de restaurar a democracia que estava prestes a ser manchada de vermelho pelos ideais esquerdistas de Goulart:

Passou a desastrosa e agitada atuação do presidente João Goulart no comando dos supremos destinos do país. Passou, felizmente, para o Brasil poder continuar seguindo seus gloriosos destinos democráticos, como nação livre, independente e com luminoso caminho de progresso de desenvolvimento. Aliado a perigosos elementos de notória atividade comunista, Jango não poderia mesmo continuar servindo aos interesses daqueles, culminado por inverter a hierarquia militar o que constituiu estopim para sua intempestiva saída do poder e asilamento no exterior. Já agora o país retorna a calma, retorna à obediência, à Constituição, conduzido por outros homens, outras mentalidades, ausentes do extremismo violento praticado pelo governo (felizmente) deposto através dos acontecimentos de 1º deste mês.

O povo, digamos a verdade reconhecida, assistiu a tudo dentro da mais pacífica atitude, ansioso por ver voltar a normalidade e recomeçar o seu trabalho. Por índole, cristão e amante da paz, o brasileiro repudia o extremismo comunista que vinha sendo desesperadamente tentado tendo o presidente João Goulart como instrumento útil e talvez – até mesmo – consciente. Agora é a paz, a legalidade e a volta dos dias tranqüilos o que espera.

Porém o Brasil deve esperar mais dos atuais dirigentes que nos livraram da iminência de uma nova Cuba na América do Sul. Esperamos que os comandantes saibam que o Brasil é nosso. Não é colono vermelho da Europa. Mas também não é colono do Norte. O Brasil é dos brasileiros, e tem que evoluir para ser uma nação livre, forte, independente e gloriosamente “gigante pela própria natureza”, como afirma o Hino Nacional. Este, temos certeza, é o pensamento do governo democrático e honesto que sucedeu, em boa hora, à desastrosa política extremista do ex-presidente Goulart.”¹¹⁴

Neste editorial do jornal, publicado em 4 de abril, o grupo editor reafirma a estreita ligação de Jango às atividades comunistas. Reforça a concepção de que o presidente não podia continuar no poder por servir a interesses contrários à vontade do povo brasileiro, apresentado como um povo pacífico que repudia as manifestações de cunho socialista. Vai além, ao acusar Jango da prática de um extremismo violento de esquerda, sendo o governo “felizmente” deposto através da articulação “democrática”.

¹¹⁴ “Após a Tempestade” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 04/04/1964. Nº 9801. Ano XXVII. p.3.

É realmente impressionante como a imprensa se veste do discurso salvaguardista de “contra-golpe”, e procura, sem nenhuma espécie de peso na sua “consciência jornalística”, convencer o leitor de que realmente a postura golpista fora a mais nobre e democrática atuação.

Mais uma vez, o interesse do povo é julgado pela imprensa enquanto o mesmo das classes possuidoras, como se os mesmos anseios da burguesia e da classe média também atendessem aos interesses e necessidades do cidadão mais humilde, desprovido de posses:

A imprensa justificou sua missão educadora: transformar o povo “bronco” em cidadãos conscientes e ordeiros. Em última instância, cabia aos intérpretes das Luzes a tarefa de disciplinar as massas. Procuravam legitimar-se como expressão da vox populi mas representavam, de fato, a vox domini.¹¹⁵

O *Correio de Uberlândia*, dizendo-se defensor das práticas democráticas enquanto representante da vontade do povo, compactuava com os ideais autoritários dos que viam no trabalhador uma matéria prima a ser explorada e controlada.

O jornal informa, ainda, sobre uma retardatária marcha com Deus pela liberdade, ocorrida em Uberlândia quatorze dias após a marcha de São Paulo:

Uberlândia de todas as categorias sociais, aos milhares, sem credo político, ou religioso, participaram na noite de anteontem da Marcha com Deus pela liberdade, um dos maiores acontecimentos cívicos já ocorridos em nossa terra, comemorando a vitória da democracia, grito de legalidade partido das montanhas altaneiras da gloriosa Minas Gerais. Massa humana incalculável superlotou a parte central da cidade, vinda de todos os bairros, portando faixas com dizeres patrióticos e desfilando ao som do Hino Nacional Brasileiro. Diversas bandeiras brasileiras eram transportadas na passeata, destacando-se a figura do grande prefeito uberlandense Sr. Raul Pereiras de Rezende que misturando a seu povo, também participou da Marcha.¹¹⁶

No dia 3 de abril, ocorreu em Uberlândia uma concentração na praça Tubal Vilela comemorando a deposição de Jango. Segundo o jornal, tratava-se de uma profissão de fé pela legalidade e paz no país, em que, Igreja, intelectuais, personalidades

¹¹⁵ CAPELATO, op. cit. p. 131.

¹¹⁶ “Milhares de Uberlandenses na Marcha pela liberdade”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 5-6/04/1964. Nº 9802. Ano XXVII. p. 1.

políticas locais e uberlandenses de todas as classes sociais comemoravam a tomada do Poder em “autêntica e espontânea” festa:

A monumental Marcha com Deus Pela Liberdade foi um a festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração de que Uberlândia está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista, destruidor da família brasileira.

As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim, todas as classes sociais disseram “presente” à marcha, simbolizando o “não” ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre.¹¹⁷

Enquanto a marcha paulista saía à rua pra exigir o fim do governo Goulart, a uberlandense saía para comemorar a queda. Segundo o jornal, todas as classes sociais se viram satisfeitas com o fim do governo progressista de Jango, sendo marcante o papel da Igreja Católica a taxar de ateu e desagregacionista qualquer ideologia de luta pelas mudanças sociais e econômicas.

O jornal, que apresentava o povo uberlandense e a si mesmo como defensores da democracia, comemora com grande orgulho, alegria e admiração a queda em março de 1964, do “grande estadista” que haviam ovacionado e aplaudido durante visita à ordeira Cidade Jardim em dezembro de 1963.

Como porta voz da elite e da UDN local, o jornal endereça telegrama aos idealizadores civis do golpe e publica o mesmo no dia 5 de abril de 64:

Em data de ontem endereçamos aos Srs. Adhemar de Barros e Magalhães Pinto o seguinte telegrama: “Momento decisivo na vida de nossa pátria quando ação heróica e patriótica de vossência e bravos generais vg possibilitaram a restauração da democracia e legalidade congratulamos pela atitude assumida com a certeza nosso integral apoio. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA, Argemiro Evangelista Ferreira, diretor – Marçal Costa, redator-chefe”.

Ao titular do Governo da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda dirigimos a seguinte mensagem: “Quando democracia é restituída à Pátria Brasileira, através do gesto heróico de defesa de vossência não poderíamos calar a nossa voz endereçando ao bravo governador da Guanabara e seus companheiros o irrestrito apoio e o mais franco aplauso. Possa a Democracia contar com a combatividade e patriotismo vossência. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA –

¹¹⁷ “Festa do Povo”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 5-6/ 04/1964. Nº 9802. Ano XXVII. p. 1.

*Argemiro Evangelista Ferreira diretor; Marçal Costa, redator-chefe”.*¹¹⁸

Referendando a participação dos governadores udenistas enquanto verdadeiros heróis da democracia, o jornal udenista oferece declarado apoio aos conspiradores civis, atrelado que está, ao conservadorismo e ao discurso golpista da UDN.

Ressaltando o aspecto elitista da maioria dos meios de comunicação, Heloisa de Faria Cruz nos apresenta um apontamento deveras pertinente à análise aqui executada:

*A imprensa burguesa exerce, sem dúvida, uma grande influência sobre o povo. Ela poderia ser um importante fator na cultura e na formação de sua mentalidade. Mas como está mercantilizada, como seu fim é exclusivamente o lucro, a sua influencia não pode ser mais prejudicial e execrável.*¹¹⁹

Em 16 de abril, por ocasião da posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ocorrida no dia 15, o jornal *Correio* publica nota parabenizando o militar que se tornava o primeiro presidente militar da ditadura:

*Dando seqüência ao grande passo de redemocratização brasileira iniciada com o movimento revolucionário iniciado a 31 de março, mais uma etapa foi vencida ontem, com a histórica cerimônia de posse do novo titular do governo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Na tarde de ontem recebeu o novo presidente a faixa, assumindo os supremos destinos brasileiros no momento oportuno em que todos os filhos desta grande pátria anseiam pela paz e pela liberdade.*¹²⁰

O jornal qualifica a posse de Castelo Branco como um “grande passo de redemocratização”, incoerência maior impossível, uma vez que no dia 9 de abril um Ato Institucional, o AI-1, já havia cassado 40 mandatos. Os militares procuraram, de imediato, se livrar de seus inimigos políticos. Entre as várias personalidades que tiveram seus direitos políticos cassados figuravam nomes como Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek. Os golpistas mostravam a que vinham,

¹¹⁸ “Correio cumprimenta líderes da Democracia”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 5-6/ 04/1964. Nº 9802. Ano XXVII. p. 3.

¹¹⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta** – periodismo e vida urbana (1890 – 1915). São Paulo: EDUC, 2000, p. 1.

¹²⁰ “Castelo Branco tomou posse ontem: Presidente”. Jornal **CORREIO DE UBERLANDIA**. 16-17/04/1964. Nº 9808. Ano XXVII. p. 1.

em contraposição ao discurso pregado desde o início da conspiração. Iniciava-se a implantação de uma repressora ditadura militar.

Durante quase todo o período em que os generais militares governaram o Brasil, o *Correio de Uberlândia* publicou, ano a ano, notas e matérias que continuavam a referendar o golpe de 31 de março de 1964:

*Uberlândia comemorou ontem com festividades diversas e em vários locais a passagem de mais de um 31 de março, data do início do movimento que levou ao poder o governo Castelo Branco, no processo democrático de libertação do Brasil. Foi uma demonstração de civismo e confiança nos gloriosos destinos de nossa estremecida Pátria.*¹²¹

Nesta nota de 1º de abril de 1965, um ano após a deposição de João Goulart, o *Correio* comemora o golpe mantendo o discurso de que todo o movimento se dera por meio de um “processo democrático de libertação do Brasil”.

Quatro anos depois, em 31 de março de 1969, o jornal apresenta nota sobre o decreto sancionado pelo prefeito local, em que declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais. As lideranças políticas uberlandenses continuam, assim como o jornal *Correio*, a fortalecer o discurso golpista encarando o 31 de março como um marco, uma espécie de dia festivo, quando a população deveria lembrar e cultuar a ação caracterizada por “Revolução de 1964”:

*Prefeito Renato de Freitas decretou (47, de 28-03-69) ponto facultativo nas repartições públicas municipais o dia de amanhã, 31 de março, considerando que a Revolução de 1964, deve ser lembrada e cultuada.*¹²²

Dez anos se passam e em meio ao período mais repressor do governo militar. O golpe continuava a ser referendado e cultuado pelo jornal:

O povo nas ruas. Eram dias agitados de 1964. Aqueles que não aceitavam mais as diretrizes do Governo João Goulart, que tentava impor ao Brasil as normas do comunismo internacional, organizavam as Marchas com Deus pela Liberdade. Nas praças, a voz do povo era ouvida num clamor contra a baderna e a estagnação em que vivia o

¹²¹ “Caro Leitor...”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 1-2/04/1965. Nº 9996. Ano XXVIII. p. 1.

¹²² “Painel Político”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1969. Nº 10819. Ano XXXIII. p. 3.

*país. Meses depois, a Revolução de março assegurava o direito da maioria.*¹²³

“Agradecer ao Exército Brasileiro, a gloriosa intervenção a favor do povo, na madrugada de 31 de março de 1964, é continuar, dez anos depois, a trabalhar nas fazendas, nas indústrias, nos escritórios, com o mesmo amor e dedicação ao Brasil gigante que estamos construindo”.

Deputado Estadual.

*Valdir Melgaço.*¹²⁴

Nota-se, na primeira citação, que as acusações proferidas contra o governo Goulart enquanto um período de baderna e inviabilidade política ainda povoam as páginas do *Correio*. Na segunda citação, uma nota do ex-diretor do jornal, deputado Valdir Melgaço, antes udenista e agora incorporado ao partido militar (ARENA), glorifica a intervenção do exército na deposição do governo constituído, em março de 64 e o parabeniza pelo momento de euforia econômica que o Brasil vive.

Entre fins da década 1960 e início dos anos de 1970, o governo militar recebia apoio maciço de classe média e até mesmo da população mais pobre, apoio conquistado devido ao chamado “milagre econômico”.

Os propagandistas do regime militar intitularam de milagre econômico o período em que o país vivia a euforia de um extraordinário crescimento econômico e modernização da economia. O Brasil recebia um grande investimento estrangeiro. Inúmeras empresas multinacionais e instalaram no país, e o Estado financiava projetos industriais e agrícolas privados, realizando inúmeras obras de infra-estrutura como estradas, pontes e usinas hidrelétricas.

Por ocasião do décimo aniversário do golpe e, em meio a esse clima de euforia desenvolvimentista e econômica, o jornal *Correio* publica em seus cadernos, matérias comemorativas propagandeadas pelas principais empresas da cidade e ocupando páginas inteiras do jornal. São empresas como CTBC, Terraço, Armazéns Martins, Irmãos Garcia, Transcol, Daiwa do Brasil têxtil LTDA, Frigorífico Omega S.A., Cerealista Vitória, enfim, as principais empresas que conquistavam destaque no mercado local e nacional.

¹²³ Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 1.

¹²⁴ Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 6.

Dentre as empresas citadas, destaco quatro que ainda hoje funcionam em Uberlândia e que identificaram a conspiração de 31 de março de 1964 como responsável pelo excelente desempenho que seus negócios alcançavam:

Sem bomba atômica, sem mísseis teleguiados, sem armas poderosas, sem guerra de qualquer espécie, a revolução de 1964, cumpriu seu objetivo: estabelecer ordem e progresso no Brasil. Coordenou diretrizes, traçou planos, estruturou esquemas, organizou métodos e deu ao brasileiro o valor que lhe é devido. Conscientizou o povo: ofereceu tranquilidade e recebeu progresso (amor em forma de trabalho)...

...e quando veio a revolução (em muito boa hora) já estávamos identificados com o propósito do novo governo, oferecer soluções brasileiras para problemas brasileiros...

...Neste 10 anos de revolução oferecemos os 20 de nossa existência. E o nosso passado melhor do que tudo demonstra o que pretendemos fazer no futuro: continuar incrementando em todas as nossas localizações, as condições e o incentivo ao desenvolvimento, participando ativamente, dentro do setor das comunicações, da construção do Brasil grande, com o mesmo pensamento da revolução de 1964, com muita ordem e progresso.

CTBC _ Cia de telefones do Brasil Central.¹²⁵

Nosso destino seria crescer. Trabalhamos par isso, com afinco e com dedicação. Mas somos obrigados a reconhecer que a paz social, o maior poder aquisitivo, a maior facilidade de distribuição, através a malha rodoviária que se criou neste país, tiveram reflexo em nosso trabalho. De 1964 até hoje, graças ao ritmo de progresso que todo o Brasil vem desenvolvendo, nós também fomos mudando. Das pequenas e acanhadas instalações, até a nova sede, que construímos com orgulho para a grandeza de Uberlândia.

Armazéns Martins.

Um exemplo da nova realidade!¹²⁶

O Brasil, desde março de 1964, vive num clima de confiança e desenvolvimento. Confiança geradora de novos empreendimentos que venham demonstrar em sua grandeza, a nova realidade nacional.

Nossa firma, que representa um das maiores armas na batalha do desenvolvimento – a indústria automobilística – ao iniciar a construção de suas gigantescas instalações entre as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, presta sua homenagem ao processo de engrandecimento da Pátria, que os ideais revolucionários inspiraram ao povo brasileiro.

Irmãos Garcia

Condições sem limites

Concessionários GM do Brasil.¹²⁷

¹²⁵“Uma década de ordem e progresso”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 5.

¹²⁶ “Quando Inauguramos no ano do décimo aniversário da Revolução nossas gigantescas instalações, estamos refletindo com nosso trabalho, os caminhos acertados da Revolução de Março”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 3.

Em 31 de março de 1964, toda a Nação era convocada para tomar uma posição em relação ao futuro.

Uma atitude irreversível que chamava a responsabilidade, todos os brasileiros sinceros e democratas.

Nossa empresa, foi das primeiras a atender ao chamado. Numa guerra onde as armas são substituídas pelo progresso, pelo trabalho, pelo planejamento e pela tranquilidade social, as trincheiras são as estradas...

...Na cidade, nossos coletivos transportam os soldados da produção.

Os estudantes que comandarão a tecnologia do futuro.

Nestes últimos dez anos, cumprimos o nosso dever e fizemos parte também de maneira decisiva, deste importante momento na História do Brasil.

Transcol.

Cada ônibus que passa é o progresso que caminha.¹²⁸

O desenvolvimento alcançado durante o período do milagre econômico, quando o país crescia a taxas superiores a 10% ao ano, empolgava o empresariado e classe média, que viviam o auge da bonança econômica, num período em que florescia a cultura do consumismo. Nas quatro citações apresentadas anteriormente, nota-se que todos os discursos vão da fácil e gloriosa vitória em março de 1964 aos êxitos da economia, proporcionado pelo reverenciado milagre econômico.

Todavia, acho de crucial importância contribuir para um questionamento oportuno: quem realmente ganhou com esse crescimento espetacular? Será que o simples trabalhador assalariado tinha incentivo e acesso ao consumo de industrializados?

O milagre não era santo. O crescimento econômico produzido pelo “milagre” não beneficiava todas as camadas sociais. Ao mesmo tempo em que alcançava altos índices de industrialização a custo do aumento excessivo da dívida externa, o país vivia seu mais negro período de repressão social e política.

Com os sindicatos vigiados pelo governo e as greves proibidas, os trabalhadores continuavam a receber a mesma coisa, ou seja, quem consumia eram as classes mais altas. Como o regime era ditatorial, nas empresas, universidades e Congresso nacional, não era possível apresentar qualquer forma de debate ou questionamento. Os que,

¹²⁷ “Estamos construindo uma verdadeira cidade do automóvel que será o marco de 1974 e destes dez anos de grandeza!”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 5.

¹²⁸ “Nossa empresa trabalha na trincheira do Progresso!”. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 1- 3º caderno.

clandestinamente, ousaram questionar o regime foram vítimas das torturas e dos assassinatos cometidos nos “porões da ditadura”.

Enquanto a população comum vivia alienada em meio a todas as lutas e guerrilhas em prol do retorno das liberdades democráticas, os jornais deixavam de cumprir seu papel de transmissor imparcial dos fatos para idolatrar e cultuar a conspiração inconstitucional de 64 e o regime militar opressor e criminoso.

Na cidade “ordeira, laboriosa e pacífica” de Uberlândia, a grande maioria conservadora estava ocupada demais com a “ordem e o progresso” para se preocupar com movimentos subversivos e terroristas que buscavam impedir o desenvolvimento econômico implantando um regime desagregador da família da religião e da propriedade.

O maior mensageiro das classes possuidoras uberlandenses, o jornal *Correio de Uberlândia*, tendo em 1964, contribuído para a concretização ideológica do golpe, contribuía significativamente para a alienação dos seus leitores e com a manutenção do regime ditatorial militar:

... a Revolução germinou no seio do povo, e a participação do Exército Brasileiro, nada mais foi que a concretização dos ideais populares, que pediam a ajuda de uma instituição que existe para amar e proteger o Brasil...

...A grande reserva moral da nação, estava sendo convocada entre os militares e os civis, para mostrar que o cominho do progresso, do desenvolvimento, da paz social, da justiça e do trabalho, não tinham cores vermelhas como o sangue mas, verde amarelo, azul e branco, como a nossa bandeira...

...E a imprensa sadia, representa o pensamento de um povo e se transforma no porta-voz das necessidades de todos...

Homenagem do Correio de Uberlândia ao 3º Batalhão de Infantaria.¹²⁹

A partir de 1980 e, sobretudo, com a campanha pelas diretas já, em 1984, o jornal deixa de referendar o golpe de 31 de março de 64, e assume o papel de defensor da redemocratização do país. Incoerentemente, o mesmo discurso de jornal comprometido com os ideais democráticos, pregado em 1964, é empregado em 84 em favor das eleições diretas para presidente, direito que o jornal contribuiu para que fosse tomado dos brasileiros durante o regime militar.

¹²⁹“A Revolução germinou no seio do povo”, um soldado. Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/1974. Nº 12271. Ano XXXVIII. p. 3.

Em março de 2004, quando a imprensa nacional discute os 40 anos do golpe civil-militar, o jornal *Correio de Uberlândia* publica uma matéria curta a respeito do golpe em que aponta apenas para as características econômicas do regime militar optando por não abordar a repressão e as torturas:

*Os 20 anos de regime militar, de 1964 a 1984, mudaram radicalmente a economia brasileira. De 1968 a 1973, o auge do chamado “Milagre Econômico”, a economia cresceu à espantosa taxa média anual de 11% ritmo sem paralelo na história brasileira do século XX...
...Apesar desse feito espetacular, os militares deixaram o poder desmoralizados em termos de gestão econômica, entregando aos civis, em 1985, uma país com inflação anual superior a 200%, e que acabara de atravessar um período de recessão e crise de balanço de pagamentos. A dívida externa subiu de US\$ 102 bilhões entre 1964 e 1984, e a distribuição de renda piorou ...¹³⁰*

Essa matéria de 2004 é uma das poucas em que o jornal chama de golpe a conspiração de 1964. Embora correto na avaliação econômica do regime militar, o jornal não aborda os crimes desumanos cometidos pelos militares, cala-se diante de acontecimentos tão marcantes que não devem ser esquecidos pelo povo brasileiro.

Devido ao poder de opinião que os meios de comunicação exercem sobre os cidadãos, corremos o risco de ver propagada uma história de “Vencedores”, na qual, os ditos vencedores, a transformam em história oficial, silenciando outras narrativas necessárias à compreensão dos acontecimentos históricos.

A esse respeito notemos, por exemplo, uma entrevista realizada com o ex-prefeito municipal de Uberlândia, Sr. Raul Pereira de Rezende, que exerceu o cargo de chefe do executivo municipal no período de 1963 a 1966, político da UDN. Notemos sua opinião vinte e seis anos após a deposição de João Goulart:

Entrevistado: Raul Pereira de Rezende – RPR

Entrevistador: Luiz Cláudio da Silva Oliveira – LCO

LCO: O Brasil viveu um período socioeconômico conturbado, que foram os anos de 1962, 63 e posteriormente os de 1964, 65 e 66, que são exatamente os anos de sua gestão como prefeito de Uberlândia. E nesse período aconteceu a revolução de 1964, decorrente daquele momento político, social e econômico. Gostaria que o senhor dissesse alguma coisa a respeito desse momento, quer seja antes de 64, quer seja após 64, no que tange à sua política de administração, no que

¹³⁰ “Golpe Militar que mudou o país completa 40 anos” Jornal **CORREIO DE UBERLÂNDIA**. 30-31/03/2004. Nº 19710. Ano 66, p. A-4.

tange ao funcionalismo e no que tange ao comportamento da cidade nesse período de um modo geral.

RPR: Na verdade houve aquela revolução, revolução sem sangue graças a Deus né, mas que vários, vários foram os donos da revolução. O Magalhães queria ser o dono da revolução e houve uma disputa do dono da revolução na época. Mas os desmandos eram demais. Aquela revolução foi necessária naquela época. Não havia condição..., Mas eu não defendo a ditadura militar, ela é um mal necessário quando chega a hora dela.

Então foi o que aconteceu com o Brasil naquela época, tais que aquele negocio do Jango Goulart, aquela coisa e tal. Eu até me lembro que o Jango, quando tava na presidência, ele passou aqui por Uberlândia, eu recebi lá no Uberlândia Clube, um lanche rápido ali, que ele tava viajando pra fora. E numa rodinha lá, eu passando, eu falei: ah, então vamos governar esse país por decreto. Ai parecia que no dia não tinha nada sério, sabe, parece que eles tavam fazendo uma festa, em tomar conta do Brasil, então deu o que deu não é. E isso prejudicou todas as partes, todas as cidades em desenvolvimento como Uberlândia...

...Então tem coisas da revolução que foram ótimas, ocê vê os metrô, ocê vê aquela ponte Rio Niterói. Quer dizer, eu não to elogiando os militares, mais eles não ficaram tão parados como este outro que saiu agora nesse último mandato né?(referindo-se ao presidente José Sarney)¹³¹.

Notemos que, mesmo após o retorno ao governo democrático, o discurso do ex-prefeito udenista continua o mesmo propagado pela UDN em 1964, ou seja, um governo que “nada tinha de sério”, que queria governar por decretos, passando por cima do Congresso Nacional. Raul Pereira de Rezende não deixa de referendar, também, o milagre econômico identificado como uma qualidade conquistada pelo regime ditatorial.

Um outro fator bastante importante nessa entrevista é a afirmação de Raul de que a revolução teve donos, havendo inclusive uma disputa a esse respeito. Aponta Magalhães Pinto como um dos envolvidos que queria ser o “dono” da conspiração. Contudo, se o golpe teve donos, porque eles não pagaram por seu crime?

Outro político local, também udenista, mantém o mesmo discurso de salvaguarda da democracia, mesmo depois de todos os crimes inconstitucionais e abusos praticados durante o regime militar. Em recente entrevista, o ex-governador de Minas Gerais no período de 1971-1975, Rondon Pacheco, que em 1964 exercia o cargo de deputado pela UDN, confirma em pleno ano de 2006 que o golpe de 31 de março foi uma intervenção necessária para devolver o país aos trilhos da democracia:

¹³¹ REZENDE, Raul Pereira de. Entrevista realizada no ano de 1990 por Luiz Cláudio da Silva Oliveira. **Projeto Depoimentos**, Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Entrevistado: Rondon Pacheco - RP

Entrevistadora: Luciana Tavares Borges – LTB

LTB: O senhor viveu várias épocas de momentos históricos importantes na política brasileira! Eu pergunto ao senhor. O 31 de março de 64 foi necessário?

RP: Minha filha é um imperativo categórico da História, né, aconteceu. O país estava convulsionado. Ah!... aconteceu uma revolução e... nessa revolução saiu vitoriosa. Se fosse, se não saísse vitoriosa ela estaria subjugada e os revolucionários estariam todos na cadeia né! Por crime de responsabilidade, que depuseram um governo constituído, mas o governo constituído estava também muito enfraquecido, tanto que ele acabou se entregando.

LTB: O sr. acha que o governo João Goulart tinha tendência socialista?

RP: Tinha, tinha, não fazia segredo disso não!¹³²

Nas palavras do ex-governador de Minas, Sr. Rondon Pacheco, continua forte o mesmo discurso, tão divulgado pela imprensa nacional e local, de que o governo Goulart representava uma ameaça socialista ao futuro democrático do país. É verdade que as duas entrevistas aqui citadas são de políticos udenistas que adotaram os ideais do partido enquanto verdades absolutas a serem propagadas e conquistadas. Contudo, muitos são os cidadãos de Uberlândia, leitores do jornal *Correio*, que foram influenciados pelas crônicas e discursos elitistas e conservadores a respeito desse momento de fundamental importância no cenário político nacional. Esses cidadãos ainda hoje encaram João Goulart como um agitador de massas, um inimigo da democracia, ou ainda um político incapaz, quando deveriam conhecer o outro lado da história, a história dos “vencidos” para quem Goulart representa o único presidente da história republicana que, de fato, não temeu provocar o poder dos “coronéis” rurais e propor uma reforma agrária de verdade. Um líder que ousou enfrentar, através de suas reformas, uma sociedade dominada por uma elite conservadora e preconceituosa.

¹³² PACHECO, Rondon. Entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2006 em seu apartamento em Uberlândia pela graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Luciana Tavares Borges. Arquivo pessoal.

Considerações Finais

Quando optei por pesquisar o Golpe de 1964 a partir das publicações do jornal *Correio de Uberlândia*, reuni três assuntos que me despertam considerável curiosidade e interesse: a história das lutas sociais no Brasil do início da década de 1960, a história de Uberlândia e a imprensa. Contudo, sabia que não seria tarefa fácil uma vez que acompanhava a pesquisa de outros colegas de curso que se debruçavam sobre fontes de mesma natureza, ou seja, produzidas pelos meios de comunicação.

Desvendar a linguagem da imprensa e buscar captar o que se encontra nas entrelinhas dos discursos publicados é, sem dúvida nenhuma, uma tarefa difícil e perigosa. Os jornais não são inocentes. As matérias, artigos e crônicas são produzidas, consciente ou inconscientemente, por um(a) autor(a) que escreve o que concebe como “verdadeiro”. Obviamente, o que é verdade para um pode não ser para outro. A linguagem jornalística possui outra intenção além de informar: a de formar e difundir opinião. Ainda que se declare neutra, ela tenta convencer seu público-alvo sobre a coerência e o valor de determinadas causas.

Constantemente em nossa história, os jornais camuflaram e distorceram algumas “verdades” em detrimento de outras, como aconteceu em 1964. Eis porque o cuidado em observar quais questões o jornal ou jornalista privilegia, bem como seu histórico, trajetória, público-alvo e poder de influência sobre a opinião do leitor.

Por meio dos jornais e do seu poder de persuasão, constroem-se discursos, elege-se marcos, prioriza-se datas e forjam-se falsos heróis, como no caso do 31 de março de 1964 em que civis e militares lideraram a deposição do então presidente João Goulart.

Ao abordar as publicações do jornal *Correio de Uberlândia* busquei, por meio de uma análise crítica, oferecer uma interpretação que questiona aquilo que está posto, procurando não vê-lo enquanto simples canal de informação, e sim, enxergá-lo como um documento que nada fala senão quando interrogado.

Creio que as elucidações a respeito das constantes ameaças golpistas sofridas ao longo da história republicana do Brasil nos tenham permitido uma compreensão sobre a fragilidade da democracia brasileira, a ponto de a iniciativa de possíveis transformações sociais levar, em plena segunda metade do século XX, grupos elitistas conservadores a se organizarem para “assassinar” um governo constitucionalmente eleito e “amputarem” os direitos políticos e a liberdade de expressão de um povo.

A elaboração de um discurso político elitista, baseado na apologia do progresso, divulgado desde o nascimento da cidade de Uberlândia e veiculado pelos órgãos de imprensa local, fomentou, conseqüentemente, o afloramento de um terror à qualquer sistema ou ideologia política que viesse a ameaçar o progresso e o desenvolvimento da “Metrópole do Triângulo”. Assim, as propostas reformistas de João Goulart, em meados da década de 1960, amedrontaram as classes possuidoras locais e nacionais.

Devido ao vínculo com as elites locais e com a UDN, o jornal *Correio de Uberlândia* torna-se o principal vetor de divulgação do terror psicológico direcionado contra o governo de Jango.

A partir de leituras de matéria publicadas pelo jornal *Correio*, no início da década de 1960, foi possível perceber a necessidade de apresentar as publicações do referido jornal no período anterior ao golpe de Estado, uma vez que sua contribuição no movimento pró-deposição pode ser constada pelo acirramento das críticas udenistas publicadas contra o presidente e as Reformas de Base, sobretudo, a partir de 1963.

A ligação do jornal *Correio* com os grupos sociais dominantes que se sentiam ameaçados pelas propostas reformistas do Governo Goulart, e seu direcionamento enquanto difusor dos interesses dessas classes dirigentes, se afirma a partir da constatação de que grande parte das críticas dirigidas ao Governo, publicadas no jornal, não são assinadas, sendo, portanto, apontamentos da própria redação do jornal. Outro fator que desmascara a imparcialidade política do jornal diz respeito ao fato de este só publicar críticas e considerações de políticos udenistas, não apresentando apontamentos de representantes do PTB, ou defesas proferidas pelo próprio Goulart, por exemplo, contra as críticas recebidas.

O *Correio de Uberlândia*, principalmente a partir de janeiro de 1964, defendeu a deposição do presidente da República com um discurso segundo o qual se estava lutando para evitar um regime de exceção, supostamente planejado por Goulart e suas coligações comunistas. Antes de abril de 1964, a postura favorável à deposição de Goulart pode ser encontrada nas entrelinhas das matérias publicas. O jornal publicou artigos em que conceituadas autoridades udenistas e importantes cronistas locais propagavam um terror psicológico acusando João Goulart de pretensões comunistas, desordem e tentativa de golpe de Estado.

Sob os preceitos positivistas de ordem e progresso, há anos divulgado pelo discurso político elaborado pelas classes possuidoras de Uberlândia, o *Correio* firmou o seu pacto de cumplicidade com as elites conservadoras, uma vez que reforçou a

divulgação do temor às Reformas de Base, sobretudo, a reforma agrária, aliando-se à direita no combate a qualquer indicativo de mudança social que pudesse ameaçar a Democracia que para as classes dominantes consistia, prioritariamente, na manutenção da propriedade privada.

O discurso de jornal livre, honesto e imparcial propagandeado pelo *Correio de Uberlândia* cai por terra a partir de abril de 1964, quando Jango já se encontrava deposto. Embora revestido do mesmo discurso salvacionista propagado pelo movimento golpista, o jornal referendou explicitamente a ação golpista afirmando que as liberdades democráticas tinham sido salvas pelo glorioso movimento civil militar de 31 de março, quando, na verdade, esse movimento daria início a 21 anos de governo autoritário e repressivo.

O *Correio de Uberlândia*, sobretudo, entre 1964 e 1979, usou a linguagem jornalística selecionando elementos argumentativos para convencer seu leitor a respeito da “gloriosa”, “justa” e “democrática” intervenção no governo Constitucional brasileiro. Antes da popularização dos discursos e protestos a favor da realização de eleições diretas para presidente, elaborados por políticos do MDB e artistas no início da década 1980, o *Correio de Uberlândia* colocou na centralidade dos seus discursos jornalísticos o desenvolvimento e o progresso que a gloriosa “Revolução de 64” tinha iniciado no Brasil.

Não há como negar, portanto, a colaboração dos editoriais do jornal *Correio* à divulgação do discurso salvacionista propagado pelos idealizadores do golpe civil-militar devido a sua postura e seu vínculo com a UDN e com as elites conservadoras locais, assim como não se pode negar também a sua contribuição na manutenção do discurso patriótico propagado pelo Regime Militar durante o longo período de ditadura, uma vez que cultuava constantemente em suas páginas o 31 de março de 64 enquanto o ponto de partida para a Era de progresso e desenvolvimento que o país vivia graças à atitude dos “heróis democráticos” que salvaram o Brasil da intervenção soviética e da “cubanização”. Tais discursos formaram a opinião e concepção política de muitos uberlandenses que, vivendo sob um ideário burguês, ainda hoje vêem o golpe militar de 1964 como um gesto heróico e necessário e enxergam Goulart como um presidente fraco, idealista e irresponsável.

Espero que esta pesquisa possa nos ajudar a compreender um pouco mais a importância que os meios de comunicação desempenharam e têm desempenhado ao longo da história política brasileira, influenciando em decisões políticas e na opinião pública.

Não há dúvida de que os meios de comunicação representam um dos pilares do edifício democrático. Eles podem sustentar esse edifício, colocando-se realmente ao lado da Democracia, mas podem também contribuir significativamente para o seu desmoronamento, se comungarem com as arbitrariedades do Poder.

Como podemos notar, ao longo de nossa história republicana, nem sempre a imprensa agiu da mesma forma, nem da forma mais justa e honesta. Embora muitos representantes da imprensa tenham exorcizado a ditadura Vargas (1937 – 1945), em outro momento apoiaram os inimigos da democracia e conspiraram contra ela, como no episódio de 1964.

O dia 31 de março de 1964 e os consecutivos 21 anos de ditadura militar não devem jamais serem esquecidos quando se tem em mente o futuro da democracia no Brasil. Os golpistas de 1964 e os órgãos da imprensa que referendaram o golpe – entre os quais destaco aqui o *Correio de Uberlândia* – têm em sua imensa conta os feitos de haverem deposto um presidente que apresentava um projeto progressista de justiça social para o país, de terem beneficiado o latifúndio ocasionando na expulsão de trabalhadores rurais para as periferias das cidades, de terem compactuado com o fim das liberdades individuais gerando conseqüentemente as perseguições políticas, torturas e assassinatos, ocultados da opinião pública. Muitos brasileiros que sonharam com um país melhor não tiveram direito ao futuro.

Enfim, espero ainda que este trabalho contribua em algum aspecto para o incentivo ao retorno das lutas sociais no cenário político nacional, não as lutas armadas, uma luta pacífica, porém não menos persistente, que busque incansavelmente a conquista da dignidade social e econômica das classes trabalhadoras para que, em memória de todos os intelectuais, estudantes e trabalhadores que ousaram lutar pela justiça social e política, possamos construir juntos a verdadeira libertação do Brasil.

Percebo, ao término deste trabalho, que embora várias questões tenham sido levantadas, o assunto não se esgota, e nem tinha eu a pretensão de esgotar aqui estes debates. As lutas sociais no Brasil da década de 1960 deixaram pistas e inquietações que não se esgotam facilmente. Embora a imprensa seja uma fonte de pesquisa historiográfica relativamente nova, apresenta muitas dessas pistas que, graças aos arquivos públicos e particulares, o tempo não conseguiu apagar permitindo que importunos, curiosos e inquietos historiadores ou cientistas sociais e políticos possam se debruçar sobre elas e procurar desvendar as conjecturas, confirmadas ou negadas, pelas entrelinhas da imprensa.

Fontes

1 - Jornais:

1.1 – O Progresso

06/06/1909, nº 89, p.1.

1.2 – A Tribuna

ALVIM, Aristóteles. “Ordem e progresso”. Jornal **A Tribuna**. Uberlândia, 07/09/1924. Ano VI, nº 259.

Editorial:

Jornal **A Tribuna**. Uberlândia, 20/05/1934. Ano XV, nº 794, p.1.

1.3 - O Repórter

FRANÇA, A. “Guerra ao Comunismo”. Jornal **O Repórter**. Uberlândia, 28/07/1935. Ano II, nº 76.

Editorial:

Jornal **O Repórter**. Uberlândia, 24/01/1945. Ano XII, nº 978. p. 1.

1.4 – Correio de Uberlândia

PAES, Lycidio. “Reforma agrária”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 23-24/02/1964. Ano XXVII, nº 9776, p. 1.

_____. “Carestia”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 12/03/1964. Ano XXVII, nº 9786, p. 3.

ASSIS, Ruth de. “Movimento Democrático em Uberlândia”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 15-16/03/1964. Ano XVII, nº 9789, p. 3.

COSTA, Marçal. “Estórias de Marçal Costa”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 04/04/1964. Ano XVII, nº 9801, p. 2.

CTBC. “Uma década de ordem e progresso”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº 12271, p.5.

ARMAZÉNS MARTINS. “Quando Inauguramos no ano do décimo aniversário da Revolução nossas gigantescas instalações, estamos refletindo com o nosso trabalho, os

caminhos acertados da Revolução de Março”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº 12271, p. 3.

GM DO BRASIL. “Estamos construindo uma verdadeira cidade do automóvel que será o marco de 1974 e destes dez anos de grandeza!”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº 12271, p. 5.

TRANSCOL. “Nossa empresa trabalha na trincheira do Progresso!”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº 12271. p. 1/3º caderno.

Editoriais:

Jornal Correio de Uberlândia. Uberlândia, 07/07/1948. Ano XI, nº 2439, p.2.

“Tancredo cristianiza Lott com cartazes políticos”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 04/09/1960. Ano XXIII, nº 9050, p.1.

“30 mil uberlandenses aplaudiram Jânio Quadros e os candidatos da vitória”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 06/09/1960. Ano XXIII, nº 9051, p.1.

“Em nove Estados UDN está elegendo 6 governadores ao lado de Jânio. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 09/10/1960. Ano XXIII, nº 9065, p. 1.

“João Goulart chega hoje procedente de Singapura”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 27/08/1961. Ano XXIV, nº 9240, p. 1.

“Constituição deve ser respeitada: Posse ao Presidente Jango”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 29/08/1961. Ano XXIV, nº 9241, p. 1.

“Ao povo”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 03/09/1961. Ano XXIV, nº 9242, p. 1.

“Uberlândia está ao lado da legalidade”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 05/09/1961. Ano XXIV, nº 9243, p.1.

“Trapézio”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 05/09/1961. Ano XXIV, nº 9243, p. 1.

“Chegou a hora de dizer NÃO”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 11/12/1962. Ano XXV, nº 9449, p. 1.

“No plebiscito Brasil diz NÃO ao Ato Adicional”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 08/01/1963. Ano XXVI, nº 9462, p. 1.

“Levy disse que a hora no Brasil é de vigilância”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 12/10/1963. Ano XXVII, nº 9706, p. 1.

“Jango Goulart a favor das Eleições de sargentos”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 17-18/09/1963. Ano XXVII, nº 9602, p.1.

“Reunião estuda hoje recepção ao João Goulart”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 10/12/1963. Ano XXVII, nº 9737, p.1.

“Amanhã dia festivo, Raul decretou”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 12-13/12/1963. Ano XXVII, nº 9738. p.1.

“Jango foi ontem homenageado por Uberlândia”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 14/12/1963. Ano XXVII, nº 9739, p.1.

“Uberlândia parou: homenagem a Jango”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 14/12/1963. ano XXVII, nº 9739, p.1.

“Jango recebe título: Doutor Honoris Causa”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 14/12/1963. Ano XXVII, nº 9739, p.1.

“Jango quer o golpe”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 10/01/1964. Ano XXVII, nº 9753, p.1.

“Fazendeiros do TM divulgam Manifesto”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 16-17/02/1964. Ano XXVII, nº 9774, p.1.

“Trabalhadores locais apóiam reformas de base”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 20-21/02/1964. Ano XXVII, nº 9776, p.1.

“Painel político”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 10-11/03/1964. Ano XXVII, nº 9785, p.1.

“Falcão: Jango está cercado de comunistas”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 17-18/03/1964. Ano XXVII, nº 9790, p.1.

“SP: Comício diz não ao Comunismo”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 21/03/1964. Ano XXVII, nº 9793, p.1.

“UDN: advertência ao brasileiro. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 21/03/1964. Ano XXVII, nº 9793, p.1.

“Uberlândia em clima de absoluto calma”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 02/04/1964. Ano XXVII, nº 9800, p.1.

“Gasolina interdita ontem em Uberlândia”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 02/04/1964. Ano XXVII, nº 9800, p.1.

“Após a tempestade”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 04/04/1964. Ano XXVII, nº 9801, p.1.

“Milhares de uberlandenses na Marcha pela Liberdade”. **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 5-6/04/1964. Ano XXVII, nº 9802, p.1.

“Festa do povo”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 5-6/04/1964. Ano XXVII, nº 9802, p.1.

“Correio cumprimenta líderes da Democracia”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 5-6/04/1964. Ano XXVII, nº 9802, p.3.

“Castelo Branco tomou posse ontem: Presidente”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 16-17/04/1964. Ano XXVII, nº 9808, p.1.

“Caro leitor”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 1-2/04/1965. ano XXVIII, nº 9996, p.1.

“Painel político”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1969. ano XXXIII, nº 10819, p.3.

Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº 12271, p. 1 e 6.

“A Revolução germinou no seio do povo: um soldado”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/1974. Ano XXXVIII, nº

“Golpe Militar que mudou o país completa 40 anos”. Jornal **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 30-31/03/2004. Ano 66, nº 19710, p.A-4.

2 – Entrevistas:

Entrevista com o ex-prefeito de Uberlândia Sr. Raul Pereira de Rezende, realizada por Luiz Cláudio da Silva Oliveira em Uberlândia no ano de 1990.
Projeto Depoimentos – Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Entrevista com o ex-governador de Minas gerais Sr. Rondon Pacheco, realizada em seu apartamento em Uberlândia por Luciana Tavares Borges em 13 de novembro de 2006.
Arquivo Particular.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. **1964-2004, 40 Anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

AGUIAR, Flávio. A tesoura e o quadro: uma visão sobre a censura à imprensa durante o regime de 1964. **Margem Esquerda** (Dossiê golpe de 64), n.03, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 43-48.

ALEM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política em Uberlândia. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia: UFU, nº 4, jan./jun. 1991. pp.79-102.

ALMINO, João. **O segredo de informação: ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-84**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BACZKO, Bronislaw. Imaginário Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília: UNB, 2001.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República – de 1961 a 1967**. 3 ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, vol. 4.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo – Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BETHANIA, Mariani. **O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas: UNICAMP, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lúcia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo (Imprensa paulista 1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Imprensa, uma mercadoria Política**. História e Perspectivas. Uberlândia: UFU, nº 4, jan./jun. 1991. pp131-139.

CASTELO BRANCO, Carlos. **Os Militares no Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros, Discurso e Práxis dos seus Programas**. Brasília: UNB, 1981.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964 a versão e o fato**. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta, Periodismo e Vida Urbana – 1890 – 1915**. São Paulo: EDUC, 2000.

DALLARI, Dalma de Abreu. **O que é Participação política**. São Paulo: brasiliense, 1991.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do Progresso em Tons Altissonantes, Uberlândia 1900-1950**. Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado)

DARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glauco. **Visões do Golpe: A memória Militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 122.

DICIONARIO HISTORICO BIOGRAFICO DO CPDOC.(Movimento político militar de 1964) pp.3956-3959.

DREIFURS, René. A. **1964 A Conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)**3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUMOND, Aristóteles. **A Revolução Conservadora: testemunho e análise**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FARIA, Antonio Augusto. **Getulio Vargas e sua época**. São Paulo: Global, 1983.

FIGUIREDO, Eurico de Lima. **Os Militares e a democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

- GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.
- LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (Orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LIPSON, Leslie. **A Civilização Democrática**, volume II. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia: UFU, nº 4, jan./jun. 1991. pp 37-77.
- MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação em massa. In: SCHARTZ, Jorge e SOSNOWSKI, Saul (orgs). **Brasil: o transito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 45.
- MORAES, Denis de (org). **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. 2º ed, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- NEVES, Joana. O Ensino de História local. In: **Cadernos de História**. Uberlândia: UFU, nº 5, jan/dez. 1994. pp 19-26.
- OLIVEIRA, Francine et Paoli, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe. **Minas Gerais na Ditadura Militar, Lideranças e Práticas Políticas 1971-1983**. Uberlândia: Rápida, 2002.
- PACHECO, Fábio Piva. **Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política, Uberlândia 1960/1990**. Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- PEZZUTTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças e economia**. Uberabinha, Oficinas Livraria Kosmos, 1922.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. **A República dos Golpes**. São Paulo: Best Seller, 1985.
- _____. **Jânio, Jango e Cia**. Brasília: Eco Editora, 1988.
- REIS FILHO, Daniel Arão. **A Revolução Faltou ao Encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre historia e jornalismo. In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs). **Questões para a história do presente**. Cohen. Bauru. São Paulo: Edusc, 1999.

RODRIGUES, Jane Fátima Silva. **Trabalho, ordem e progresso**: uma discussão sobre trajetória da classe trabalhadora uberlandense. Tese de mestrado defendida no Departamento de História, USP, 1989.

RUAS, Miriam Diehl. **A Doutrina Trabalhista no Brasil (1945 – 1964)**. Porto Alegre: Fabris, 1986.

SADER, Emir. **A Transição no Brasil – Da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991.

SANTOS, Regma Maria dos Santos. **Lycídio Paes – Brevidades crônicas**. São Paulo: EDUC, 2002.

SAMUEL, Raphael. Historia Local e Historia Oral. IN: **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, v.9, nº 19, set./1989 – fev./1990. (37-64).

SILVA, M. et AMADO, Janaina. **Republica em Migalhas: História Local e História Regional**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1999.

SILVA, Marcos. **Brasil, 1964/1968: A ditadura já era ditadura**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SILVA, Hélio. **1964 – Golpe ou Contragolpe?** Porto Alegre: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Idalice Ribeiro. **Flores do Mal na Cidade Jardim: Comunismo e Anticomunismo em Uberlândia 1945-1954**. Campinas: Unicamp, 2000. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Wilson. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Fúria de Calibã, Memórias do Golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **Vida e Morte da Ditadura – 20 anos de autoritarismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUSA, Vera Lúcia de. Encontros e desencontros: Vivências nos anos 60 – triangulo mineiro. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia: UFU. Nº 08, jan/jun, 1993. p.97 – 142.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getulio a Castelo, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Saga, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **1964 Visões Críticas do Golpe, Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, nº 19, Rio de Janeiro, Revam, 2004.

VIEIRA, M. P. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1995.

VILLA, Marco Antonio. **Jango – Um perfil (1945 – 1964)**. São Paulo: Globo, 2003.